

MEMORIAL

XIV | CONGRESSO NACIONAL
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB

TRAÇANDO O FUTURO DO PSB

EVENTO POLÍTICO CULTURAL

HOMENAGENS A ARIANO SUASSUNA E NOAM CHOMSKY

INAUGURAÇÃO DO CONGRESSO

GRUPOS TEMÁTICOS E DEBATES

REUNIÃO EM PLENÁRIO E FECHAMENTO DE TESES

MANIFESTAÇÕES FINAIS DE LIDERANÇAS NACIONAIS

ELEIÇÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL (2018-2021)

BRASÍLIA (DF) - 01, 02 E 03 DE MARÇO DE 2018



MEMORIAL

XIV CONGRESSO NACIONAL DO PSB



Brasília, Distrito Federal – 01, 02 e 03 de março de 2018

Publicação
Quanta Consultoria, Projeto e Editora Ltda.

Pesquisa e gestão de informação
Projeto gráfico
Marcelo Peron

Revisão
Margarete Maria Vitória Santos
Fernanda Regis Cavicchioli

Fotografia
Acervo PSB
Humberto Pradera

Imagem de capa Gilvan Samico, *A virgem dos cometas*

Partido Socialista Brasileiro – PSB
SCLN, 304, Bloco A, Sobreloja 01, Entrada 63
Brasília – DF, CEP: 70736-510
Tel.: 61 3327-6405

www.psb.org.br
psb@psbnacional.org.br

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL • 2018-2021



Carlos Siqueira
Presidente nacional



Paulo Câmara
Primeiro vice-presidente
nacional



Ricardo Coutinho
Vice-presidente nacional
para Políticas Públicas



João Capiberibe
Vice-presidente nacional de
Modernização Partidária



Antonio Carlos Valadares
Segundo secretário nacional



Renato Casagrande
Secretário-geral nacional



Beto Albuquerque
Vice-presidente nacional de
Relações Governamentais



Danilo Cabral
Vice-presidente nacional de
Relações Parlamentares



João Campos
Vice-presidente nacional de
Relações Federativas



Lídice da Mata
Vice-presidente nacional de
Políticas de Gênero



Rodrigo Rollemberg
Vice-presidente nacional de
Relações Institucionais



Geraldo Julio
Primeiro secretário nacional



Rubens Bomtempo
Vice-presidente nacional
para Movimentos Sociais



Márcio França
Secretário nacional
de Finanças



Severino Araújo
Segundo secretário nacional
de Finanças



Alessandro Molon
Secretaria nacional especial



Júlio Delgado
Secretaria nacional especial



Luciano Leitoa
Secretaria nacional especial



Camilo Capiberibe
Secretaria nacional especial



Wilson Martins
Secretaria nacional especial



Milton Coelho
Secretaria nacional especial



Mari Trindade Machado
Secretaria nacional especial



Cláudio Valverde
Secretaria nacional especial



Cássio Andrade
Secretaria nacional especial



Domingos Leonelli
Secretaria nacional especial



Carlos Amastha
Secretaria nacional especial



Jonas Donizette
Secretaria nacional especial



Serafim Corrêa
Secretaria nacional especial



Valdomiro Lopes
Secretaria nacional especial



Mário Sander Bruck
Secretaria nacional especial



José Stédile
Secretaria nacional especial



João Henrique Caldas (JHC)
Secretaria nacional especial



Lúcia Vânia
Secretaria nacional especial



Luciano Ducci
Secretaria nacional especial



Rafael Motta
Secretaria nacional especial



Acilino Ribeiro
Secretário nacional do
Movimento Popular Socialista



Tony Sechi
Secretário nacional de
Juventude



Dora Pires
Secretária nacional de
Mulheres



Valneide Nascimento
Secretária nacional do
Movimento Negro



Joilson Cardoso
Secretário nacional Sindical



Tathiane Araújo
Secretária nacional LGBT



MEMORIAL

XIV CONGRESSO NACIONAL DO PSB

Mesa diretora do XIV Congresso
Comissão Executiva Nacional

Fotos
Humberto Pradera

Transcrição
Livia Costa

Projeto Gráfico
Marcelo Peron

Impressão
TC Gráfica e Editora Ltda.

Partido Socialista Brasileiro – PSB
SCLN 304, Bloco A, Sobreloja 01, Entrada 63
Brasília – DF – CEP 70736-510 • Fone: 61 3327-6405

SUMÁRIO

01

INAUGURAÇÃO DOS TRABALHOS

Abertura do XIV Congresso Nacional do PSB, que compreendeu a composição da mesa de autoridades, execução do Hino Nacional por Arthur Moreira Lima, ato político-cultural conduzido pelo músico Antônio Nóbrega e discurso de inauguração proferido pelo presidente nacional, Carlos Siqueira.

PÁGINA 15

02

GRUPOS TEMÁTICOS

Grupos Temáticos do XIV Congresso, que abordaram a Conjuntura Política e as Eleições de 2018; Projeto Desenvolvimentista com Harmonização entre a Política Econômica e Política Social; Novas Tecnologias e Mecanismos de Democracia Participativa e Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento.

PÁGINA 29

03

RELATÓRIOS DOS GRUPOS TEMÁTICOS

Apresentação das conclusões dos Grupos Temáticos por seus respectivos coordenadores ou relatores, com propostas supressivas e inclusivas aos documentos de subsídio, submetidas à votação do plenário. Leituras de moções propostas pelos segmentos organizados do PSB, e/ou lideranças.

PÁGINA 49

04

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Conclusão das atividades e manifestações de lideranças do partido, com destaque para os governadores Paulo Câmara (PE), Rodrigo Rollemberg (DF) e vice-governador Márcio França (SP). Os trabalhos foram encerrados com a confraternização de todos os presentes e apresentação musical da militância.

PÁGINA 73

05

CONGRESSOS DOS SEGMENTOS ORGANIZADOS

Relatos dos congressos nacionais da(o) Secretaria Nacional de Mulheres (SNM), Negritude Socialista Brasileira (NSB), Sindicalismo Socialista Brasileiro (SSB), Juventude Socialista Brasileira (JSB), Movimento LGBT Socialista e Movimento Popular Socialista (MPS), realizados o dia 01 de março.

PÁGINA 87

06

NOMINATAS DAS INSTÂNCIAS COLEGIADAS

Relação dos componentes das instâncias colegiadas do PSB, compostas pelo Diretório Nacional (membros titulares e suplentes), Comissão Executiva Nacional, Conselho de Ética, Conselho Fiscal (titulares e suplentes, nos dois últimos casos), delegados junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

PÁGINA 107



GILVAN SAMICO

ESTIVERAM POR AQUI

XIV CONGRESSO NACIONAL
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO



Painel - celebração dos 70 anos do PSB



Guichê - alojamento e passagens aéreas



Entrevista com o vice-governador de São Paulo, Márcio França



Entrevista com o senador Antonio Carlos Valadares (SE)



Loja do PSB



Secretário-geral do PSB, Renato Casagrande; presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira e vice-presidente de Relações Governamentais do PSB, Beto Albuquerque



Governador de Pernambuco, Paulo Câmara; presidente nacional, Carlos Siqueira; prefeito de Recife, Geraldo Júlio, e vice-presidente de Relações Governamentais, Beto Albuquerque



Vice-governador de São Paulo, Márcio França (à esq.) e governador do Distrito Federal (à dir.) com militantes do PSB



Daniela Miranda (à esq.); Maria Virgínia Casagrande; Renata Campos e Márcia Rollemberg (à dir.)



Painel - celebração dos 70 anos do PSB



Representantes do MPS com o presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira



Vice-presidente de Relações Governamentais do PSB, Beto Albuquerque, entre integrante do MPS



Manifestação da militância do PSB



Presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, com militantes do LGBT Socialista



Exposição sobre os 70 anos do PSB



Entrega de placa em homenagem a Ariano Suassuna. Na foto, vice-governador de São Paulo, Márcio França (à esq.); governador de Pernambuco, Paulo Câmara; João Suassuna (neto de Ariano Suassuna); presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira; secretário-geral do PSB, Renato Casagrande; e vice-presidente de Relações Governamentais do PSB, Beto Albuquerque (à dir.)



Grupo temático Conjuntura Política – deputado federal Bebeto Galvão (BA) e senadora Lídice da Mata (BA) prestigiavam os trabalhos



Militância do PSB homenageia suas lideranças



Confraternização durante o XIV Congresso Nacional do PSB



Congresso Nacional do Sindicalismo Socialista Brasileiro (SSB)



Congresso Nacional da Secretaria Nacional de Mulheres (SNM)



Congresso Nacional da Juventude Socialista Brasileira (JSB)



V Congresso Nacional da Negritude Socialista Brasileira (NSB)



V Congresso Nacional do Movimento Popular Socialista (MPS)



III Plenária Nacional do LGBT Socialista



Vice-presidente de Relações Governamentais do PSB, Beto Albuquerque; vice-prefeita de Sant'Ana do Livramento (RS), Mari Trindade; e secretário nacional da JSB, Tony Sechi



Secretário nacional do MPS, Acilino Ribeiro; presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira; e Tathiane Araújo, secretária nacional do LGBT Socialista



Militância saúda lideranças e se manifesta no recinto do XIV Congresso Nacional do PSB



Militância se confraterniza com o vice-governador de São Paulo, Márcio França



Loja do PSB no XIV Congresso Nacional



Militantes de diversos segmentos e a secretária nacional da NSB, Valneide Nascimento, saúdam o presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira

SESSÃO 01: INAUGURAÇÃO DOS TRABALHOS

DATA: 01/03/2018, 19 HORAS

CERIMÔNIA DE ABERTURA E DINÂMICA DOS TRABALHOS

O XIV Congresso Nacional do PSB foi inaugurado na noite de 1º de março de 2018, em Brasília, com mais de 1.500 pessoas, fato que por si só evidencia o que foi a principal marca do evento, ou seja, a afirmação da unidade partidária em torno de seu programa e posicionamento político-ideológico, no campo da esquerda democrática, seu leito natural.

O evento reuniu comitivas de todas as unidades da federação e as principais lideranças do partido, entre elas o governador Paulo Câmara, 1º vice-presidente nacional do PSB; Márcio França, vice-governador de São Paulo, secretário nacional de Finanças e presidente do PSB nesse Estado; Renato Casagrande, secretário-geral do PSB e presidente da Fundação João Mangabeira; Rodrigo Rollemberg, governador do Distrito Federal, vice-presidente nacional de Relações Institucionais; Ricardo Coutinho, governador da Paraíba, vice-presidente nacional para Políticas Públicas; Beto Albuquerque, ex-deputado federal, vice-presidente nacional de Relações Governamentais; João Alberto Capiberibe, senador da República; vice-presidente nacional de Relações Interpartidárias e presidente do PSB do Amapá; Geraldo Júlio, prefeito de Recife, 1º secretário nacional do PSB; Lídice

da Mata, senadora da República, líder do PSB no Senado Federal e presidente do PSB da Bahia; Júlio Delgado, deputado federal (MG), líder do PSB na Câmara Federal, e a Sra. Renata Campos.

No início dos trabalhos, o pianista Arthur Moreira Lima, filiado ao partido, executou o Hino Nacional e a Internacional Socialista, emocionando a audiência pela intensidade e virtuosismo de sua apresentação.

Na sequência, Renato Casagrande apresentou aos presentes o programa e a dinâmica do XIV Congresso, que contemplou inicialmente a apresentação de um vídeo em homenagem a Noam Chomsky, ativista político norte-americano, cuja obra política tem sido classificada no âmbito do socialismo libertário e que, nesse sentido, inspira o PSB, entre outros intelectuais de esquerda, em suas formulações programáticas e práxis política.

Ainda no âmbito das homenagens a inspiradores do socialismo democrático e do XIV Congresso, realizou-se uma homenagem a Ariano Suassuna -- presidente de honra do PSB, mestre da cultura popular, e ex-secretário de Cultura de Eduardo Campos --, em celebração aos 90 anos de seu nascimento. Na oportunidade, o presidente nacional Carlos Siqueira, fez a entrega de uma placa comemorativa a seu neto, João Suassuna, com a inscrição: "Homenagem ao Mestre Aria-

no Suassuna. O PSB, Partido Socialista Brasileiro, celebra os 90 anos de nascimento do seu presidente de honra, Ariano Vilar Suassuna, professor das aulas-espetáculo, escritor e transcritor da cultura nordestina para a alma brasileira que, por meio de sua obra, legou ao Brasil a perspectiva sempre viva de uma sociedade fraterna".

O músico Antônio Nóbrega conduziu o ato político-cultural, que associou sua performance artística às relações que manteve com o mestre Suassuna. Nóbrega lembrou, entre suas manifestações, que Ariano Suassuna foi um amigo que teve a oportunidade de conhecer quando criou o Quinteto Armorial, em 1970.

As atividades do XIV Congresso Nacional, após a cerimônia de inauguração compreenderam, no dia 02/03, a continuidade do credenciamento até às 10h, e da inscrição de chapas ao Diretório Nacional, até as 9h.

Ao longo do período da manhã, do mesmo dia, o plenário se dividiu em recintos distintos, para que se instalassem quatro grupos temáticos: Grupo 1: Conjuntura política e as eleições de 2018, coordenado pelo presidente nacional Carlos Siqueira. Grupo 2: Projeto Nacional de Desenvolvimento com ênfase na harmonização entre política econômica e política social, coordenado por Renato Casagrande. Grupo 3: Novas tecnologias e

mecanismos de democracia participativa, coordenado pelo senador João Alberto Capiberibe. Grupo 4: Economia criativa como estratégia de desenvolvimento, coordenado por Domingos Leonelli.

A leitura dos relatórios dos grupos temáticos, assim como os debates sobre as emendas inclusivas e/ou supressivas propostas pelos grupos de trabalho, ocorreram na parte da tarde, em sessão plenária.

No sábado (03/03), a partir das 9h, realizou-se a reunião plenária, que elegeu por aclamação o novo Diretório Nacional, instância estatutariamente responsável pela composição da Comissão Executiva Nacional.

As nominatas dos dois órgãos colegiados constam da sessão VI deste Memorial, ambas com mandato que compreende o período 2018 a 2021.

DISCURSO DE INAUGURAÇÃO DO CONGRESSO PELO PRESIDENTE CARLOS SIQUEIRA

Inicialmente, quero pedir permissão à mesa para saudar muitos representantes de partidos socialistas do nosso continente, do Partido Comunista Chinês e do Partido Comunista Cubano.

Saúdo a companheira Estela Molero, do Partido Socialista da Argentina; a companheira Shady Ruiz Diaz Medina, do Partido Revolucionário Febrerista do Paraguai; a companheira Carmem Anastasia Suarez, do Partido Socialista do Uruguai, participante da Frente Ampla; Gladys Fernández, do Partido Socialista do Peru; Gahela Tseneg Cari Contreiras, do Movimento Nuevo Peru; Susana Delgado Orellana, vice-presidente do Partido Socialista do Equador; Benilda Santana, do Partido Revo-

lucionário Democrático do Panamá; Juan Pozo, do Partido Comunista de Cuba e Song Yan e Wang Jie, do Partido Comunista Chinês. E, também, o representante do Partido Socialista do Chile, que está presente.

Peço a todos que se levantem, para que possam ser recebidos por uma salva de palmas e serem conhecidos de todos.

Muito obrigado.

Saúdo, com alegria, os governadores do nosso partido. O governador Paulo Câmara, do meu estado (PE), e também vice-presidente nacional do PSB; o governador da Paraíba, Ricardo Coutinho, que completará brevemente seus oito anos de governo; e o governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg. Ao saudar esses três governadores, não posso perder a oportunidade de dizer que são três homens públicos de primeira grandeza – Ricardo Coutinho, terminando oito anos de mandato, Paulo Câmara, com quatro anos de governo, e Rodrigo Rollemberg, também, com quase quatro anos à frente do Distrito Federal.

Na capital do país, o governador Rollemberg herdou uma cidade destruída e está colocando a casa em ordem.

Nesses oito anos, Ricardo Coutinho transformou a Paraíba, um estado com muitos maus costumes na política. Ele deu um exemplo de dignidade de homem público na vida paraibana.

Paulo Câmara teve o desafio de suceder o melhor governador da história de Pernambuco, Eduardo Campos. E ele teve esse desafio num país em crise, numa recessão de três anos nunca vista na história do Brasil.

Nenhum desses estados atrasou salário de funcionário. Nenhum



desses estados deixou de pagar suas contas. Nenhum desses estados deixou de fazer investimentos. E em nenhum deles há escândalos sendo denunciados. Temos três homens de primeira grandeza à frente de três estados do nosso País.

Quero cumprimentar, com muita alegria, um grande companheiro e amigo nosso, Márcio França, figura extraordinária da vida pública, o próximo governador de São Paulo! Márcio, além de ser o presidente do partido em São Paulo há muitos anos – e foi quando começamos a ter rumo naquele importante estado da Fe-



Presidente Nacional do PSB, Carlos Siqueira, discursa na abertura do XIV Congresso Nacional do partido. Na mesa (sentido anti-horário), representante do PCdoB, Adalberto Monteiro, ex-ministro Aldo Rebelo (SP), vice-presidente nacional do PT deputado federal Paulo Teixeira (SP), senador Elber Batalha (PSB-SE), senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), prefeito de Palmas Carlos Amastha (PSB-TO), deputado federal Julio Delgado (PSB-MG), governador da Paraíba, Ricardo Coutinho, vice-presidente nacional do PSB, Beto Albuquerque, governador de Pernambuco, Paulo Câmara e vice-governador de São Paulo, Márcio França.

deração – é filiado ao PSB desde a juventude. Nunca pertenceu a outra sigla partidária. É também um grande colaborador, desde sempre, da Direção Nacional. Nunca esteve em desarmonia com o partido, não está, nem estará. Em relação a toda intriga que se procurou fazer, eu sempre disse: “Nós estaremos juntos, Márcio França, no congresso da unidade do Partido Socialista Brasileiro!” E aqui estamos, juntos, nesse congresso de unidade.

Ele esteve junto nas campanhas presidenciais do PSB, coordenando a do então candidato Antony Garotinho, em 2002, e com Eduardo

Campos, em 2014. Nos momentos mais difíceis, quando muitos fugiram, Márcio França estava conosco, sempre presente e colaborando permanentemente, como fará por toda a sua vida.

Muito obrigado, Márcio França, por sua contribuição ao nosso partido!

Quero saudar também o vice-governador de Rondônia, companheiro Daniel Pereira, que assumirá o governo desse estado. Quero saudar os líderes do nosso partido no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. A brava e guerreira senadora Lídice da Mata; o querido

companheiro Júlio Delgado, deputado atuante, vibrante, e um crítico mordaz desse atual governo, que não merece o respeito do povo brasileiro.

Quero saudar, com alegria, uma mulher que aprendi a admirar, que demonstrou ser forte, guerreira, e que é uma militante assídua e colaboradora do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Trata-se da companheira Renata Campos. Agradecemos muito a ela que, nos momentos mais difíceis, soube dar exemplo de bravura e de fortaleza. Muito obrigado! Quero saudar o companheiro Geraldo Júlio, gran-

de prefeito reeleito da cidade do Recife. No primeiro mandato, eu falei do desafio de ser prefeito de um partido socialista, que, nas décadas de 50 e 60, teve dois importantes nomes à frente da prefeitura de Recife, até hoje lembrados como os melhores administradores da cidade: Pelópidas da Silveira e Miguel Arraes de Alencar, o nosso timoneiro, o nosso líder, o nosso guia, o nosso exemplo político!”

Viva Arraes!

“Arraes, guerreiro, do povo brasileiro!

Obrigado, amigos.

Quero saudar a todos os companheiros presidentes estaduais do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Quero reconhecer a contribuição permanente desses companheiros e de todos os presidentes municipais aqui presentes. Vocês são os condutores do partido no país afora. Vocês e a militância estão fazendo o par-

tido socialista crescer, se expandir e ampliar seus horizontes em todo o Brasil. Muito obrigado a todos vocês que dirigem o partido nos estados e nos municípios.

Quero saudar também, com muita alegria, os representantes de partidos amigos que estão presentes. Em primeiro lugar, o companheiro e deputado Paulo Teixeira, do Partido dos Trabalhadores (PT), que nos dá a honra da sua presença, e devemos recebê-lo de maneira civilizada; o companheiro Adalberto Monteiro, representando o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), partido amigo do PSB; o companheiro Bazileu, representando a Rede Sustentabilidade em função de uma viagem ao exterior da companheira Marina Silva, candidata à Presidência da República pelo nosso partido em 2014; o companheiro Miguel Manso, secretário-geral do Partido Pátria Livre, da nossa coligação na

campanha de 2014, sob a liderança de Eduardo Campos.

Quero cumprimentar, também, um grande companheiro, pois tive a alegria de abonar sua ficha. Ele foi muito bem-vindo, um grande quadro da política nacional, que nos deu a honra de vir para o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Repito, um quadro histórico da política brasileira. Ex-presidente da Câmara dos Deputados, ex-ministro de estado de pelo menos três pastas, mas, sobretudo, um grande brasileiro que gosta do nosso país e ama nosso povo. Trata-se do companheiro Aldo Rebelo.

Quero saudar os nossos representantes no Senado, como o senador Antônio Carlos Valadares, grande figura de Sergipe, também ex-presidente estadual do partido na capital. O senador tem honrado o mandato perante os seus eleitores e o partido. Já mencionei a senado-



Primeira fileira (sentido horário): Deputada Federal Creuza Pereira (PSB-PE); deputado Federal Danilo Cabral (PSB-PE); representante do PPS, Francisco Andrade; prefeito de Campinas, Jonas Donizette (PSB-SP); João Suassuna; Bazileu Margarido (representante da REDE Sustentabilidade); Renata Campos; senadora Lídice da Mata (PSB-BA), líder do PSB no Senado Federal; governador do DF, Rodrigo Rollemberg, vice-governador de São Paulo, Márcio França; governador de Pernambuco, Paulo Câmara; presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira; secretário geral do PSB, Renato Casagrande; vice-presidente de Relações Governamentais do PSB, Beto Albuquerque; líder do PSB na Câmara dos Deputados, Júlio Delgado (PSB-MG); prefeito de Recife, Geraldo Júlio (PSB-PE); prefeito de Palmas, Carlos Amastha (PSB-TO); senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE); senador Elber Batalha (PSB-SE); vice-presidente nacional do PT, deputado federal

ra Lídice da Mata e quero anunciar o senador Elber Batalha.

Quero saudar também um grande prefeito de uma cidade do porte de uma capital, um prefeito que tem sido exemplar em sua administração, o companheiro Jonas Donizette, de Campinas. E o senador João Alberto Capiberibe, esse homem que tem sido também um grande senador da República e voltará ao governo do Amapá nas próximas eleições, se os eleitores e Deus assim permitirem.

Quero saudar o prefeito Amastha, presidente do PSB em Tocantins, que faz uma grande administração. Foi reeleito com ampla maioria dos seus eleitores e tem a sua gestão pública municipal reconhecida pelo nosso partido.

Saúdo cada um dos deputados na pessoa dos líderes do partido. Quero dizer do orgulho que eu, como presidente do PSB, e toda

a Direção Nacional, temos desses parlamentares que honraram os seus mandatos. Meus parabéns! Sejam todos bem-vindos, queridos companheiros parlamentares.

Quero também fazer um agradecimento especial a duas instâncias do nosso partido. Nesses três anos em que estive à frente do PSB, mandato que hoje se encerra, pude contar com todos os membros do Diretório Nacional, titulares e suplentes, que sempre estiveram presentes nos momentos regulares, nos momentos extraordinários e nos momentos difíceis, nos dando todo o apoio necessário. Sem isso, dificilmente estaríamos em pé, como estamos nesse momento.

Quero agradecer, especialmente, a um órgão do partido que se reúne com maior frequência e é composto por homens e mulheres de fibra, os membros da Comissão Executiva Nacional. Nós assumi-

mos a presidência do Partido Socialista Brasileiro (PSB) depois de uma tragédia. Uma tragédia que não desejamos, que não esperávamos, e que levou o nosso querido e inesquecível presidente Eduardo Campos. E não é fácil substituir Eduardo Campos. Uma pessoa só – e ainda sendo Carlos Siqueira – não tem condições de substituir Eduardo Campos!

“Eduardo, guerreiro, do povo brasileiro!

Obrigado.

Na primeira reunião da Executiva eu disse que só havia uma condição do partido continuar de pé, ampliando a sua presença eleitoral e política na sociedade brasileira: a da unidade. E que, dessa forma, coletivamente, poderíamos dar continuidade ao trabalho de tantos companheiros que nos antecederam. Então, gostaria de homenagear todos que colaboraram nesses longos



Paulo Teixeira (SP); ex-ministro Aldo Rebelo (SP); representante do PCdoB, Adalberto Monteiro. **Segunda fileira (sentido horário):** deputado federal Hugo Leal (PSB-RJ), deputado federal César Messias (PSB-AC); ex-prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda (PSB-MG); deputado federal José Stédile (PSB-RS); ex-governador do Piauí, Wilson Martins; deputado federal Paulo Foletto (PSB-ES); deputado federal Valadares Filho (PSB-SE); deputado federal Tadeu Alencar (PSB-PE); deputado federal Alessandro Molon (PSB-RJ); deputado federal Luiz Lauro Filho (PSB-SP); deputado federal Aliel Machado (PSB-PR); deputado federal Severino Ninho (PSB-PE); deputado federal Heitor Schuch (PSB-RS); deputado federal João Fernando Coutinho (PSB-PE); deputada federal Maria Helena (PSB-RR).

anos de existência do partido e precisam ser sempre lembrados: João Mangabeira, Antônio Houaiss, Jamil Haddad, Miguel Arraes, Roberto Amaral e Eduardo Campos. A eles, a nossa homenagem! A eles, a nossa gratidão, hoje e sempre! Porque nos inspiramos nesses homens da melhor qualidade, com alguns dos quais tive a honra de conviver e trabalhar, entre eles, Antônio Houaiss, Jamil Haddad – uma figura humana extraordinária –, Miguel Arraes e Eduardo Campos. Fui 1º secretário nacional do partido na gestão dos dois últimos, ocupando o cargo por 12 anos e 9 anos, respectivamente. Aprendi muito com eles.

Quando me lembro de Miguel Arraes, sinto que perdi um amigo, um líder, um ser humano especial.

E, de igual modo, posso dizer do companheiro Eduardo Campos e do companheiro Jamil Haddad, de quem fui chefe de gabinete no Ministério da Saúde, no honrado governo do presidente Itamar Franco.

Pois, foi graças a essa unidade do partido, às mãos dadas, com divergências apenas eventuais, que conseguimos passar pela primeira eleição pós Eduardo Campos, em 2016.

A imprensa sempre dizia: “O partido agora, sem Eduardo, vai se dividir e diminuir.” E nós tivemos uma vitória extraordinária naquele ano.

Fomos o terceiro partido em número de votos na eleição. Elegermos 418 prefeitos, alguns de cidades muito importantes como Recife, Palmas, Campinas, Guarulhos, e tantas outras que estão país afora, sendo o terceiro partido mais votado naquelas eleições. Dezenas de vice-prefeitos (mais de duzentos), e quase quatro mil vereadores.

Então, o partido continua progressivamente crescendo, ocupando seus espaços, como deve ser. Graças a essas pessoas! E graças a cada um de vocês que estão nos municípios e nos estados do nosso grande país, militantes que carregam nossas bandeiras, coordenam campanhas, distribuem panfletos, enfim, todos entusiasmados e imbuídos do espírito de mudança tão necessário ao país.

Companheiros e companheiras! Passamos esses três anos de gestão imersos numa conjuntura política de extrema dificuldade. Atualmente, temos mais de 12 milhões de

desempregados. Há menos de um ano, eram 11 milhões. São três anos de recessão, algo sem precedentes na história republicana. Temos uma crise política instalada no país e o questionamento permanente da população sobre o papel dos partidos e dos políticos.

Tivemos o advento do atual governo, com grande reflexo no nosso partido porque algumas pessoas, creio eu, de boa fé, resolveram flertar com essa administração. Apesar de o partido não indicar e não chancelar nomes, alguns flertaram e foram para o governo.

E nós dissemos ao presidente Temer: “Por decisão da nossa Executiva, nós não indicamos, nem chancelamos nomes. Já que o senhor chegou à presidência da República, nós gostaríamos que fizesse um governo semelhante ao do presidente Itamar Franco, pois ele soube conduzir a transição, soube honrar o cargo e a oportunidade histórica que o Brasil lhe concedeu.

Então, presidente, nós não precisamos de cargos.” E dissemos aos que assumiram postos: “A sua escolha é em nome pessoal, não é em nome do Partido Socialista Brasi-



Pianista Arthur Moreira Lima executa o Hino Nacional na inauguração do XIV Congresso Nacional do PSB

leiro (PSB).” O que nós apresentamos ao presidente foi uma lista de ideias.

E dissemos: “Nós precisamos que o senhor se mire no presidente Itamar Franco nessa transição. Se isso acontecer, até podemos ter motivos para apoiar sua gestão. Caso contrário, não estaremos no governo.”

Todos sabem o que aconteceu. Formou-se o pior governo da história republicana!

Todos: “Fora Temer! Fora Temer! Fora Temer!”

Criou-se um governo que praticamente montou uma quadrilha, em vez de formar um ministério. Criou-se um governo que propõe o fim de uma das maiores conquistas dos últimos trinta anos de democracia, alcançada na Constituinte: a reforma da Previdência.

Isso significa a destruição de um direito social e de um mecanismo de distribuição de renda existente desde a época de Getúlio Vargas. E que, posteriormente, foi aperfeiçoada e transformada como instrumento de distribuição de renda para todos os brasileiros, principalmente para o homem do campo.

O Sr. Temer me chamou na casa dele e eu aceitei ir porque o PSB é um partido do diálogo. E tive a seguinte conversa com o presidente:

– “Queremos o apoio do PSB à proposta da reforma da Previdência”, disse o presidente Temer.

– “Presidente, o seu ministro falou ontem que é isso ou nada. E eu vou dizer: não será nada, porque essa destruição que se quer fazer com os direitos sociais do povo brasileiro não será aprovada nem pela sua base!”, respondi.

E foi o que aconteceu, a reforma da Previdência não foi aprovada. Felizmente! Mas precisamos estar de olho porque ela vai voltar ao debate, talvez ainda nesse governo, o que infelicitaria o nosso país.

A reforma trabalhista feita pelo governo Vargas, na década de 40, precisava de ajustes. Todas as legislações precisam ser periodicamente aperfeiçoadas, não há dúvida. Mas, era inaceitável para o PSB a proposta encaminhada pelo Sr. Temer e relatada pelo deputado Rogério Marinho, do Rio Grande do Norte, que foi para dentro da Fiesp e da Febraban elaborar o seu parecer sobre a matéria.

O Partido Socialista Brasileiro (PSB), quase por unanimidade da sua Executiva Nacional, rejeitou essa proposta. “Não colocaremos as decisões desse partido histórico da vida republicana em uma reforma que tira direitos dos trabalhadores. Queremos uma reforma que aperfeiçoe a legislação trabalhista, e não uma reforma que retire direitos.”

Fomos mal compreendidos por muitos, sobretudo pela imprensa, que insiste na tese de que o partido socialista está perdendo parlamentares. De fato, perdeu alguns. E, de fato, pediu que alguns saíssem. Mas nós só podemos perder o que temos. Não podemos perder o que não temos. Nós não perdemos parlamentares que votaram nessas duas propostas porque, na verdade, eles não têm nada a ver com o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Mas respeitamos esses parlamentares. E eu disse a eles, olho no olho: “Tenho o maior respeito por vocês. No entanto, vocês expressam ideias liberais e conservadoras, alguns com muita clareza e convicção. Na democracia, todas as tendências políticas devem ser respeitadas. Porém, elas não poderão se expressar através do velho Partido Socialista





Homenagem ao filósofo Noam Chomsky. Governador de Pernambuco, Paulo Câmara; presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, e secretário-geral do PSB, Renato Casagrande



Presidente Carlos Siqueira entrega a placa de homenagem a Ariano Suassuna, ao seu neto João Suassuna, ladeado pelo governador de Pernambuco, Paulo Câmara e pelo secretário-geral do PSB, Renato Casagrande

Brasileiro (PSB). Elas terão que ser expressas em outro lugar. E não se trata de uma vontade pessoal, de dizer 'eu quero'. Trata-se do conjunto do partido não aceitar esse tipo de posicionamento."

E o partido, de fato, não aceitou. E nos deu apoio quando precisamos tomar as providências necessárias. Sinceramente, quero agradecer de coração, porque nesses anos de partido, nunca recebi tantos apoios, mensagens, telefonemas e visitas expressando gratidão pelo posicionamento firme do PSB, no tocante a esse governo e às reformas que não aceitamos.

Se alguns saíram do partido, outros tantos ingressaram. Recebemos Rafael Motta, um jovem atuante do Rio Grande do Norte; JHC, de Alagoas; Odorico Monteiro, do Ceará; Aliel Machado, jovem liderança do Paraná; Alessandro Molon, no Rio de Janeiro. E o PSB vai receber mais adesões até março. Vamos receber outras tantas nas eleições porque temos boas chapas, bons candidatos, companheiros nas direções municipais e estaduais empenhados em fazer o partido crescer. Tenho certeza que o partido crescerá com a contribuição de todos vocês, e de todos nós da Direção Nacional.

Atualmente, temos consolidadas nove candidaturas competitivas a governos estaduais. Temos o companheiro Márcio França, candidato à reeleição em São Paulo; o nosso secretário-geral do partido, companheiro Casagrande, candidato no Espírito Santo; o querido companheiro Paulo Câmara, que disputa a reeleição em Pernambuco; o senador Valadares, candidato em Sergipe; o ilustre Senador Capiberibe, no Amapá; o companheiro Carlos Amastha, prefeito de capital em segundo mandato, que será o próximo Governador do Tocantins; o

companheiro Rodrigo Rollemberg, que concorre à reeleição no Distrito Federal; e temos uma figura nova no nosso partido, o companheiro David Almeida, candidato a Governador do Amazonas, para quem peço uma salva de palmas de boas-vindas.

Afinal, que prognóstico foi esse que previa a diminuição e a divisão do partido socialista? Em outra ocasião, inventaram também que havia uma disputa entre mim e Márcio.

Se existe uma pessoa com quem me dou bem neste partido, desde o dia em que o conheci, a quem admiro e de quem gosto muito, e que sempre contamos com ele nos melhores e nos piores momentos do partido, chama-se Márcio França. Eu não disputaria com ele.

E ele vai ter uma tarefa muito importante, a de governar o estado de São Paulo e, nesses nove meses, sair candidato à reeleição.

E ele vai mostrar, já na composição do seu governo em São Paulo, o que serão os próximos quatro anos de administração no estado mais importante, o maior e mais rico da nossa Federação, porque ele será o próximo governador de São Paulo.

“São Paulo avança! Governador é Márcio França!

Muito obrigado, companheiros.

“De Norte a Sul e no País inteiro! E viva o Partido Socialista Brasileiro!”

Muito obrigado.

Amigos, nós temos na Executiva Nacional seis cargos titulares pertencentes aos segmentos sociais. Nesses três anos, eles se fortaleceram. Hoje de manhã, era possível sentir a energia dos nossos representantes partidários que integram a Executiva e participam dos movimentos sociais e popula-



Ato político-cultural, com Antônio Nóbrega

res. Durante a realização dos seus congressos nacionais, pude observar a grande quantidade de pessoas presentes.

Todos os segmentos estão crescendo. E na abertura dos congressos, costumo dizer: “Um partido socialista, para chegar ao poder um dia — e chegaremos — não pode ter apenas apoio parlamentar. Tem que estar organizado na sociedade, nos sindicatos, nas associações, no campo, na cidade, em todas as áreas.” E nós estamos ocupando esse espaço, gradualmente nos expandindo. E hoje eles fizeram seus congressos e elegeram os membros da Executiva Nacional, que terei a honra de informar:

“A Secretaria Nacional de Mulheres continuará com a Sra. Dora Pires; o Movimento Popular Socialista tem um novo secretário, o companheiro Acilino Ribeiro; a Juventude Socialista Brasileira terá, nos próximos três anos, Tony Sechi como secretário; a Negritude Socialista Brasileira terá a compa-

nheira Valneide Nascimento como secretária; o Sindical, Joilson Cardoso; o LGBT, a companheira Thiane Araújo, uma mulher trans. Talvez seja a primeira mulher trans a participar da Direção Nacional de um partido. E nós, do PSB, lutamos contra os preconceitos. Seja bem-vinda, porque, no nosso partido, você vai simbolizar o fim dos preconceitos de qualquer natureza, inclusive de orientação sexual! Parabéns a vocês!

Mas, se estamos crescendo eleitoralmente, é preciso que as eleições não sejam — como de fato não são — um fim em si mesmo. Seja lá com candidatura própria — que seria o ideal, seja lá com coligação ou da forma que nós decidirmos, temos que apresentar as nossas propostas para o país, as ideias que queremos expressar para a sociedade brasileira. Não podemos viver só de eleições, pois estaríamos numa democracia oca, numa eleição oca.



Representantes internacionais de governos e partidos socialistas prestigiaram o XIV Congresso Nacional do PSB. Na foto: Adido Civil da Embaixada da China, Wang Jie, e Ministro da Embaixada da China, Song Wang, integrantes do Partido Comunista Chinês (ambos à esq.); Conselheiro da Embaixada de Cuba, Juan Pozo; representante do partido Novo Peru, Gladys Fernández (à dir.); representante do partido Movimiento Nuevo Peru, Gahela Tsene Contreras (atrás, de preto); representante do Partido Socialista do Chile, Carlos Monge (ao fundo, de bigode).



Se estamos vendo o país seguir por uma direção errônea, conservadora, ultraliberal, desonesta e antiética do atual governo, devemos mostrar o que queremos com as eleições para governadores, deputados estaduais, deputados federais, senadores e presidente da República. O país precisa saber que o Partido Socialista Brasileiro (PSB) quer construir um projeto nacional de desenvolvimento.

Nesse sentido, quero felicitar o nosso companheiro Renato Casagrande, presidente da Fundação João Mangabeira. Ele tem se empenhado em ouvir muita gente, muitos especialistas, para construir as ideias do partido em defesa do desenvolvimento nacional, o que será apresentado amanhã, no grupo correspondente. E desenvolvimento nacional requer planejamento, algo que, lamentavelmente, não temos há muitos anos no nosso querido e grandioso país. Precisamos de um planejamento estratégico que coloque o estado brasileiro à disposição da maioria da população, que evite a queda da participação da indústria nacional em relação ao PIB, pois ela não pode ficar obsoleta. A indústria nacional deve estar conectada com ciência, tecnologia e inovação, ser competitiva no plano internacional, gerar emprego de qualidade e salários bem remunerados aos trabalhadores especializados.

Mas, só podemos ter desenvolvimento com uma educação de qualidade. Lamentavelmente, essa não é realidade do país. Temos o pior ensino da América Latina. Não sou eu que digo. São os dados publicados anualmente pela ONU.

Portanto, se não tivermos um povo qualificado, ensino em tempo integral, e principalmente crianças pobres estudando em escolas de qualidade, como estudam os filhos

das classes média e alta, dos ricos, nós não teremos um país desenvolvido, não teremos trabalhadores preparados para que os investimentos nacionais e internacionais, numa nova economia, possam se estabelecer em nosso país.

E nós temos um povo criativo e trabalhador disposto a viabilizar o desenvolvimento do Brasil. Porém, temos uma elite atrasada e colonizada, que vê o país a partir de fora, e não a partir dos seus problemas cotidianos e da sua realidade. Essa é a grande questão. E nós, com outros partidos, com outras forças políticas e sociais, devemos buscar a solução.

Sobre a reforma agrária, ela ainda não foi concluída no nosso país. Todos os países capitalistas que se desenvolveram fizeram a reforma agrária, menos o Brasil. Isso revela outra face cruel da nossa elite política e econômica.

Mas temos uma área muito importante em crescimento: o agro-negócio. Esse setor faz a exportação de commodities, de minerais e de grãos, quando deveria desenvolver uma indústria de transformação que permitisse a venda de produtos industrializados. É uma vergonha que tenhamos de importar café, um país produtor de café há séculos! E temos que importar café da Colômbia, da terra do Carlos Amastha (PSB), ex-prefeito de Palmas (TO).

Enfim, precisamos de uma nova política industrial, de uma reforma trabalhista. Mas não essa! E sim a que vai trazer melhor qualificação ao trabalhador e maiores salários.

Precisamos aperfeiçoar o nosso sistema de saúde, um dos mais bem concebidos do planeta. Nenhum país do porte do Brasil tem um sistema de saúde como o nosso. É verdade que a imprensa ressalta a parte negativa. E ela existe. Porém, a área de saúde precisa ser salva. Devemos garantir a eficiência do SUS,

e não destruí-lo, como tentam os empresários do setor, que ganham muito dinheiro do próprio estado brasileiro, mas prestam um péssimo serviço à população brasileira.

Lamentavelmente, nos últimos anos, os recursos da saúde caíram bastante. É preciso recuperá-los e aperfeiçoar o sistema público, universal e gratuito de saúde. Sem providências sérias, em favor da população brasileira, não se pode dizer que há democracia. Porque democracia não é apenas votar. Democracia é se preocupar em solucionar os problemas da população, de todas as classes sociais, não apenas de uma parcela dela.

O nosso sistema está tão carcomido que, em vez de empolgação pela democracia, constatamos uma decepção pelo mundo da política. E nós socialistas, e outras tendências progressistas, democratas, nacionalistas, precisamos recuperar o prestígio da política. Mas só alcançaremos esse objetivo se nos comportarmos corretamente perante a população. Não é apenas uma questão ética. A ética é uma obrigação do homem público. Sequer deveria ser usada em discurso como uma qualidade, embora seja. É no encaminhamento das políticas públicas que se deve revelar a qualidade dos partidos que governam um país tão bom, tão grande e tão promissor.

Portanto, essas são algumas ideias alinhavadas no nosso Projeto Nacional de Desenvolvimento. Outras também foram debatidas, como uma grande reforma política, uma grande reforma do Estado, e uma grande reforma do ensino público gratuito e de qualidade.

Nós nos orgulhamos de várias iniciativas implantadas em administrações do PSB. Pernambuco, por exemplo, tem mais escolas em tempo integral do que outros estados

considerados mais importantes na Federação. E o governador Paulo Câmara está dando continuidade ao projeto.

O mesmo acontece na Paraíba, no Distrito Federal e em muitos municípios governados pelo partido.

Portanto, precisamos consolidar essas ideias. É necessário que a direção do partido, militantes e governantes debatam sobre esses temas. Dessa forma, vamos conhecendo as experiências e ampliando os nossos horizontes para despertarmos a esperança entre os brasileiros.

Observem onde nós chegamos em relação ao nível de decepção com a política! Estamos em um ano eleitoral. O segundo candidato de melhores intenções de voto é um escroque de extrema direita. É um Trump piorado!

Pensem numa situação dessas! Onde vamos parar se não nos juntarmos com as pessoas de bem, com os partidos que desejam mudar o país para evitar uma desgraça dessa no nosso Brasil? É um absurdo Jair Bolsonaro estar em segundo lugar nas pesquisas! É inaceitável, mas é também revelador onde chegamos na política.

Mas nós não viemos aqui para dizer palavras de desânimo. Só não podemos desconhecer o que a realidade está exigindo de todos nós, parlamentares, governadores, senadores, deputados, militantes, vereadores e deputados estaduais que estão aqui presentes, e aos quais dou boas-vindas em nome da deputada Laura Gomes, também presente. E saudamos esses companheiros que têm seus trabalhos nas assembleias legislativas.

Precisamos mostrar a todos os vereadores uma forma diferente de fazer política. Precisamos mostrar que a política é a atividade mais

nobre do homem e que tem sido muito desvirtuada.

Precisamos mudar esse horror político que vivemos. Em vez de desanimar, temos de transformar o Partido Socialista Brasileiro (PSB) em uma alternativa de poder. E só poderemos fazer isso se estivermos de mãos dadas, a direção, os militantes, e todos aqueles que tenham objetivos semelhantes, mesmo não pertencendo ao partido.

Por isso, diante dos desafios desse ano, e da situação eleitoralmente promissora do nosso partido – tão promissora quanto foram as eleições municipais – precisamos ter conteúdo e propostas. É preciso debater ideias. É preciso evitar a repetição do que foi a eleição presidencial de 2014, quando não se discutiu uma única ideia, quando se faziam acusações e deboches aos adversários. Claro que a população fica decepcionada! Qual é o projeto que você quer para o país? Esse é o tema que nós precisamos discutir.

Por isso, meus companheiros, minhas companheiras, meus colegas da Executiva Nacional, do Diretório Nacional, nossos convidados internacionais, nacionais, companheiros de partidos, amigos aqui presentes, agradeço muito a presença de vocês. Agradeço pessoalmente o apoio não só político, mas moral e emocional que recebi de tantos militantes durante esses três anos.

Vencemos algumas batalhas e cometemos alguns erros porque os seres humanos não trabalham sem errar. E eu peço desculpas e perdão pelos erros que vocês perceberam. Alguns, talvez, eu não tenha percebido. Mas outros eu tenho consciência. E agradeço, de coração, por contar com a contribuição de vocês, por receber tantos gestos de apoio, de carinho, de dedicação à organização do partido nos momentos difíceis. Isso nunca nos faltou.

Hoje é um dia de agradecimento, mas é necessário dizer que precisamos ir muito além do que já fomos. O nosso partido precisa se renovar, deixar de lado os aspectos demasiadamente convencionais, revolucionar a comunicação com a base e fazer com que ela participe mais das decisões da Direção do partido.

Para o PSB, é muito importante a participação efetiva de todos. É através dela que o partido pode se renovar. E os partidos precisam de renovação, precisam utilizar os meios digitais para ter um contato mais direto com a população, fazer pesquisa entre os filiados e, dessa forma, permitir que contribuam com sugestões, opiniões, e críticas aos seus dirigentes.

É preciso que essa militância tenha um sentimento de pertencimento, um sentimento de ser dona do partido porque ele não é dos seus dirigentes, mas dos seus filiados. E o nosso partido não tem caciques, felizmente. O nosso partido tem dirigentes e militantes. E dirigentes que amanhã voltarão, assim como eu, a ser um simples militante com desejo de participação nas instâncias partidárias.

Só poderemos fazer isso se soubermos nos autorreformular para não nos tornarmos um fenômeno congelado. Temos de ser um fenômeno político dinâmico sintonizado com as bases e reconhecido pela população brasileira. Precisamos ainda de muito esforço, mas tenho certeza que contaremos com o apoio de todos.

Nos próximos três anos, independente da posição ocupada pelo partido, estaremos sempre em busca dessa autorreforma, em busca de uma militância mais dinâmica e da modernização de um partido que quer e precisa se renovar, assim como precisam todos os outros.

Portanto, meus queridos companheiros e companheiras, dirigentes, militantes, deputados estaduais, federais, senadores, membros dos movimentos sociais, prefeitos, prefeitas, vereadores, vereadoras, esse Congresso precisa ser de afirmação política, porque a conjuntura com a qual nos defrontamos exige de nós coragem e determinação. Exige que façamos mais do que sempre fizemos. Exige de nós ideias para tirar o país da situação em que ele se encontra. E não se iludam. Diariamente, estamos assistindo às televisões vinculadas ao sistema financeiro internacional e nacional fazerem propaganda indireta ou direta do atual governo, anunciando o crescimento país, a queda do desemprego.

Mas nós sabemos que o sucesso desse tipo de proposta neoliberal conservadora é uma receita pronta. Conhecemos o resultado. Quando dá certo do ponto de vista deles, dá muito certo para os privilegiados e dá muito mais errado para a população. Não tenhamos ilusão. Precisamos reverter esse quadro nos juntando àqueles que desejam mudar, transformar essa realidade, e se opor a essas ideias diametralmente opostas ao que pensamos. Nós não queremos isso para o país.

As nossas ideias serão sempre de mudança, mesmo quando assumirmos governos. O que nos dá gás, pelo menos a nós, socialistas, é podermos sonhar com a mudança, não só na nossa cidade, no nosso Estado. Mas conseguirmos mudar o país, contribuir com as ideias de socialistas do mundo inteiro. Os socialistas são sempre e permanentemente ousados, sonhadores e utópicos. Vamos fazer o que pudermos para melhorar o país e o mundo, o que nos compete. Nós temos consciência que o mundo vive um momento difícil. Nem o Brasil está bem, nem os nossos

estados, nem os municípios. E nem esse sistema capitalista traz felicidade para as pessoas.

Nós precisamos mirar utopicamente o futuro, pois só assim o mundo poderá ser muito diferente. Temos de agradecer a todos aqueles socialistas, comunistas que nos antecederam e nos legaram tantos direitos que hoje tentam tirar da população. Eles eram considerados utópicos e sonhadores. Mas precisam ser o nosso espelho, o nosso exemplo, por toda a nossa vida – militante não se aposenta, socialista não se aposenta – para conseguirmos lutar, hoje e sempre, pela melhoria da humanidade e do nosso país, por uma sociedade e um mundo sem preconceito racial, sem preconceito de orientação sexual, sem preconceito com pessoas pobres.

O pior preconceito do mundo é contra as pessoas pobres. Isso é um horror! E nós não podemos admitir esse comportamento. As ideias que queremos implementar têm que estar sempre mirando um mundo melhor, mais justo, mais humano, mais fraterno.

Teremos que estar sempre olhando para um horizonte que nós, durante a nossa vida, não poderemos alcançar, mas que vai beneficiar as futuras gerações. Esse é o sonho que poderá nos conduzir, nos energizar, nos tornar mais felizes porque estamos fazendo política, a atividade mais nobre da humanidade. É através da política – e não há alternativa que o país vai mudar, o mundo vai mudar. Esse sentimento vai fazer com que possamos, modestamente, dar a nossa contribuição e nos juntarmos a todos aqueles que queiram mudar essa atual situação do país.

Nós não desistiremos. Como disse Eduardo Campos: “não va-

mos desistir do Brasil”. E essa frase está todo dia em nossas cabeças, não só na minha, mas na de todos nós. Todo mundo gostou dessa frase. Tanto quem é do PSB, quanto quem não é. Porque o país é muito grande, muito bom, muito bonito, muito rico e diverso. O país tem uma cultura fantástica. E é através dessa cultura que tentamos, simbolicamente, a cada congresso do PSB, expressar o que vai nos identificar como povo. É um povo nação. E é formando uma nação que vamos mudar o país. É um povo que se reconheça na sua cultura. É um povo que se reconheça no seu semelhante brasileiro, seja do Sul, do Norte, do Nordeste ou do Centro-Oeste.

Somos todos brasileiros. Todos somos irmãos. Todos precisamos lutar pelo Brasil. Todos precisamos transformar esse país e dar a nossa contribuição em favor da justiça social e contra qualquer tipo de discriminação de justiça, em qualquer parte do mundo.

Foi esse sonho que levou homens como Mandela à presidência da África do Sul, depois de 27 anos de prisão. Trata-se de um grande estadista que transformou o apartheid numa democracia.

Só assim poderemos conseguir. Só assim, sendo coerentes com a nossa própria história, poderemos manter esse partido de pé, crescendo, para dar a contribuição que o país espera dele num futuro próximo.

O PSB pode perder tudo, menos a sua história e a sua identidade política, ideológica e programática porque essa é a razão da nossa militância.

Muito obrigado. Um grande abraço a todos, muita sorte e um bom congresso para nós todos!

Viva o Partido Socialista Brasileiro! “De Norte a Sul e no País inteiro! E viva o Partido Socialista Brasileiro!”

SESSÃO 02: GRUPOS TEMÁTICOS

DATA: 02/03/2018, PERÍODO DA MANHÃ

CONJUNTURA POLÍTICA E AS ELEIÇÕES DE 2018

O PSB E A CONJUNTURA

Desde princípios da década atual tem se observado, no âmbito internacional, uma retomada do ideário conservador, do qual faz parte o fortalecimento de movimentos de direita e extrema direita na Europa, assim como, mais recentemente, a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos.

Com um pouco de defasagem com relação aos países europeus, ocorreram fenômenos semelhantes na América Latina, registrando-se uma retomada da agenda liberal conservadora, tanto no âmbito econômico, como social. Nesse sentido, no México, Peru, Argentina e, neste ano, no Chile, governos progressistas e/ou nacionalistas sofreram derrotas para propostas conservadoras.

No Brasil, com o advento do governo Temer, se apresentaram, desde o primeiro momento, indicações de que as propostas liberais conservadoras ganhariam terreno, o que acabou por se concretizar, por meio de iniciativas governamentais concretas, que procuraram alvejar a maior conquista popular dos últimos trinta anos de democracia, representada pelo sistema de seguridade social (saúde, assistência e previdência), que foi articulado pela Constituição Cidadã de 1988.

Em função da leitura, de haver uma inclinação conservadora no atual governo, a direção partidária aprovou por meio da Resolução Política N° 002/2016, de

10/05/2016 a posição de “não indicar, nem cancelar nomes” para compor seus quadros, em qualquer escalão. Em que pese essa deliberação, parte do PSB, por acreditar, de boa fé, que Temer realizaria um governo de transição, nos moldes do que ocorreu com Itamar Franco, flertou com suas proposições e iniciativas, chegando a indicar nomes para o governo.

Confirmando, contudo, a tendência que a direção partidária diagnosticou, o governo Temer iniciou de imediato a implementação de uma agenda, cujo grande alvo era o desmonte das políticas sociais de Estado, concebidas à época da Constituição de 1988.

Desse modo, foram articulados ataques frontais à legislação que regula as relações de trabalho, por meio da Reforma Trabalhista – sob o argumento falacioso de sua completa inadaptação à realidade contemporânea –, e a tentativa de desmontar o sistema seguridade social, composto pelo trinômio saúde, assistência, previdência, com a Reforma da Previdência, cujo último alvo consistia em ampliar as oportunidades de negócio, das instituições privadas nesse segmento, iniciativa que está intrinsecamente ligado ao ideário conservador, já qualificado.

Observe-se que as medidas que o governo pretende adotar na previdência alcançariam as aposentadorias propriamente ditas, mas também benefícios pertencentes à política de assistência social, de que

é exemplo o Benefício de Prestação Continuada – BPC, cujo público é de idosos e pessoas com deficiência.

Esse quadro, como é de conhecimento geral, desdobrou-se e as propostas governistas foram apresentadas à deliberação do Parlamento. A Comissão Executiva Nacional, coerentemente com a história, princípios programáticos, e convicções político-ideológicas do PSB, fechou questão contra a aprovação das reformas, por amplíssima maioria de seus membros (Resolução Política N° 001, de 24/04/2017).

Aprofundando a resistência política ao governo Temer, a Resolução Política N° 002/2017, de 20/05/2017, da Comissão Executiva Nacional, aprovou por unanimidade a tese de se defender a renúncia do presidente, para assegurar a governabilidade, fragilizada quando este se viu “alcançado por um processo de investigação” iniciado pela Procuradoria Geral da República. A mesma Resolução definiu o apoio do Partido à Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que contempla a realização de eleições diretas”, além de referendar a iniciativa do presidente nacional, que havia subscrito documento, que solicitava o impeachment do presidente Michel Temer.

Uma vez realizada a votação da reforma trabalhista, verificou-se haver votos que acompanharam as proposições do governo, fato que obrigou o Partido a cortar em sua própria carne, provocando perdas



Mesa diretora dos trabalhos com a participação do relator do grupo, Marcelo Peron; deputado federal Luciano Ducci (PSB-PR); presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira; prefeito de Palmas, Carlos Amastha (PSB-TO); vice-presidente de Relações Governamentais do PSB, Beto Albuquerque

quantitativas, entre seus membros no Congresso Nacional – que já estão sendo compensadas por adesões de parlamentares, identificados com o ideário do socialismo democrático, e que seguramente serão complementadas com as conquistas eleitorais em 2018, que já estão sendo gestadas em todo o País.

Desse processo, naturalmente difícil, resultou a afirmação da identidade político-ideológica do PSB e de sua história, que se constituem em seu maior patrimônio – as quais não podem ser postas a perder, sob pena de ferir de morte a própria razão de existência da instituição.

Note-se que, em situações nas quais se produzem um desequilíbrio entre as relações entre capital e trabalho, um partido socialista, evidentemente, precisa assumir o ponto de vista dos trabalhadores, e atuar para fazer valer seus direitos.

Em complemento às iniciativas conservadoras até aqui relatadas, o

governo Temer tem desenvolvido ações relacionadas à privatização, e consequente desnacionalização, de setores estratégicos ao desenvolvimento do Brasil – de que é exemplo relevante o Sistema Eletrobras que inclui a Chesf, ativo absolutamente essencial para a região Nordeste, tanto em termos econômicos e sociais, quanto de sua segurança hídrica –; concessões na área de petróleo e gás, em que empresas estrangeiras têm obtido vantagens, que causam espécie a qualquer um que acompanhe a conjuntura econômica. Na mesma linha, caminham medidas que relativizam e fragilizam a legislação ambiental brasileira, com o propósito final de atender interesses relacionados à produção de commodities.

Como efeito geral, essas medidas de governo produzem um violento processo de concentração de riqueza e renda, favorecendo exatamente os segmentos privilegiados,

aumentando ainda mais a desigualdade social, uma vez que insumos básicos para a população têm sofrido aumentos substantivos de preço, a começar do descalabro que está ocorrendo com o preço da gasolina, e gás de cozinha.

Dentre o rol de medidas adotadas pelo governo Temer, a que melhor caracteriza sua natureza retrógrada, e que confere uma unidade de sentido a sua atuação, é a aprovação da PEC do Teto. Entende-se essa afirmativa, se considerarmos que o País continuará a pagar em impostos, algo como 36% do Produto Interno Bruto (PIB), mas serão limitados os recursos para as políticas sociais de estado, o mesmo ocorrendo com os investimentos em infraestrutura.

O pagamento dos juros da dívida pública não segue, contudo, a mesma lógica, assegurando-se, ao contrário, preferência orçamentária para sua execução. É relevante observar, nesse contexto, que o pagamento anual de juros passou de

R\$ 36,1 bilhões em 1994, para R\$ 476,3 bilhões em 2016, crescendo mais do que 13 vezes no período.

O governo Temer atende, portanto, com sua atuação, de forma prioritária, os interesses da financeirização, mobilizados pela banca nacional e internacional, o que se processa por meio da implementação de um arco de medidas de política econômica, que é totalmente antipopular, e intrinsecamente antinacional.

À parte da orientação conservadora das políticas públicas no governo Temer, é necessário considerar que, em sua composição, houve e ainda há, quadros que enfrentam questionamentos de natureza legal, tendo ocorrido prisões de alguns de seus membros, evitando-se, ainda, a possibilidade de que outras ocorressem, por meio do uso do privilégio de foro. O próprio presidente da República, em fato inédito na história republicana, foi alvo de dois pedidos de autorização do Supremo Tribunal Federal, para que se abrisse processo por condutas delituosas a ele atribuídas.

Por tudo quando se relatou nesse título, fica evidente que o PSB, em função de sua origem, valores programáticos, trajetória teria que fazer oposição visceral às iniciativas do governo Temer. Não nos basta, contudo, resistir. Temos que estar à altura do momento de profunda angústia que vive a nação, acossada por crises que perduram por anos, apresentando à população alternativas para a construção de um futuro de outra qualidade, com relação a esse presente que todos queremos superar. As eleições nos oferecem uma excelente oportunidade, para que se apresente um projeto de país que nos permita sobrepujar o quadro atual, que é de desesperança e desalento.

O QUADRO ELEITORAL E AS PERSPECTIVAS DO PSB PARA 2018

Apesar das dificuldades narradas até aqui, acumulamos força para nos apresentarmos ao País com uma perspectiva original, programática, socialista e democrática. A exemplo das eleições municipais de 2016, o quadro eleitoral para 2018 é muito promissor.

Dessa forma, o Partido se fará presente nas eleições para os governos estaduais, com candidaturas competitivas em ao menos nove Estados. Na região Sudeste, temos Márcio França, em São Paulo e Renato Casagrande, no Espírito Santo. No Centro-Oeste, Rodrigo Rollemberg, Distrito Federal, candidato à reeleição. No Nordeste, Paulo Câmara, em Pernambuco, também disputando reeleição; João Azevedo, na Paraíba, que sucederá o governador Ricardo Coutinho; Antonio Carlos Valadares, em Sergipe; no Norte, David Almeida, no Amazonas; e Carlos Amastha, no Tocantins.

Complementam esse quadro, a possibilidade de que o vice-governador Daniel Pereira, de Rondônia, que deverá assumir o governo, apresente sua candidatura. No Rio Grande do Norte, há tratativas com o vice-governador do Estado, Fábio Dantas, atualmente filiado ao PCdoB, que pode se filiar ao PSB para disputar governo potiguar.

Para a Câmara dos Deputados, a Direção Nacional do Partido – que tem a reeleição dos atuais deputados, e ampliação de nossa base parlamentar como meta prioritária – avalia que o PSB poderá eleger entre 35 e 45 parlamentares, distribuídos entre todas as regiões do País.

Ao Senado Federal, até o presente momento, apresentam-se as pré-candidaturas à reeleição, do senador João Alberto Capiberibe (Amapá), Lúcia Vânia (Goiás), Lídice da Mata (Bahia); e à eleição, do ex-governador Wilson Martins (Piauí), do ex-deputado Beto Albuquerque (Rio Grande do Sul), e do Professor Alan Barbiero (Tocantins).

Pela primeira vez, o PSB disputará, com três candidatos competitivos, governos na Região Sudeste, fato relevante em função do peso de seu eleitorado e da liderança que ainda exerce no País, do ponto de vista econômico.

Em relação à eleição presidencial, as crises econômica, social e, principalmente, política estabeleceram um cenário de grande incerteza, a ponto de tornar razoável afirmar que, mesmo as candidaturas que já estão postas como “naturais”, podem sofrer revezes expressivos em futuro próximo. Do lado do PT, como é de conhecimento de todos, pairam dúvidas sobre a possibilidade da manutenção da candidatura do ex-presidente Lula, por problemas legais, ao passo que o governador Geraldo Alckmin, do PSDB, ainda está em fase de consolidação de sua candidatura.

No tocante ao PSB, o que existe no momento em discussão, são as postulações do ex-deputado Beto Albuquerque (RS) e do ex-ministro Aldo Rebelo (SP), apresentadas formalmente, por meio de carta ao presidente do Partido, além das conversações realizadas com o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa. Para uma instituição partidária, como a nossa, que tem uma visão de mundo e um projeto de país, o ideal é apresentar candidatura própria, particularmente porque o



Deputado federal Bebeto Galvão (PSB-BA) e senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Brasil precisa superar um dos piores momentos de sua vida republicana.

Para que isso aconteça, deve-se permitir que a decisão amadureça no conjunto do Partido porque a construção de uma candidatura da espécie exige apoio amplo, abnegação de todas as lideranças, altruísmo em muitos aspectos. Vale recordar, sob esse aspecto que, nada obstante as muitas qualidades pessoais de Eduardo Campos, de sua condição de governador de Estado e presidente do Partido, houve enorme dificuldade, inclusive interna, na construção de sua candidatura à presidência da República.

Conclui-se da experiência histórica, que o conjunto do Partido precisa desejar verdadeiramente a candidatura à Presidência para que ela tenha a devida viabilidade e, em decorrência, fortaleça as demais postulações aos governos estaduais e parlamentos.

Importante registrar, ainda, que outras instituições partidárias, como o Partido Democrático Trabalhista (PDT), Rede Sustentabilidade, Podemos, Partido dos Trabalhadores (PT), e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) procuraram o PSB, para prospectar as possibilidades de alianças para as

eleições presidenciais, fatos que colocam essa matéria em pauta. Assim, como há lideranças que defendem a candidatura própria, existem outros companheiros que preferem a realização de alianças, externando-se tais pontos de vista, com toda a liberdade que o momento requer.

Há, por fim, no âmbito partidário, aqueles que advogam a ideia de que, a exemplo de 2006, o PSB não realize coligação formal para a presidência da República com nenhuma outra instituição.

Seja qual for a deliberação deste debate, que já está em andamento, o importante é que se chegue a uma resolução de forma serena, para qual haja ampla participação da militância e das lideranças, preservando-se consequentemente nossa unidade interna; definições programáticas e ideológicas.

Isso tudo, evidentemente, tendo como referência principal a noção de que nossos rumos internos devem atender, em primeiríssimo lugar, aos interesses do Brasil e de sua população, e que se guarde ao mesmo tempo coerência com as teses e políticas defendidas pelo Partido.

A forma mais adequada de atender a esses requisitos é a realização de um Congresso Partidário Extra-

ordinário, dedicado a discutir especificamente este tema, que dará voz a todas as opiniões e permitirá deliberar sobre uma matéria de grande complexidade, de forma amplamente democrática, com a correspondente assunção de responsabilidades pelas decisões que forem adotadas.

CANDIDATURA PARA QUÊ?

Ao nos apresentarmos ao País em uma disputa eleitoral, cabe-nos inicialmente demonstrar termos uma visão de mundo, uma perspectiva de futuro em que estão presentes como ideário nossos valores programáticos, ou seja, o anseio por uma sociedade mais justa e igualitária, capaz de gerar oportunidades para todos; o desejo de superar a iniquidade que existe entre gêneros, os preconceitos étnico-raciais; concepções que defendem os direitos humanos, e a luta pelo reconhecimento da ampla diversidade, que caracteriza a humanidade. Esses valores, por sua vez, devem compor um todo coerente que oriente nossas ações e proposições, por mais concretas que essas sejam.

Quando pensamos, portanto, em desenvolvimento, não nos limitamos apenas às questões materiais, que de partida reconhecemos como essenciais à qualidade de vida.

Desejamos promover desenvolvimento, como afirmação de uma concepção de civilização, que implica em solidariedade, empatia, valorização da cultura e das oportunidades de desenvolvimento pessoal e coletivo, que lhe correspondem, de tal forma que possamos contribuir para o crescimento material e espiritual de nossa gente, inserida em um quadro histórico de exclusão.

Feitas essas ponderações, apon-tamos algumas das proposições, que entendemos relevantes, para promover o desenvolvimento, nos

Grupo Temático Conjuntura política e as eleições 2018 – plenário



termos em que o qualificamos ao longo deste documento.

Valorização da cultura nacional: Um país das dimensões do Brasil, que recebeu uma expressiva contribuição de imigrantes ao longo de sua história, é forçosamente detentor de uma ampla diversidade cultural que guarda relação com aspectos étnicos, mas que também se desenvolve em muitas e distintas expressões regionais.

Essa diversidade, contudo, deve ser valorizada, de tal forma que se possa atingir uma verdadeira “identidade nacional”, um sentimento de pertencimento, que contribua para a própria formação do nosso povo, até que seja verdadeiramente capaz de compartilhar e perseguir um projeto de País.

É preciso, nesse contexto, desenvolver ativamente políticas de cultura que façam circular em escala nacional, nossa própria diversidade, que deve estar presente na musicalidade, no cinema, no teatro, obtendo para tanto, o devido apoio do Estado brasileiro.

Dessa forma, cada habitante do país estará do ponto de vista cultural brasileiro, compartilhando socialmente um destino comum e um lugar de pertencimento.

Universalização da educação de qualidade: O exemplo dos países que desencadearam processos de desenvolvimento intensos, e acima das médias históricas conhecidas, tem como elemento central um grande esforço educacional que busca recuperar os passivos existentes (por exemplo, analfabetismo), e desenvolver novas habilidades, o que requer investir pesadamente tanto na educação básica, quanto superior. Nessa área, o PSB tem feito grandes avanços nos estados em que administra, sendo casos de êxito a expansão do ensino em tempo in-

tegral em Pernambuco e na Paraíba; a preparação para o novo ambiente econômico, em que se destaca a economia do conhecimento, com formação dos jovens em disciplinas relativas a tecnologia, o que ocorre no Distrito Federal, na Paraíba e Pernambuco.

Investimentos massivos em ciência, tecnologia e inovação: No paradigma da economia do conhecimento não existe possibilidade de falar de um processo verdadeiro de desenvolvimento sem que se potencialize o setor de ciência, tecnologia e inovação. Esse vetor precisa ser articulado com avanços educacionais, formação de pesquisadores e docentes, investimentos expressivos em carreiras técnicas, como as engenharias. É essencial, também, remodelar a cultura empresarial e as formas de interação entre instituições de pesquisa e empresas privadas para que a inovação passe a fazer parte da própria dinâmica econômica.

Ampliação e fortalecimento da economia criativa: o Brasil tem um grande potencial na economia criativa, inicialmente em função da diversidade de sua cultura – que abre fronteiras inexploradas, em termos de entretenimento –, das possibilidades no âmbito do turismo, do artesanato, etc. É imperativo, contudo, articular a natureza criativa da população ao desenvolvimento das disciplinas e carreiras técnicas, de recursos e investimentos que permitam construir, igualmente, uma vigorosa indústria de softwares e games; desenvolver produtos culturais, que possam ser apresentados, no país e no exterior – como já ocorre, em alguns casos, com nosso cinema, que já adquiriu maturidade para tanto.

Reordenamento do Estado: Reordenar o Estado, na concepção do

socialismo democrático, diz respeito a ampliar a economicidade, produtividade, transparência das agências estatais. Significa também, e especialmente, subordinar a atuação estatal aos interesses da maioria da população e de um projeto nacional de desenvolvimento, claramente formulado e implementado com total respeito aos princípios da administração pública.

Novo federalismo e reforma fiscal: É preciso repensar o arranjo federativo fazendo com que uma porção maior de recursos chegue a municípios e estados, locais em que efetivamente as pessoas vivem – implantado-se, portanto, um Novo Federalismo. É urgente, igualmente, reestruturar o quadro fiscal brasileiro ampliando a progressividade na arrecadação, diminuindo-se de forma sensível os impostos sobre consumo, que oneram a parcela mais pobre da população. Temos, ainda, que desativar a armadilha imposta pela sujeição perversa do endividamento público à financeirização, que destina parte expressiva dos recursos fiscais ao serviço da dívida pública.

Conceber e implantar uma política industrial: O Brasil tem, como um de seus grandes desafios, a reversão do processo de desindustrialização em curso, que compromete nosso potencial de desenvolvimento, desnaturando o parque produtivo nacional que, mantido o padrão atual, corre o risco de converte-se em mero montador de produtos de baixa tecnologia, ou de tecnologia que não dominamos.

Recuperação e ampliação da infraestrutura: O País acumulou um enorme déficit em termos de modais de transporte (terrestre, aéreo e naval), telecomunicações, produção energética, logística e mobilidade, etc. Para que se possa adentrar um

ciclo de desenvolvimento estável será necessário recompor a infraestrutura nacional, evitando-se a armadilha dos “voos de galinha”, que têm caracterizado os ciclos recentes de crescimento da economia brasileira.

Aproveitamento do potencial energético: Temos uma matriz energética com grande potencial para tornar-se uma das mais limpas do mundo, o que não ocorre hoje em função do uso recorrente de usinas termoeletricas, que geram energia cara e de grande impacto ambiental. O País possui, no entanto, outras oportunidades relevantes para ampliar seu potencial energético, substituindo inclusive fontes fósseis (termoeletricas). Sob esse aspecto se destacam, a título de exemplos, a energia solar, a eólica e o uso de biomassa. A disponibilidade energética, a partir de fontes renováveis, é insumo essencial a um processo de desenvolvimento está-

vel e sustentável do ponto de vista ambiental.

Fortalecimento das políticas sociais de Estado: O Brasil precisa se dar conta da importância dos bens públicos no fenômeno do desenvolvimento. Dessa forma, falar de um país verdadeiramente desenvolvido – como o demonstram, especialmente, os membros da Comunidade Europeia – corresponde a implementar o sistema de segurança social (saúde, assistência e previdência social); ter políticas de segurança pública, eficientes e de baixa letalidade; assegurar o acesso à habitação, sanidade ambiental, etc. **Segurança Pública:** Essa política mereceu muito tardiamente uma atenção mais próxima do Governo Federal – à semelhança do que tem ocorrido, em termos de recursos e foco, com outras políticas sociais, como saúde e educação. No desenho da política de segurança é necessário considerar que, além da

questão específica do crime organizado, que precisa ser enfrentado, deve-se ter em mente a natureza multifatorial do problema. De partida, há que se observar que o Brasil não é produtor de drogas ou armas, o que significa dizer que o enfrentamento desses problemas envolve diretamente o controle de fronteiras, que é de competência do governo federal. Temos, portanto, que investir pesadamente na resolução dessa vulnerabilidade para asfixiar, operacional e financeiramente, o crime organizado. Medidas dessa espécie, absolutamente necessárias, não são suficientes, contudo, ao equacionamento da questão da segurança pública. Deve haver uma mudança estrutural nas estratégias de combate à criminalidade, o que implica a necessidade inadiável de se realizar a reforma urbana. As cidades brasileiras devem passar por uma reconcepção, que permita incluir suas periferias, fazendo che-

Vice-governador de São Paulo, Márcio França



gar a elas políticas públicas, como educação, cultura, esporte, lazer, saneamento ambiental, habitação, mobilidade. Sem que se supere o verdadeiro apartheid social, que persiste no Brasil contemporâneo, não se produzirá uma vida social pacificada pois, na ausência de Estado, que caracteriza atualmente nossas periferias, o crime – organizado ou não – continuará a reinar.

CONCLUSÃO

Materializar o que se indicou acima, como pilares de um projeto nacional de desenvolvimento, requer a reorganização do Estado brasileiro e a recuperação da capacidade de investimento do País, que chegou aos níveis criticamente baixos.

A retomada dos investimentos passa forçosamente, contudo, pela adequação dos mecanismos de gestão da dívida pública, que tem se demonstrado um grande ônus, tanto para o setor público quanto para agentes privados, que são penalizados por juros significativamente

superiores aos parâmetros internacionais.

Consideradas as perspectivas eleitorais, apresentadas neste documento, e uma visão clara quanto às necessidades do Brasil para a retomada do desenvolvimento inclusivo e sustentável, é certo que o Partido Socialista Brasileiro – PSB voltará a ter desempenho muito relevante, como já o fez em outras ocasiões, com destaque para 2012 e 2016.

Vamos crescer, é certo, mas iremos fazê-lo com qualidade e, especialmente, com ampla fidelidade ao programa partidário, que coloca o PSB no espectro de instituições de centro-esquerda e, em meio a elas, na qualidade de defensor incansável da democracia, das demandas e urgências populares; e do desenvolvimento – processo sem o qual, todo o conjunto de iniciativas, em benefício de nosso povo, é posto a perder.

Desejamos, no entanto, muito mais do que uma sociedade “rica”. Queremos gozar os benefícios de uma nova civilização, mais solidá-

ria, equitativa, justa; na qual se estabeleçam, de vez, os primados dos direitos humanos, superando-se por completo as práticas cotidianas, diárias dos preconceitos, que, tendo origem em uma cultura historicamente excludente, produz efeitos concretos de segregação na vida de porções expressivas de nossa população.

Uma mudança de paradigma social precisa ter um agente coletivo, um sujeito da transformação e, no caso do Brasil, esse ator deverá ser um povo que, se reconhecendo na exclusão de que é historicamente vítima, saiba também da potência que reúne para reinventar suas condições de existência.

O Partido Socialista Brasileiro (PSB), como sempre o fez, estará ao lado desse povo em sua luta por emancipação, junto a todas as forças políticas e sociais que se identificam com essas perspectivas, incluindo nelas nacionalistas, democratas, e todos os brasileiros que desejam contribuir para essa causa, tendo eles ou não filiação partidária.

Delegados do PSB no Grupo Temático Conjuntura política e as eleições 2018



PROJETO DESENVOLVIMENTISTA, COM HARMONIZAÇÃO ENTRE A POLÍTICA ECONÔMICA E POLÍTICA SOCIAL

ANTECEDENTES

O Partido Socialista Brasileiro – PSB e a Fundação João Mangabeira – FJM realizaram, nos últimos anos, um significativo número de estudos com o objetivo de diagnosticar as limitações que têm se apresentado ao desenvolvimento no Brasil, propondo, complementarmen- te, medidas que pudessem levar o País a realizar seu imenso potencial social, econômico e cultural. São exemplos recentes de tais iniciati- vas publicações como ‘Uma agenda para o Brasil 11’ e o ‘Projeto Brasil – Plano Estratégico de Desenvolvi- mento Nacional’.

Adentrar a complexidade dos procedimentos diagnósticos e o desenho de medidas práticas que possam superar a situação em que nos encontramos excede em mui- to o espaço que temos nesse docu- mento de subsídio, de tal forma que deixaremos ao leitor a incumbên- cia de consultar a documentação já produzida pelo PSB e FJM, para concentrar esforços na apresentação de uma leitura dos desafios estraté- gicos existentes, segundo a concep- ção e achados do Partido, ao que se seguirá a proposta dos grandes eixos de intervenção, que devem orientar sua atuação política, seja nas casas parlamentares, na liderança do exe- cutivo, ou mesmo nas interações junto à sociedade civil.

POR UM PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

O PSB vem postulando como seu principal compromisso programáti-

co, a concepção e implantação de um projeto nacional de desenvolvi- mento. Essa expressão, síntese da vi- são do Partido, é significativamente mais complexa do que ela se ofe- rece em uma leitura desatenta, fato que requer os desdobramentos que serão apresentados a seguir.

Ao insistir no caráter nacional de desenvolvimento, o Partido fir- ma sua leitura, segunda a qual, vive- mos, ainda hoje, uma ordem inter- nacional assimétrica, que limita de forma expressiva as possibilidades de desenvolvimento dos países do terceiro mundo, fato que foi poten- cializado por um padrão de globa- lização excludente, que se articulou desde as crises capitalistas da década de 1970 (emergência dos governos Margareth Thatcher e Ronald Re- agan).

Nacional, portanto, significa dizer que, em um projeto de de- senvolvimento, é fundamental dis- cutir os termos de nossa inserção no sistema do mundo, concebendo estratégias que possam superar a condição atual, que é de ampla su- balternidade.

Nesse contexto, não nos basta – ainda que não os recusemos – os louros de termos um pujante seg- mento de agronegócio; de contar- mos com uma indústria extrativista mineral de grande escala, comple- xidade e competitividade.

É essencial ir além e voltarmos a conceber e implementar, de fato, uma verdadeira política industrial, que nos permita:

- Adensar a indústria de trans- formação, aumentando o valor agregado das commodities (de ori-

gem mineral e no agronegócio) e dos produtos industrializados.

- Incorporar e potencializar o uso das novas tecnologias, aplicadas ao processo produtivo.

- Reverter o processo de desin- dustrialização em curso, que tem estado acompanhado da desnatu- ração de nosso parque produtivo, uma vez que, em muitas situações, em lugar de produzir no país, im- portamos componentes para mon- tar produtos de baixa tecnologia, ou de tecnologia que não dominamos.

Cabe observar que a organiza- ção da estrutura produtiva do País não se refere apenas às relações en- tre os setores primário, secundário e terciário da economia.

Ao abordar desse tema se está tratando, de forma imediata, de questões de máximo interesse da população como um todo, pois a composição setorial da economia é determinante, para a sustentabi- lidade ambiental e dos negócios, da qualidade do emprego oferecido no País, na formalidade das relações de trabalho, na remuneração do traba- lho assalariado, etc.

Produto Interno Bruto (PIB), relações de troca com o exterior, balanço comercial e de pagamentos, dívida pública. Todas essas variáveis se encontram em relação direta com a estrutura produtiva da eco- nomia nacional e, portanto, são de interesse da população e dos agen- tes e instituições políticas.

TECNOLOGIA E CRIATIVIDADE

A leitura que o PSB faz dos re- quisitos do desenvolvimento leva

em conta, também, o caráter que a tecnologia adquiriu na contemporaneidade, algo que não pode ser confundido com os velhos paradigmas analíticos, em que esse tema era analisado.

Não se trata apenas, portanto, de dominar tecnologias de ponta para aumentar o valor agregado de bens e serviços, controlar mercados, assegurar economicidade, competitividade e produtividade.

No novo patamar atingido pelas economias capitalistas, os motores da produção de riqueza são

conhecimento e criatividade, o que significa dizer que a própria lógica de produção de valor foi revolucionada.

A indústria automobilística é um exemplo particularmente interessante da nova realidade. Até vinte ou trinta anos atrás, os carros eram vendidos essencialmente em função de sua mecânica, da potência dos motores, da excelência dos projetos de engenharia enquanto tal. Atualmente, sem que as empresas possam se descuidar desses aspectos, o grande diferencial está no design e nas estratégias de marketing, que não ven-

dem apenas um “produto”, mas uma experiência de vida, que é mediada pelo carro. Dessa forma, as palavras esportividade, dirigibilidade, sustentabilidade são vitais, à concepção dos produtos e a seus projetos industriais.

Do ponto de vista estritamente industrial, é muito mais importante criar as necessidades que justificam a produção de um bem, e os protótipos que permitirão a um determinado segmento industrial se desenvolver, do que cuidar do processo de industrialização estrito senso. A revolução em curso nos serviços de

Grupo de trabalho Projeto Desenvolvimentista, coordenado por Renato Casagrande, presidente da FJM



mobilidade urbana, que implicam aplicativos de transporte, veículos autônomos, mapeamento e virtualização das cidades etc, não tem justamente essa natureza?

Observe-se que tratamos, até aqui, de atividades que guardam relação imediata com produtos, no sentido convencional. Se pensarmos, contudo, na indústria de softwares e games, no entretenimento, turismo, hospedagem, cinema, moda, etc., veremos que os impactos do novo paradigma econômico são muito mais extensos e relevantes porque está em curso, também, uma revolução simbólica, em que parte expressiva do que chamamos de riqueza é gerada a partir de elementos que não são tangíveis.

HARMONIZAÇÃO DE POLÍTICA ECONÔMICA E POLÍTICA SOCIAL

Há uma tendência, especialmente entre as forças conservadoras, de pensar que a política econômica possa ser conduzida autonomamente, sem referência à política social. A rigor, nessa fórmula, a política social é preterida, impondo-se metas econômicas, que acabam por limitar a relevância, e alcance da primeira.

Há, no entanto, um pesado preço a pagar por esta abordagem: o desencanto com a democracia, que se observa inclusive em países desenvolvidos. Para instituições partidárias progressistas, como é o caso do PSB, é fundamental, portanto, pensar os arranjos de política econômica, que preservem e ampliem os direitos sociais e os direitos humanos – o que se constitui em um desafio de grande escala.

Evidentemente não há uma fórmula pronta para alcançar essa meta, mas ela deve estar presente em todo projeto político, que tenha por referentes as demandas populares e,

por meta, a ampliação e o fortalecimento da democracia.

Quando esses elementos não orientam a ação, o que se observa é uma ambiguidade com relação ao regime democrático, o que se vê em tendências autoritárias à esquerda, mas também no próprio liberalismo, que em muitas ocasiões preteriu a democracia, em favor de seus programas de ajuste, que só podem ser impostos, ao custo de enormes sacrifícios por parte dos segmentos mais pobres e vulneráveis da população.

PILARES DO PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO PSB

O Brasil acumulou ao longo dos últimos anos um grande conjunto de limitantes a seu desenvolvimento. Listar esses fatores de forma exaustiva nos levaria muito além dos objetivos desse documento.

É possível, contudo, apontar os grandes vetores que deverão ser equacionados para que o País possa alcançar requisitos mínimos para seu desenvolvimento. Na perspectiva do PSB, portanto, um projeto nacional de desenvolvimento deve se basear, necessariamente, nos seguintes pilares:

1. Valorização da cultura nacional: Um país das dimensões do Brasil, que recebeu uma expressiva contribuição de imigrantes ao longo de sua história, é forçosamente detentor de uma ampla diversidade cultural, que guarda relação com aspectos étnicos, mas que também se desenvolve em muitas e distintas expressões regionais. Essa diversidade, contudo, deve ser valorizada, de tal forma que se possa atingir uma verdadeira “identidade nacional”. É preciso, nesse contexto, desenvolver ativamente políticas de cultura que façam circular, em escala nacional,

nossa própria diversidade, que deve estar presente na musicalidade, no cinema, no teatro, obtendo, para tanto, o devido apoio do Estado brasileiro.

2. Universalização da educação de qualidade: O exemplo dos países que desencadearam processos de desenvolvimento intensos, e acima das médias históricas conhecidas, tem como elemento central um grande esforço educacional, que busca recuperar os passivos existentes (por exemplo, analfabetismo), e desenvolver novas habilidades, o que requer investir pesadamente, tanto na educação básica quanto superior. Países asiáticos, como Coreia do Sul, Singapura, China e, antes deles, o próprio Japão, são bons exemplos nesses casos.

Não pode haver dúvida de que o Brasil tem que realizar essa verdadeira revolução, se pretender sair da letargia em que se encontra há algumas décadas. Registre-se que é preciso superar o que muitos apresentam como uma espécie de dicotomia, opondo ensino técnico e formação para o trabalho, relativamente à formação crítica, e participação cidadã.

O Brasil não pode dispensar nenhuma dessas dimensões e deve, a rigor, fazer avanços significativos em ambas. Nessa área, o PSB tem feito grandes avanços nos estados em que administra, sendo casos de êxito a expansão do ensino em tempo integral, em Pernambuco e na Paraíba; a preparação para o novo ambiente econômico, em que se destaca a economia do conhecimento, com formação dos jovens em disciplinas relativas a tecnologia, o que ocorre em São Paulo, no Distrito Federal, e também na Paraíba e Pernambuco.

3. Investimentos massivos em ciência, tecnologia e inovação: No paradigma da economia do conhe-

cimento, conforme foi indicado anteriormente, não existe possibilidade de falar de um processo verdadeiro de desenvolvimento, sem que se potencialize o setor de ciência, tecnologia e inovação. Evidentemente, tudo que se faz nesse segmento precisa ser articulado com avanços educacionais, formação de pesquisadores e docentes, investimentos expressivos em carreiras técnicas, como as engenharias. É relevante observar, nesse aspecto, que não se trata apenas de recursos, mas também de se remodelar a cultura empresarial, e as formas de interação entre instituições de pesquisa e empresas privadas para que a inovação passe a fazer parte da própria dinâmica econômica. Como já ocorre nos países desenvolvidos, é preciso que a inovação seja internalizada pelas empresas – nas dimensões do planejamento, do desenvolvimento de processos e produtos, da formação e consolidação da cultura institucional –, de tal modo que elas possam apresentar ganhos significativos de economicidade, produtividade e competitividade.

4. Ampliação e fortalecimento da economia criativa e da micro e pequena empresa: o Brasil tem um grande potencial na economia criativa, inicialmente em função da diversidade de sua cultura – que abre fronteiras inexploradas, em termos de entretenimento –, das possibilidades no âmbito do turismo, do artesanato, etc. Igualmente importante, as micro e pequenas empresas são responsáveis pela geração de mais da metade dos empregos gerados no País. É imperativo, contudo, articular a natureza criativa da população ao desenvolvimento das disciplinas, técnicas, recursos que permitam construir, também, uma vigorosa indústria de softwares e games; desenvolver produtos cultu-

rais, que possam ser apresentados no país e no exterior – como já ocorre, em alguns casos, com nosso cinema. Em termos da economia criativa, cabe considerar, muito especialmente, seu enorme potencial inclusivo, uma vez que poderá incorporar e ressignificar, muitas atividades relacionadas à cultura popular, de que são exemplos o artesanato, a culinária, a dança, a produção musical, etc. Em termos da micro e pequena empresa, é importante a articulação de estratégias para acesso ao crédito e microcrédito, que podem ser alavancados por meio da instituição de um fundo garantidor.

5. Reordenamento do Estado: As teses liberais têm insistido na diminuição do tamanho do setor público, como condição necessária ao desenvolvimento. Esse viés, contudo, atende mais ao cânone liberal do que as necessidades efetivas de tal processo. Reordenar o Estado, na concepção do socialismo democrático, diz respeito a ampliar a economicidade, produtividade, transparência das agências estatais. Significa também, e especialmente, subordinar a atuação estatal aos interesses da maioria da população, e de um projeto nacional de desenvolvimento, claramente formulado e implementado com total respeito aos princípios da administração pública.

6. Novo federalismo e Reforma fiscal: É preciso repensar o arranjo federativo, fazendo com que uma porção maior de recursos chegue a municípios e estados, locais em que efetivamente as pessoas vivem – implantando-se, portanto, um Novo Federalismo. É urgente, igualmente, reestruturar o quadro fiscal brasileiro, ampliando a progressividade na arrecadação, diminuindo-se de forma sensível os impostos sobre o consumo e a produção, que oneram

a parcela mais pobre da população. Temos, ainda, que desativar a armadilha imposta pela sujeição perversa do endividamento público à financeirização, que destina parte expressiva dos recursos fiscais ao serviço da dívida pública. Chama atenção, e requer estratégia consistente de enfrentamento a dívida interna brasileira que tem consumido, ao longo das últimas décadas, quase metade do orçamento da União, com o pagamento de juros e serviços da dívida. De igual forma, é necessário combater o patrimonialismo e a apropriação de várias corporações do Estado brasileiro. O debate que se coloca não é “estado mínimo”, mas sim daquele necessário para garantir o atendimento dos direitos fundamentais da população.

7. Conceber e implantar uma política industrial: O Brasil tem, como um de seus grandes desafios, a reversão do processo de desindustrialização em curso, que compromete nosso potencial de desenvolvimento, desnaturando o parque produtivo nacional que, mantido o padrão atual, corre o risco de converter-se em mero montador de produtos de baixa tecnologia ou de tecnologia que não dominamos.

8. Recuperação e ampliação da infraestrutura: O País acumulou um enorme deficit em termos de modais de transporte (terrestre, aéreo e naval), telecomunicações, produção energética, logística e mobilidade, etc. Para que se possa adentrar um ciclo de desenvolvimento estável, será necessário recompor a infraestrutura nacional, evitando-se a armadilha dos “voos de galinha” e do “custo Brasil”, que têm caracterizado os ciclos recentes de crescimento da economia brasileira.

9. Aproveitamento do potencial energético: Temos uma matriz

energética com grande potencial para tornar-se de uma das mais limpas do mundo, o que não ocorre hoje, em função do uso recorrente de usinas termoeletricas, que geram energia cara, e de grande impacto ambiental. O País possui, no entanto, outras oportunidades relevantes, para ampliar seu potencial energético, como a energia solar, a eólica e o uso de biomassa.

10. Planejamento e desenvolvimento regional: É preciso modificar a lógica de conceber o planejamento de médio e longo prazo para a atuação do Estado brasileiro, centrado numa visão que desvaloriza e desconsidera forças que atuam nas esferas local e regional. Há muitas experiências em curso no território nacional liderada por estados e municípios, expressões territoriais que deveriam somar-se ao planejamento nacional. Nesta direção, é importante organizar estratégias de planejamento voltada ao território da Amazônia, possibilitando a construção de projeto de desenvolvimento regional sustentável para essa região. Igualmente, é relevante a incorporação dos elementos estratégicos configurados nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), metodologia desenvolvida pela ONU para ampliar a garantia sobre a sustentabilidade do modelo a ser concebido.

11. Fortalecimento das políticas sociais de Estado: O Brasil precisa se dar conta da importância dos bens públicos no fenômeno do desenvolvimento. Dessa forma, falar de um país verdadeiramente desenvolvido – como o demonstram, especialmente, os membros da Comunidade Europeia – corresponde a implementar o sistema de seguridade social (saúde, assistência e previdência social); adoção de políticas claras para o enfrentamento à

pobreza e exclusão social no campo, da qual a agricultura familiar, o cooperativismo a reforma agrária e a regularização de terra, constituem eficientes ferramentas; ter políticas de segurança pública, eficientes e de baixa letalidade; assegurar o acesso à habitação, sanidade ambiental, etc.

– Quanto à segurança pública, que mereceu muito tardiamente uma atenção mais próxima do Governo Federal, é preciso observar que, além da questão específica do crime organizado, que precisa ser enfrentado, deve-se ter em mente a natureza multifatorial do problema. Temos, em particular, que mudar de forma estrutural as estratégias de combate à criminalidade, o que implica a necessidade inadiável de se realizar a reforma urbana para promover a inclusão das periferias, assegurando a todos o direito de acesso à cidade como lugar privilegiado de convívio e intercâmbio social. Se quisermos superar os casuísmos e o improvisado que têm imperado neste tema, impõe-se considerar abordagens como Pacto pela Vida, em Pernambuco, ou o Estado Presente, no Espírito Santo. Em ambos os casos, estabeleceu-se uma aproximação das políticas, com as comunidades, e foram articuladas outras políticas sociais à segurança, como a assistência social, educação, desporto etc.

Materializar o que se indicou acima requer a reorganização do Estado brasileiro e a recuperação da capacidade de investimento do País, que chegou a níveis criticamente baixos. A recuperação de investimentos passa forçosamente, contudo, pela adequação dos mecanismos de gestão da dívida pública, que tem se demonstrado um grande ônus, tanto para o setor público quanto para agentes privados, que são penalizados por juros significa-

tivamente superiores aos parâmetros internacionais.

CONCLUSÃO

Desenvolvimento, na concepção do socialismo democrático, implica no estabelecimento de um marco civilizatório em que a produção de riqueza e renda esteja articulada ao aumento geral do bem-estar da população, preservada, evidentemente, a sustentabilidade do conjunto do processo.

Nesse sentido, não se trata de um fenômeno econômico apenas, mas de uma mudança de paradigma político, social, cultural e econômico.

Por essa razão, o socialismo democrático salienta e reafirma que o desenvolvimento tem que ser inclusivo; deve articular a política econômica às políticas sociais, ampliando o apreço pela democracia ao promover justiça social.

No âmbito da cultura, “dos costumes”, o desenvolvimento deve promover o respeito aos direitos humanos, à diversidade, contribuindo de forma decisiva para a superação dos preconceitos. Igualdade de gêneros, superação de todas as formas de preconceito etno racial; respeito à orientação sexual de todos (as) cidadãos(ãs).

Essas são as expectativas da concepção de mundo que o socialismo democrático representa, e que permite afirmar, como Shimon Perez, que “o socialismo não é um dogma. O socialismo é uma civilização, uma atitude em relação às questões mais importantes de nossa vida. Paz. Justiça. Igualdade. Humanismo”.

Essa divisa é um dos elementos essenciais, da práxis política perseguida pelo PSB ao longo de toda sua trajetória, animando sua militância e lideranças.

NOVAS TECNOLOGIAS E MECANISMOS DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

ANTECEDENTES

Origens da democracia – A origem da democracia remonta ao mundo grego, mais precisamente à cidade-estado de Atenas, em 507 A.C. Sucede o governo dos tiranos, e decorre da luta entre facções aristocráticas. Atribui-se sua criação ao legislador Clístenes.

Com a democracia surge o espaço público, que se diferencia da situação em que tudo se resolvia a partir da tutela que exerciam reis, sacerdotes, dentre outros “notáveis”. Com a superação da precedência da autoridade (aristocrática, religiosa), a gestão da sociedade política, da cidade, se dá a partir do diálogo, da locução entre diferentes atores dos quais ela se compõe – observado que estavam excluídos da gestão das cidades os escravos, as mulheres, os estrangeiros, e os que não detinham propriedade.

Desde o seu nascedouro, a democracia é objeto de críticas e questionamentos, inclusive por parte de filósofos, como Platão e Aristóteles. O primeiro, apontando como problema o fato de que a gestão da cidade e da vida pública não se faz por aqueles que mais sabem, os filósofos, ao passo que o segundo observa que a democracia é o governo de muitos, que procuram o seu próprio interesse, em lugar de almejam o bem comum.

Após a antiguidade clássica, a democracia praticamente desapareceu, até mesmo porque a vida urbana regrediu de maneira significativa em toda a Europa, à medida que se consolidou o feudalismo. O ressurgimento da democracia teria que

aguardar vários séculos, encontrando nos Estados Unidos, depois da sua independência, um laboratório em que se gestou uma forma nova de democracia – que encontrou sua maturidade política e conceitual com a expressiva contribuição do Iluminismo e da Revolução Francesa.

Vale lembrar, uma vez mais, contudo, que o ressurgimento da democracia padecia de muitas limitações porque havia amplos segmentos da população que não tinham direito a voto, notadamente escravos e mulheres, assim como não proprietários, em vários países em que esse regime floresceu.

A DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA

Desde seu ressurgimento no século XVIII, até hoje, a democracia passou por evoluções relevantes, estando entre as mais significativas i) a ampliação do direito a voto, que passou a incluir mulheres, não proprietários; ii) o desenvolvimento das condições para que representantes da classe trabalhadora pudessem se dedicar, integralmente, à atividade política; iii) a nítida separação dos poderes, com o estabelecimento do mecanismo de contrapesos, que evitam a concentração do protagonismo político na mão de poucos indivíduos; iv) o reconhecimento dos direitos humanos, como institutos inerentes ao regime democrático.

Essas conquistas, uma vez consolidadas, passaram a permitir novas demandas de aprimoramento do regime

democrático, uma parte significativa delas, relacionada ao acompanhamento, pela sociedade, dos mandatos concedidos a seus representantes, tanto no parlamento, quanto no executivo. O amadurecimento da democracia representativa demonstrou, portanto, que ela é insuficiente para assegurar a plena realização da soberania popular.

Um dos desafios da representação e sua complementação por meio da participação popular é o aprimoramento da democracia representativa. Ainda que muitos agentes políticos e estudiosos apontem a existência de uma crise expressiva da democracia representativa, se colocarmos os problemas atuais dentro de uma perspectiva histórica, veremos que nos encontramos, mais propriamente, frente a demandas populares, relativas a sua complementação, por meio da ampliação da participação.

Legítimo afirmar, portanto, que a população pretende que a democracia representativa seja complementada por meio da combinação de seus institutos – amplamente consolidados, mas insuficientes para assegurar o exercício da soberania do povo – com mecanismos efetivos de participação, que lhe conferam o direito de discutir temas estratégicos, valores sociais relevantes, ou ainda, interferir no modo como os representantes populares exercem seus mandatos.

Essas reivindicações não encontraram, até aqui, solo fértil, mesmo que se considere que a grande maioria das nações democráticas tenham, em suas previsões legais, mecanismos que permitam a parti-

cipação popular. A rigor, esses mecanismos têm sido pensados como recursos não ordinários, a que se recorre em situações muito particulares, cenário que produz a sensação, junto à população, de que os agentes políticos, e instituições partidárias, resistem à materialização de uma evolução necessária e inerente, às novas possibilidades de interações, que surgiram na sociedade contemporânea.

Nesse aspecto, a cultura política predominante conflita com as novas formas de sociabilidade, dentre as quais se deve destacar a conectividade em rede, que potencializa a troca de informações, de opiniões e, consequentemente, as possibilidades de intervenção dos indivíduos nos fenômenos sociais e políticos.

Se existe, portanto, como afirmam muitos, uma “crise da democracia representativa”, ela não indica a presença de uma vaga anti-democrática de grandes proporções, mas, de forma mais precisa, o reconhecimento de haver uma insuficiência em suas possibilidades e instrumentos; do que decorre o desejo fartamente expresso, no sentido de ampliação efetiva da participação popular e, consequente complementação do regime democrático.

INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO

Há um repertório relativamente grande de instrumentos, que permitem a participação popular, inclusive porque existe uma vasta experiência sobre o tema, em escala mundial. Relacionam-se abaixo, contudo, os instrumentos que já têm previsão legal no Brasil, ou que são objetos de Projetos de Lei, ou iniciativa parlamentar.

Plebiscito – Instrumento por meio do qual se consulta a sociedade em momentos em que o Estado

necessita tomar decisões de grande impacto sobre os interesses da Nação como, por exemplo, as privatizações. O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou recusar o que lhe tenha sido submetido.

Em 1993, a população brasileira foi consultada por meio de um plebiscito quanto à forma de governo que deveria ser adotada no País: presidencialismo, parlamentarismo ou monarquia. A escolha, como todos sabem, recaiu sobre o presidencialismo.

Iniciativa Popular – A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei à Câmara, subscrito por no mínimo 1% do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Previstos na Constituição e no Regimento Interno da Câmara, os projetos de iniciativa popular são

regulamentados pela Lei 9709/98, que também rege os plebiscitos e referendos. Os projetos de iniciativa popular seguem a mesma tramitação dos projetos de iniciativa de parlamentar – são submetidos à aprovação dos deputados, dos senadores e do presidente da República.

Referendo revogatório de mandato (recall) – Trata-se de consulta feita a certo número de eleitores quanto ao mandato de representante popular determinado, seja ele parlamentar ou membro do poder executivo. Na consulta decide-se pela permanência, ou destituição do cargo.

Faculta-se ao impugnado o direito de ampla defesa, no sentido de preservação de seu mandato. Embora muito debatido ao longo dos trabalhos constituintes, este instituto não foi aprovado.

Veto popular – O veto popular é a faculdade que permite ao povo manifestar-se contrário a uma medida ou lei, já devidamente elabo-



Grupo Temático Novas Tecnologias e Mecanismos de Democracia Participativa, coordenado pelo senador João Capiberibe (PSB-AP), com relatoria de Alexandre Navarro

rada pelos órgãos competentes, e em vias de ser posta em execução. Certo número de cidadãos, em determinado prazo, exercendo direito constitucional, pode fazer com que uma lei já publicada seja submetida à aprovação ou rejeição do corpo eleitoral. Essa previsão foi proposta pela PEC 021/2015, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares, e encontra-se em tramitação no Congresso Nacional.

O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS

Muitos destacam a emergência das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e, especialmente, das redes sociais, como fenômeno político. Seria interessante considerar, no entanto, a existência de ao menos dois momentos distintos, para qualificar adequadamente a situação que se apresenta.

É um fato objetivo que as TICs têm um enorme impacto sobre a formação da opinião pública, o que se verifica pelos desafios que vêm apresentando, por exemplo, aos serviços de comunicação tradicionais, em escala planetária. Cabe destacar, nesse sentido, que pensadores como o filósofo alemão Jürgen Habermas; associam a formação da opinião pública – no sentido moderno do termo – ao surgimento da imprensa.

Nesse contexto, existe uma primeira consequência política relevante, relacionada ao fenômeno eleitoral, que não pode ser pensado contemporaneamente sem que se considere a dinâmica das redes sociais para a formação da opinião pública.

As eleições americanas, já com Barack Obama e, mais recentemente, com Donald Trump, dão uma dimensão razoavelmente precisa da relevância eleitoral desse fenômeno,



Grupo de trabalho Novas Tecnologias e Mecanismos de Democracia Participativa, manifestação da deputada federal Janete Capiberibe (PSB-AP)

cuja complexidade não pode ser discutida nos limites do presente documento.

Do ponto de vista da reformulação da práxis política, contudo, o impacto e uso das TICs está menos consolidado, ainda que já seja muito relevante. Cabe destacar, nesse sentido, os vários instrumentos de consulta de opinião pública implementados, por exemplo, pela Câmara dos Deputados e Senado Federal. Em ambos os casos, registre-se, a população pode incidir sobre a agenda parlamentar, comentar e criticar projetos de lei, opinar sobre proposições, etc.

É possível, contudo, ir muito mais além, e a própria tecnologia vem dando passos importantes nesse sentido. Basta recordar, quanto a esse aspecto, que o desenvolvimento de instrumentos que permitem, em processo seguro, as assinaturas/certificações digitais, poderão ter um impacto imenso em processos decisórios, consultados à população por aplicativos e/ou softwares, desenvolvidos com a finalidade de ampliar a participação popular.

Sem entrar, portanto, nos méritos específicos de questões que são complexas,

é possível afirmar que as novas Tecnologias de Informação e Comunicação são instrumentos auxiliares poderosos, em termos da consolidação de uma nova cultura política, que ouça com maior regularidade a população, especialmente nas oportunidades em que estão em jogo decisões estratégicas, ou questões de grande relevo, em termos de valores sociais – descriminalização do uso de drogas, direito ao aborto, casamento homoafetivo, maioria penal, morte assistida / eutanásia, etc.

O PSB E A AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

O PSB tem se manifestado, de forma clara, por meio de documentos, e da atuação de seus parlamentares e lideranças, sobre a necessidade de se ampliar a participação popular, especialmente em decisões estratégicas para o futuro do País – de que são exemplos recentes, a privatização de serviços públicos, como Eletrobras e Chesf –, que não podem ser tratadas apenas nos gabinetes governamentais.

O mesmo ocorre quando se debatem temas de grande impacto social, caso da redução da maioria

penal; ou quando estão em questão medidas que dividem a sociedade, mas que precisam encontrar um equacionamento adequado, como ocorre com o direito ao aborto, o casamento homoafetivo, etc.

É essencial salientar, neste contexto, que o Partido reconhece em tal processo uma evolução da vida democrática; a complementação e ampliação da representação popular, por meio de instrumentos de participação.

Cabe observar que a militância do PSB na pauta da participação popular é intensa, contando inclusive com iniciativas legislativas específicas, como a Proposta de Emenda à Constituição 021/2015, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que pretende alterar “a redação do art. 14 da Constituição Federal, inserindo incisos que criam dois novos institutos da democracia participativa, o Direito de Revogação e o Veto Popular”.

Em sua exposição de motivos, o senador Valadares localiza de forma precisa o modo pelo qual os mecanismos de participação adentram em nosso ordenamento constitucional:

A Carta Política de 1988, responsável pela instrumentalização da redemocratização do Brasil, assegurou que “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (Parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal de 1988 – CF/88), rompendo com a expressão tradicionalmente inserida em nossas constituições, de que “todo poder emana do povo e em seu nome será exercido”.

Nesses termos, a representação popular jamais adquire autonomia total, com relação ao mandato concedido, no momento da eleição. Os mecanismos de

participação procuram assegurar, portanto, o vínculo de origem, entre a vontade popular e os mandatos estabelecidos, o que justifica considerá-los complementos fundamentais à democracia representativa, que, justamente por ter consolidado suas principais conquistas, revelou insuficiências que precisam ser sanadas.

O Partido Socialista Brasileiro – PSB, no arco de instituições partidárias brasileiras, em função de suas definições programáticas e práxis política, se compromete e está em condição de liderar o aprimoramento das práticas democráticas no Brasil, intensificando o uso dos instrumentos de participação popular.

Cabe considerar que o regime democrático não se refere apenas ao aspecto da forma, ou seja, às previsões e institutos que o regem.

Uma verdadeira democracia deve se ocupar de questões como igualdade, equidade, promoção de bem-estar e, portanto, alcançar os aspectos práticos e materiais, da vida da população.

Significa dizer, portanto, que a dinâmica democrática deve ter como alvos a distribuição de renda e riqueza; o desenvolvimento de políticas públicas universalizantes, no âmbito da saúde, educação, segurança pública, habitação, sanidade ambiental, etc.

É preciso associar à agenda dos direitos sociais, indicados no parágrafo anterior, os direitos humanos. Uma perspectiva democrática, orientada pelo humanismo, como é o caso do socialismo democrático do PSB, deve ter em suas pautas o combate a todas as manifestações de discriminação étnico-racial; a promoção da igualdade entre gêneros; iniciativas que assegurem direitos relacionados à orientação sexual e defesa das pessoas LGBT, que são alvos recorrentes de violência, em todo o território nacio-

nal. A democracia com que sonha, e pela qual milita o PSB, quer se ver livre de todas as formas de preconceito, valorizando, dessa forma, o ser humano na expressão de sua diversidade.

Esses eixos de intervenção, essenciais à qualidade da democracia praticada em cada país – que de um modo geral ainda são subestimados –, explicam, em medida não desprezível, o descontentamento que recentemente se tem visto com a esfera política, em escala planetária.

Deve-se considerar necessariamente, portanto, que a crise pela qual passam mesmo democracias antigas e consolidadas, guarda relação objetiva com a imensa desigualdade na distribuição dos frutos do progresso, do engenho humano; além da persistência de grandes contingentes populacionais, que não têm sua dignidade efetivamente reconhecida e respeitada.

Uma vez mais, considerado o aspecto da “democracia substantiva”, o Partido Socialista Brasileiro – PSB se qualifica como ator relevante no contexto brasileiro, pois, desde sua fundação, milita por um projeto de País, que seja justo e inclusivo, e que, nessa qualidade, pretende ir além dos limites muito estreitos da democracia liberal, que tem se satisfeito com os aspectos formais da democracia, deixando de lado o fato de que, as sociedades capitalistas produzem, continuamente, excluídos que buscam um lugar ao sol.

Tal lugar, no que depender do socialismo democrático, não sacrificará a liberdade à igualdade, e tampouco fará da liberdade motivação para indiferença, quanto ao destino dos de baixo. Reafirma-se, desse modo, a razão de ser de um partido como o PSB, que é o da transformação social.

ECONOMIA CRIATIVA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

SOCIALISMO CRIATIVO: META ESTRATÉGICA E DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, em qualquer variante teórica, tem na tecnologia um ponto de inflexão. A revolução tecnológica dos últimos anos está provocando uma nova era, onde as relações econômicas estão sofrendo profundas transformações. Uma das principais encontra-se na comunicação digital, que transitou de comunicação de massa, predominante até o final do século XX, para a intercomunicação individual, com todas as consequências qualitativas representadas por essa mudança, como bem observou o teórico espanhol Manuel Castells.

A mudança de paradigma alterou de forma sensível, também, as relações entre a produção de conhecimento, entretenimento, cultura e produção material, uma vez que as primeiras passaram a ter importância expressiva – se não preponderante – na criação de valor econômico, assim como de elementos simbólicos, que são determinantes, na conformação comportamental de todas as sociedades.

Se nos últimos cem anos, o capitalismo demonstrou sua criatividade criando produtos de valor universal, exportando cultura e, até mesmo, modos de vida, o socialismo precisará demonstrar um potencial criativo pelo menos igual.

O socialismo criativo não inclui apenas a economia criativa, mas a inovação no seu sentido mais amplo, a sustentabilidade ambiental, o empreendedorismo como uma das

novas formas de organização de trabalho e as novas formas e metodologias de organização social e política. Nessas novas formas de organização social e política incluem-se os partidos, especialmente os partidos socialistas.

O capitalismo vê a evolução tecnológica apenas como forma de aumentar os seus lucros, pouco se importando com o que ficou para trás, das formas de produção superadas pela tecnologia. Já a luta dos socialistas deverá levar em conta que é preciso recolocar e requalificar trabalhadores, cujo trabalho foi superado pelas novas formas de produção.

Para os socialistas, é preciso, por exemplo, pensar criativamente em como recolocar no mercado de trabalho os taxistas, substituídos pelo Uber e, futuramente, pelos carros robôs, sem motoristas. O mesmo para os trabalhadores das fábricas, substituídos por robôs.

Os socialistas modernos veem a economia criativa não apenas como o conjunto das atividades nas quais o talento humano é a principal matéria prima, mas principalmente como estratégia de desenvolvimento para orientar políticas públicas de incentivos e apoiar a inovação tecnológica e a cultura, componentes básicos da referida economia nas sociedades ainda capitalistas e nas futuras sociedades socialistas. Consideram, ainda, a importância incontornável de articular a Economia Criativa à potencialização do parque industrial já existente, com o propósito de ampliar sua competitividade, produtividade, economicidade, etc. Nesse sentido, as políticas públicas relativas à criatividade devem considerar, ainda, a questão da soberania nacional.

OS PRIMEIROS PASSOS DA POLÍTICA SETORIAL

Contexto histórico da política no Brasil: A ideia de economia criativa é algo relativamente recente. Data da metade da última década do século passado. Seu marco inicial está associado à adoção do conceito de “Nação Criativa” pelo governo da Austrália, em 1994, como ideia-base de uma política voltada para a requalificação do papel do Estado no desenvolvimento cultural do país.

Na Inglaterra, no final da década de 1990, o então primeiro-ministro Tony Blair foi mais longe e elevou a economia criativa à categoria de bandeira estratégica, tanto de sua campanha de 1997, como no seu Governo, a “Creative Britain”.

Na experiência brasileira, destaca-se como marco a realização da XI Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD, em junho de 2004, em São Paulo, que abrigou um painel inteiramente voltado ao tema, com a presença de especialistas, técnicos do sistema ONU, e representantes de vários governos.

Resultou da Conferência a recomendação para a criação de uma instituição internacional, dedicada à economia criativa, na perspectiva do fortalecimento e desenvolvimento deste setor nos países do Hemisfério Sul.

Nos dois anos que se seguiram à Conferência da UNCTAD, o Ministério da Cultura, com Gilberto Gil à frente, emvidou esforços, e mobilizou recursos, na direção da instalação do Centro Internacional

das Indústrias Criativas – CIEC no Brasil. Em abril de 2005, o MinC realizou o fórum “Promovendo a Economia Criativa”, que contou com a expressiva presença de experts na temática da economia criativa, ministros das áreas de cultura e de desenvolvimento de muitos países e, praticamente, toda a comunidade internacional de agências multilaterais.

Apesar de todo apoio recebido no Brasil, especialmente de bancos oficiais de desenvolvimento e do Sistema S, e no exterior (de países, como Reino Unido e China; da Comissão Europeia, etc.), o tema foi descontinuado pelo Ministério da Cultura, perdendo força e velocidade, de tal forma que o Centro Internacional de Economia Criativa acabou sendo instalado em Xangai, na China.

CENÁRIO BRASILEIRO ATUAL

Iniciativas no governo federal: O tema da economia criativa experimenta marchas e contramarchas, desde o esforço realizado em meados da década passada. No plano federal, no momento, anda em baixa – mas chegou a dispor de uma Secretaria da Economia Criativa, na estrutura do Ministério da Cultura, quando foram produzidos avanços significativos a exemplo da elaboração, em 2011, de um extenso e bem cuidado plano de desenvolvimento do setor, com políticas, diretrizes e ações para um período de quatro anos, ocorrendo celebração de parcerias institucionais celebradas e, contribuição ao debate teórico-conceitual sobre economia criativa, ao reconceituar o tema numa perspectiva mais adequada à realidade brasileira.

Sociedade civil, estados e municípios: Fora do âmbito do Go-

verno Federal, contudo, a temática caminha com alguma rapidez. No ambiente acadêmico cresce significativamente o número de estudos e pesquisas dedicados ao tema. Organizações do Sistema S, a exemplo do SEBRAE, dedicam atenção especial ao assunto. Instituições corporativas, como a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN, produzem diagnósticos e relatórios de acompanhamento do setor. Organismos ligados a governos estaduais e municipais também têm se aproximado da questão com grande interesse.

O CONCEITO: O QUE É ECONOMIA CRIATIVA?

A definição conceitual oficial no Brasil, da economia criativa, prevê que “os setores criativos são aqueles cujas atividades produtivas têm, como processo principal, um ato criativo gerador de um produto, bem ou serviço, cuja dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção de riqueza cultural, econômica e social”. O conceito traz a marca de sua origem, ou seja, o Ministério da Cultura.

Outra conceituação, presente igualmente no Plano Nacional da Economia Criativa compreende que “A Economia Criativa” é, portanto, a economia do intangível, do simbólico. Ela se alimenta dos talentos criativos, que se organizam individual ou coletivamente, para produzir bens e serviços criativos”. De qualquer forma existem duas grandes áreas que se complementam e mesmo se interpenetram:

- Indústrias culturais: mais ligadas à criação artística e à produção literária; e,
- Indústrias criativas: mais ligadas à inovação tecnológica, à criação de

softwares e ao design em todas as aplicações.

Ambas têm em comum o fato de partirem do talento humano e da criatividade para agregar valor a produtos ou serviços.

Em âmbito internacional, o espanhol Ramon Zallo, da Faculdade de Ciências Sociais e de Comunicação da Universidade do País Basco (UPV) propõe que se trata de uma “economia de valores intangíveis ou simbólicos, gerados por trabalhos criativos em forma de bens ou serviços individualmente insubstituíveis e em permanente renovação de conteúdos ou de interpretações. É uma economia de oferta múltipla, oferta que cria a demanda e que tem uma funcionalidade e eficácia social além do seu valor econômico.

O SEBRAE define, por fim, que “A Economia Criativa é composta pelos modelos de negócio ou gestão que se originam em atividades, produtos ou serviços desenvolvidos a partir do conhecimento, criatividade ou capital intelectual de indivíduos, com vistas à geração de trabalho e renda”. Ainda segundo o SEBRAE, “são atividades que estão baseadas no conhecimento e produzem bens tangíveis e intangíveis, intelectuais e artísticos, com conteúdo criativo e valor econômico”.

A economia criativa compreende um amplo rol de atividades, tendo todas por característica essencial, o fato de que o valor dos bens ou serviços produzidos dependem de maneira significativa da inventividade, de habilidades não repetitivas, como são aquelas que caracterizam, até aqui, as mudanças de paradigmas produtivos.

Note-se que os trabalhos criativos não envolvem mais, apenas, os setores de pesquisa e desenvolvimento de grandes companhias;

Grupo de trabalho Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento, coordenado por Domingos Leonelli (PSB-BA), com relatoria de James Lewis



ou áreas de excelência nas universidades. O esforço criativo implica o conjunto da atividade econômica, e envolve seus distintos agentes.

Compreendida a natureza específica da economia criativa, enquanto paradigma produtivo, é possível fazer uma relação – ainda que não exaustiva – dos setores que a compõem: publicidade, arquitetura, mercado de artes e antiguidades, artesanato, design, moda, cinema, desenvolvimento de softwares, música, artes performáticas, indústria editorial, rádio, TV, museus, galerias, atividades relacionadas a tradições culturais, pesquisa e desenvolvimento, entretenimento, gastronomia, e turismo cultural.

ELEMENTOS PARA UM FUTURO MARCO REGULATÓRIO

A princípio, há de se ter claro que, no Brasil, ainda inexiste um modelo nacional para os Setores Criativos ou uma Política Pública voltada para a Economia Criativa. Os primeiros passos foram dados em 2004 quando da realização do encontro quadrienal da United Nations Conference on Trade De-

velop – UNCTAD, o UNCTAD XI, em São Paulo. A semente foi lançada e sensibilizou setores governamentais do potencial brasileiro de crescimento do mercado dos setores criativos. Nos anos que se seguiram, paulatinamente alcançou o espaço central dos debates como alternativa viável de desenvolvimento sustentável, culminando no ano de 2011, quando o Ministério da Cultura houve por anunciar a criação de uma Secretaria da Economia Criativa específica dentro da estrutura.

O marco regulatório maior para a Economia Criativa deve ser [...] instrumentalizado por meio de leis, as Políticas Públicas voltadas ao fomento das externalidades positivas inerentes a estes setores criativos, a saber: (i) maior oferta e concentração de mão de obra qualificada com geração e difusão de conhecimentos tácitos, (ii) maior fluxo de consumidores e consolidação de mercados, (iii) fortalecimento da economia local no setor de serviços, (iv) maior ganho de infraestrutura e interesse do poder público em proporcionar melhor infraestrutura e segurança, (v) maior produção e difusão de informações, de conhe-

cimento e de bens intelectuais; e, (vi) endogeneização de habilidades com utilização plena da capacidade produtiva para suprir demandas minimizando a necessidade de agentes externos.

Aqui reside a importância da construção de um marco regulatório adequado para a Economia Criativa viabilizando o florescimento e o fomento dos setores criativos como um agente de inovação capaz de criar e agregar valor a bens e produtos propiciando um desenvolvimento sustentável para o País, com a redução das desigualdades regionais e redução da pobreza dentro da lógica estrutural da Economia Criativa.

Sem dúvida, o Brasil, com um marco regulatório adequado, com o equilíbrio entre os interesses públicos e privados presentes na Economia Criativa, terá condições de buscar novas formas de enfrentar os desafios competitivos da mundialização dos mercados e da concorrência entre bens e serviços criativos.

NOTAS

1 Consultar: <https://goo.gl/g1Lt6m>

2 Consultar: <https://goo.gl/LYfGEH>

SESSÃO 03: RELATÓRIOS DOS GRUPOS TEMÁTICOS

DATA: 02/03/2018, PERÍODO DA TARDE

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Boa tarde a todos e a todas.

Companheiros, vamos dar início aos trabalhos da tarde. Inicialmente, vamos ouvir, com muita satisfação e alegria, um dos maiores pianistas do país, o companheiro Arthur Moreira Lima. Ele vai executar a melodia “Jesus Alegria dos Homens”, para que possamos ficar bastante serenos, tranquilos, ao adotarmos as nossas decisões.

(Apresentação musical.)

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Muito obrigado ao querido companheiro Arthur Moreira Lima por nos brindar com a execução dessas músicas tão lindas e inspiradoras.

Com isso, vamos dar início à sessão desta tarde. Num ato simples, mas significativo para nós, do Partido Socialista Brasileiro, vamos fazer a filiação de dois ilustres deputados do Rio de Janeiro, um fluminense e outro carioca. Eles estão ingressando no PSB para nossa alegria, nosso orgulho e nossa honra. São dois parlamentares de extraordinária qualidade e honradez, e, sobretudo, de um exercício mandatário extremamente respeitável no Rio de Janeiro, estado tão depauperado pela desqualificação da política.

Para nós, do Partido Socialista, é uma grande alegria recebê-los. Nosso partido também acabou de receber, com muita alegria, o mais ilustre deputado federal fluminense, Alessandro Molon, a quem eu peço uma salva de palmas, e que vem dar extraordinária colaboração ao PSB na Câmara dos Deputados. E agora,

recebemos no Congresso Nacional do partido, mais dois ilustres parlamentares do Rio de Janeiro.

Inicialmente, quero anunciar a presença do companheiro Carlos Minc, ex-Ministro do Meio Ambiente e grande representante da área ambiental em nosso país, que vai assinar a ficha de filiação do partido.

Muito bem. Seja bem-vindo e receba o nosso abraço. Peço ao deputado Molon, que já é filiado ao PSB, para abonar a ficha também conosco. Gostaria de chamar o deputado estadual Gláucio Julianelli, e pedir que ele assine a ficha de filiação. Aliás, ele já foi vereador pelo PSB. Depois, se filiou à Rede Sustentabilidade, e agora retorna ao nosso partido, pois “o bom filho à casa torna”.

Passo a palavra ao deputado Minc para uma rápida saudação aos nossos congressistas.

SR. DEPUTADO ESTADUAL CARLOS MINC – Boa tarde a todos os socialistas, companheiros, companheiras. É um prazer, uma alegria e uma felicidade estar aqui somando forças com o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Convidado pelos nossos companheiros Molon, Joilson, Marlos, e também pelo meu companheiro de Assembleia Legislativa, Gláucio Julianelli, quero dizer a vocês que a filiação ao PSB tem tudo a ver com a minha história. No tempo da ditadura militar, após sair da prisão, fui recebido por Miguel Arraes, em Argel. E ele disse: “A gente vai voltar para o Brasil. Vamos derrubar essa ditadura. E o mais difícil vai ser

construir uma nação soberana, livre e igualitária.”

Então, estamos aqui, muitos anos depois, seguindo o conselho do nosso camarada, o inesquecível Miguel Arraes. No PSB, com muita alegria e, como todos os companheiros, em igualdade de condições, temos a esperança de reforçar a linha ambiental e ecológica, mas ligada a uma linha ecossocialista. Despoluir as empresas, ter uma cidade ecológica, pensar a ecologia como qualidade de vida. E uma ecologia socialista, que passe pelo saneamento básico, por todas as condições de vida.

E também um reforço a todas as linhas libertárias, como nossos companheiros LGBT, as mulheres, os ecologistas, todos que lutam contra os preconceitos e as desigualdades.

E, por fim, dizer que a luta contra a corrupção é da esquerda. Não podemos entregar, de forma alguma, essa bandeira à direita que, desde o escravismo colonial, se lamбуza nos dinheiros dos impostos. Essa direita, o coronelismo, sempre foram altamente corruptos. E a esquerda tem que resgatar a bandeira da luta contra a corrupção.

Nós, com muito orgulho, na Assembleia Legislativa, votamos pela manutenção da prisão do Picciani e toda a cúpula corrupta da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro! E é nesse espírito que viemos para o PSB, a fim de, ombro a ombro, com os companheiros e companheiras, levar o partido a grandes vitórias nos estados, no Senado e na presidência da República!



Ato de filiação dos deputados estaduais Carlos Minc e Gláucio Julianelli. Na foto (da esquerda para a direita) : deputado estadual Gláucio Julianelli (PSB-RJ), deputado federal Alessandro Molon (PSB-RJ), deputado estadual Carlos Minc (PSB-RJ), e o presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira



Deputado estadual do RJ, Gláucio Julianelli, assina ficha de filiação ao PSB. Na foto (da esquerda para a direita) : deputado estadual Carlos Minc (PSB-RJ), deputado estadual Gláucio Julianelli (PSB-RJ), presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, e secretário geral do PSB, Renato Casagrande

Saudações ecossocialistas e libertárias a todos os companheiros do Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Com a palavra, o deputado Julianelli.

SR. DEPUTADO ESTADUAL JULIANELLI – Boa tarde, a todos e a todas presentes. Saúdo o governador Renato Casagrande, o presidente do partido Carlos Siqueira, e agradeço a acolhida nesse retorno ao PSB.

Fui vereador eleito pelo PSB em Resende, minha cidade. Não me candidatei à reeleição, mas a

deputado estadual, mandato que exerço pelo estado do Rio de Janeiro. E, nesse retorno, é relevante dizer da importância do deputado Alessandro Molon nessa construção em que pretendemos dar realmente uma bandeira confiável de centro-esquerda para o estado do Rio de Janeiro.

Foi essa proposta que me trouxe aqui e é nisso que acredito. O Rio de Janeiro é a vitrine do Brasil e está sob intervenção federal na área de segurança pública. Ao vir para o partido, minha motivação foi acreditar que podemos construir, podemos ser a alternativa que realmente faça políticas públicas, que

priorize aqueles que mais precisam do Estado brasileiro. Resgatar bandeiras de educação integral, dar prioridade à habitação, àquilo que é realmente importante para a população do Rio de Janeiro, e para a população brasileira. É isso que me traz ao PSB.

Por último, faço minhas as palavras do deputado Minc: não podemos abrir mão da luta contra a corrupção que domina grande parte da política brasileira. O Rio de Janeiro é um exemplo típico disso. E nós precisamos, com a liderança do deputado Alessandro Molon, construir realmente uma grande frente de esquerda, que dê outra opção para o nosso estado do Rio de Janeiro.

Concluo, dizendo que agradeço, mais uma vez, a possibilidade desse retorno. Conheço bem a militância do PSB. Agradeço estar junto de todos vocês nessa construção por um Brasil melhor, por um Brasil que priorize aqueles que mais precisam do Estado brasileiro. Muito obrigado.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Convido o deputado Molon para fazer um breve pronunciamento.

SR. DEPUTADO FEDERAL ALESSANDRO MOLON – Apenas para agradecer toda a atenção, paciência e todo apoio do presidente Carlos Siqueira, do Joilson, da Executiva do Rio de Janeiro, do Marlos, da Edileusa e de tantos que ajudaram na vinda desses dois grandes parlamentares. Quero dizer que estou muito feliz com a chegada deles, muito honrado com a sua companhia, como toda a militância do partido, pelo que pude perceber.

E quero registrar a presença de um vereador de Niterói, o Bira, muito ligado à assistência social, que estamos querendo convidar

também para o PSB. Vem, Bira, vem com a gente para construir o PSB no Rio!

Muito obrigado.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Para finalizar esse ato, quero agradecer aos companheiros que acabaram de se filiar ao nosso partido, e dizer que os jornais do Rio de Janeiro, principalmente O Globo, anunciavam que Eduardo Paes viria para o PSB. Eu disse: “Não, o PSB não é esconderijo de quem deixou o Rio na situação em que está.” Não queremos Eduardo Paes no PSB. Nós queremos Molon, queremos Minc, queremos Julianelli e queremos homens e mulheres de bem, que possam consertar o Rio de Janeiro. E não quem desmantelou o estado e a cidade do Rio de Janeiro. Aqui não é esconderijo dessa gente.

Companheiros, vamos dar início aos trabalhos. Nós tivemos um atraso muito grande, principalmente o grupo que coordenei, um dos mais movimentados, devido ao assunto em pauta. Chamamos Renato Casagrande, coordenador do grupo “Projeto Nacional de Desenvolvimento, com ênfase na harmonia entre política econômica e política social”.

SR. RENATO CASAGRANDE (secretário-geral do PSB) – Vou começar a apresentação do primeiro grupo. Mas, antes de fazer a apresentação do relatório, peço que se levantem todos os alunos e alunas do curso para gestor em cidades socialistas.

Quem fez o curso à distância da Fundação João Mangabeira? Fiquem todos de pé, por favor. Peço o mesmo ao Adriano, coordenador da Escola de Formação Política Miguel Arraes, e a Deusilene, da SE-TUR, coordenadora do curso, para que sejam apresentados à plenária.

Esse curso teve quatro módulos de 15 horas cada um. O primeiro módulo foi o de “Municípios e Políticas das Cidades Sustentáveis”; o segundo, o de “Fundamentos da Administração Pública”; o terceiro foi “Gestão Orçamentária e Financeira”; o quarto módulo, o de “Fundamentos para Gestão de Pessoas”. Nós tivemos 988 pessoas inscritas e 772 pessoas concluíram o curso.

Tivemos alunos de todas as regiões do Brasil. Então, muito obrigado a vocês. Parabéns pelo trabalho. Foi uma contribuição à qualidade da gestão pública da Fundação. Obrigado a todos.

Hoje, também fizemos o lançamento de duas publicações. A primeira, intitulada “A Estratégia para a Sustentabilidade Administrativa e Fiscal dos Mandatos Socialistas”. Temos o decreto e o projeto de lei. Quem ainda não pegou, eles estão disponíveis no estande da Fundação, logo na saída deste plenário.

Outra publicação que fizemos juntos, Fundação e PSB, foi “Projeto Brasil, Princípios e Diretrizes para o Desenvolvimento Nacional”. O PSB colocou no papel o seu projeto nacional. Para nós, isso é importante porque, se há um projeto nacional, é fundamental que coloquemos de forma concreta no papel. E foi o que a Fundação e o partido fizeram ao produzir esse documento, uma síntese de todos os outros já feitos. Não é um programa de governo. Daqui se extrai um programa de governo. Daqui se extrai pauta para mandatos socialistas em todos os níveis. Então, as publicações estão disponíveis no estande da Fundação.

E ‘Projeto Brasil’ é o tema do trabalho que fizemos, hoje, na parte da manhã. Foram designados 20 minutos para cada relator ou coor-

denador fazer a apresentação. Ao todo, serão quatro. É lógico que o debate sobre eleições de 2018 tomou conta da discussão, pelo interesse imediato. Mas, nós temos três outros temas fundamentais em debate. E o tema desenvolvido por nós foi “Projeto Brasil, Princípios e Diretrizes”.

A nossa avaliação é a seguinte: nós concluímos, agora, 33 anos da redemocratização brasileira. Nesse período, tivemos avanços que o partido considera importantes. Avançamos na elaboração de uma Constituição de 88 e nas conquistas de liberdades individuais, no seguro desemprego, no valor real do salário mínimo, no Sistema Único de Saúde (SUS), no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na aposentadoria rural, na comunicação. Nós tivemos avanços importantes nesses 33 anos da redemocratização brasileira, contada a partir de 15 de janeiro de 1985, com a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.

Mas, mesmo que tenhamos avançado em alguns assuntos, deixamos de avançar naquilo que é estratégico. Por exemplo, o Brasil continua sendo um país que está na periferia do mundo, sem protagonismo da política internacional.

Nós também não avançamos no desafio da redução da desigualdade, da desconcentração de riqueza, da geração de oportunidades para todos.

Nós também não avançamos o suficiente na redução das discriminações que temos ainda neste país. Com esses desafios colocados, a pergunta é: qual é o projeto do Partido Socialista Brasileiro (PSB) para este país? Isso é o que tentamos discutir e está no documento.

Algumas coisas podemos pontuar aqui, assim como fizemos na Mesa. Primeiramente, qualquer



projeto, de qualquer instituição, de qualquer entidade, tem que trabalhar com princípios e com diretrizes. Desde a fundação do Partido Socialista Brasileiro (PSB), em 1947, trabalhamos com princípios que são imutáveis, não se alteram. Nós trabalhamos com o princípio da liberdade, da fraternidade, da equidade, da justiça. São princípios socialistas. Trabalhamos com o princípio da ética, da transparência, da democracia com alta intensidade; com o princípio da sustentabilidade. Esses são princípios que estão no cerne do que é ser socialista. O que é ser socialista se você, nas relações interpessoais, não levar em consideração esses valores, esses princípios? Está na base do que é ser socialista, e da construção de um projeto socialista para o país.

Não há como ser socialista sendo corrupto, tratando de forma arrogante o cidadão, não sendo fraterno. Dessa forma, não há ca-

minho que se possa construir um projeto socialista. Como enfrentar o desafio de um país periférico? Um país que, na década passada, parecia estar melhor posicionado no cenário internacional? Na verdade, aproveitamos para surfar numa onda alheia. O mundo estava crescendo muito. E o Brasil conseguiu crescer econômica e politicamente porque as commodities vendidas e exportadas pelo país tinham preços bastante elevados.

Então, tivemos uma falsa impressão de que o país estava inserido, de forma definitiva, na política internacional. Quando a primeira crise nos atingiu, não estávamos preparados para ter, de fato, um crescimento sustentável. E não tivemos porque faltam articulação e audácia às instituições e governos brasileiros, no sentido de buscar uma inserção mais forte do Brasil no mundo.

Nesse tempo, faltou ao país uma política educacional, com investi-

mento em inovação e tecnologia, que pudesse garantir uma política industrial sustentada. Nenhum país do mundo conseguiu se desenvolver, senão através da sua indústria.

Só vender commodities, só vender alimentos, não gera a riqueza necessária para o nosso país.

Nós temos que continuar competitivos nessa área, mas temos que agregar valor, renda e riqueza.

Então, o fato do Brasil não estar bem posicionado no mundo é decorrente da ausência dessas políticas que nós estamos debatendo e propondo no nosso projeto de desenvolvimento nacional.

Outra questão fundamental é não termos reduzido as desigualdades regionais e sociais. A concentração de renda é uma constante no nosso país, que mantém uma história perversa nessa área.

Por que não fizemos, adequadamente, a redução dessas desigualdades? Não fizemos a reforma do Es-



Trabalhos conduzidos pelo presidente nacional, Carlos Siqueira, tarde de 02/03

tado, proposta do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

E para fazê-la, a sociedade tem que controlar as instituições. E nós chamamos isso de democracia de alta intensidade.

Nós precisamos sepultar de vez os governos que comandam de cima para baixo. Hoje em dia, o comando é horizontal. Precisamos dialogar sempre com a sociedade brasileira. Um projeto socialista é um projeto que exige um trabalho muito maior de discussão permanente, utilizando os canais de comunicação direta dos meios de comunicação, para que a gente possa ter a democracia de alta intensidade e fazermos as reformas no Estado, sempre em diálogo com a sociedade.

Precisamos fazer uma reforma administrativa que enfrente as forças corporativas. Hoje, há corporação no Brasil que só olha para o próprio umbigo, só trabalha pensando

no interesse próprio. Não tem a capacidade de olhar o interesse da sociedade. Então, é tarefa dos socialistas enfrentar corporações sem visão do coletivo, caso contrário, não distribuimos a riqueza como ela tem de ser distribuída.

Nós precisamos de um novo federalismo para não deixar os municípios dependentes da crise nacional. Se tivessem mais autonomia, os municípios não sofreriam a crise tal como estão atualmente, devido à instabilidade política e econômica nacional.

Hoje, os municípios não têm a capacidade de resolver seus problemas. A União concentrou toda a arrecadação nos cofres do Brasil para poder fazer frente a sua ineficiência e ao pagamento dos encargos da dívida pública.

Isso engessa os municípios e os impede de ter iniciativas importantes que ajudem a combater as desigualdades.

Para enfrentar essa dificuldade, é necessário fortalecermos, ampliarmos e universalizarmos as políticas sociais. A Seguridade Social foi uma conquista da Constituição de 88. Os liberais conservadores estão atacando esse capítulo da Constituição porque querem avançar sobre o orçamento da Seguridade Social, querem avançar sobre o orçamento da Saúde, querem avançar sobre o orçamento da Assistência Social.

Na verdade, eles já avançaram na área de assistência social. No governo do presidente Temer não há nenhuma ação na área de assistência social, onde devemos proteger os mais pobres e darmos autonomia às pessoas desprotegidas. Então, é bom que o PSB reafirme: nós não somos contra a reforma da Previdência. Mas, qualquer reforma que se estabeleça nesse país tem que reduzir as desigualdades. A proposta de reforma da Previdência do governo do presidente Temer protege grandes





devedores da Previdência, não resolve os privilégios, e quer tirar das pessoas mais humildes o direito de se aposentarem.

Então, esse tipo de proposta deve ser refutada por nós, como foi refutada pelo partido, como foi refutada pela bancada federal. Vamos proteger as conquistas que tivemos. Proteger a Constituição de 88 é um papel nosso, dos socialistas, nesse país.

Da mesma forma, precisamos apoiar o empreendedorismo, as micro e pequenas empresas, o cooperativismo, o associativismo, para gerar atividades econômicas e emprego para os brasileiros. Não podemos abrir mão da geração de emprego como uma política nossa, dos socialistas. Isso tem que constar sempre dos nossos programas.

E, nesse caminho da redução da desigualdade, é preciso fazer uma revolução educacional. A nossa juventude recebe uma educação ainda do tempo analógico. Estamos entrando na quarta revolução industrial, na época da inteligência artificial. Estamos entrando no período em que os robôs estão cumprindo as tarefas do ser humano. E não estamos preparando a juventude para esse momento. Percebemos que a educação em tempo integral avança em alguns locais porque está previsto no Plano Nacional de Educação, nos planos estaduais de educação. Mas não podemos só colocar os jovens na escola e deixá-los lá por oito anos, sem ter um conteúdo sintonizado com alto desenvolvimento tecnológico.

Para isso é fundamental a formação de professores. A nossa tarefa, como socialistas, é defender a formação continuada, a valorização dos profissionais de educação para que se sintam motivados e integrados a esse novo momento que

estamos vivendo. Se não nos integramos a esse movimento, não teremos capacidade de projetar o país. O Brasil continuará sendo um consumidor de tecnologia. E não um provedor de tecnologia.

Então, a educação precisa de uma revolução, meu querido deputado capixaba Bruno Lamas, que está aqui conosco.

O trabalho na área educacional é a âncora do projeto de desenvolvimento do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Ele é a âncora do “Projeto Brasil” dos socialistas neste país.

Aliado à educação, devemos respeitar a diversidade cultural do país, pela nossa formação ética, pela diversidade que temos. Não há como termos uma sociedade com personalidade, sem valorizar, sem reconhecer e sem aproveitar essa riqueza cultural do Brasil.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Casagrande, uma pergunta. No final, para os anais do congresso, queremos saber se o texto de base foi emendado, aprovado, e se tem supressões?

SR. RENATO CASAGRANDE (secretário-geral do PSB) – Não tem emendas, tem acréscimos. Todos os documentos têm acréscimos, não têm retiradas. Todos os documentos foram aprovados pelo plenário. Você quer propor novo método de encaminhamento?

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Quero dizer o seguinte: para os anais, temos de ter o que cada grupo aprovou. Seja o texto básico, ou um substitutivo, ou o texto básico e os acréscimos a ele correspondentes. Ou, eventualmente, até a supressão de expressões ou de propostas.

SR. RENATO CASAGRANDE (secretário-geral do PSB) –

Esse texto que estou relatando aqui foi aprovado pelo nosso grupo.

Inicialmente...

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Cada grupo tinha um texto base a partir do qual se orientava: nós aprovamos essas ideias e agregamos uma, duas, três ideias, quantas sejam. Ou até substituímos esse texto. Mas nós temos que ter o texto para os anais.

SR. RENATO CASAGRANDE (secretário-geral do PSB) – Está aqui para os anais. O texto está pronto.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – E também, claro, quando houver divergências, submeter ao plenário.

SR. RENATO CASAGRANDE (secretário-geral do PSB) – O texto está pronto, mas não redigido o seu texto final. Ninguém conseguiu fazer a redação final em nenhum dos grupos, nem mesmo no que você coordenou, e que foi muito tumultuado devido à quantidade de pessoas. Estão anotadas as propostas sem um texto final, que deve ser ainda consolidado e encaminhado, certamente, aos delegados. Segundo a organização, cada coordenador ou relator teria vinte minutos de apresentação dos resultados alcançados no grupo. O que estou apresentando aqui é o resultado do nosso debate no grupo na parte da manhã. Alguma dúvida?

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Não. Só queria ter a segurança de que o texto virá com os acréscimos correspondentes.

SR. RENATO CASAGRANDE (secretário nacional do PSB) – O texto encaminhado foi aprovado com os acréscimos. Terminaremos em três minutos. Acho que essa deve ser sua angústia maior.

Renato Casagrande, secretário-geral do PSB, apresenta os resultados do GT Projeto Desenvolvimentista



SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Perfeitamente. Pode concluir.

SR. RENATO CASAGRANDE (secretário-geral do PSB) – Mas estou chegando ao final da nossa apresentação.

Então, essas são as políticas públicas urbanas que o PSB sempre defendeu, como saneamento, educação, mobilidade e segurança — segurança, uma necessidade para todos nós —, e as políticas econômicas, que estão relacionadas ao tripé da política fiscal, monetária e cambial, e da economia e do desenvolvimento sustentável. A política tributária, cuja alteração é fundamental para o país. O sistema tributário regressivo tem de ser alterado para que a gente possa fazer a distribuição de renda. E a visão de desenvolvimento regional foi comentada muito pelo grupo, hoje. Foi dito que nós temos muita desi-

gualdade no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, e que o PSB tem que olhar o país como um todo.

Essas são as pontuações feitas pelo nosso grupo. O documento foi aprovado com o texto original e com esses acréscimos. Eles estão em sintonia com o documento que o partido e a Fundação lançaram na data de hoje.

Muito obrigado a todos que participaram desse grupo. Um abraço e bom congresso a todos.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Obrigado, companheiro Casagrande.

Chamo, imediatamente, o coordenador ou o relator, ou ambos, para apresentar o relatório do Grupo 3: “Economia criativa como estratégia de desenvolvimento”. Companheiro James Lewis é o responsável.

James, faço a mesma pergunta para você: se o texto apresentado foi aprovado, se tem supressões, ou se tem propostas a serem agregadas a ele. Preciso dessa informação para que amanhã não publiquemos algo que não tenha sido aprovado, ou esteja incompleto ou com informações em excesso.

SR. JAMES LEWIS – Não, Sr. presidente. Tenho alegria em informar que o nosso grupo conseguiu trabalhar dentro de amplo consenso, e produziu o documento sem necessitar remeter ao plenário nenhuma divergência. O grupo superou as divergências que havia e aprovou o presente relatório.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Peço, por gentileza que, ao terminar, entregue ao nosso secretário-geral o texto correspondente. Ele vai cuidar de transformá-lo em uma publicação.

SR. JAMES LEWIS – O nosso relatório teve 80% de aprovação após a exposição inicial do nosso coordenador, Domingos Leonelli, que fez uma ampla exposição do tema. Houve acolhida das teses centrais pelo plenário, que foram agregadas como algumas propostas do grupo.

A economia muda no Brasil e no mundo. A participação da indústria de transformação no PIB vem diminuindo a cada ano.

Em 1947, significava 11,9%. Em 1985, significava 21,6%. Em 2003, a indústria passou a significar 10,9% de todo o PIB. E, finalmente, em 2015, nós conseguimos chegar a 11,4%, bem próximo do nível que tínhamos em 1947. Ou seja, logo após a Segunda Guerra Mundial.

A crise industrial brasileira não é apenas conjuntural e não é apenas

brasileira. A participação da indústria de transformação é declinando em todo o mundo nos últimos quarenta anos. A produção desacelerou. Em 2015, ela foi 1% negativa na Itália, 0,1% positiva na França e alcançou apenas a marca de 1% positivo na Alemanha.

No PIB brasileiro, em 2016, o setor de serviços alcançou a marca de 72,8%, reservando à indústria 21,2%; todas as indústrias, inclusive mineral e construção civil. A agricultura ficou com 5%.

Em relação à geração de empregos, tomemos como exemplo o mês de fevereiro de 2017. Enquanto a indústria de transformação gerou 2.800 empregos, os serviços geraram 60.400 empregos.

A substituição do trabalho humano por máquinas ocorre há duzentos anos, mas, nos últimos trinta

anos, ela entrou em fase exponencial. As impressoras 3D vão acelerar ainda mais a transformação do setor industrial. A tecnologia muda, a vida das pessoas muda, a economia muda, e a política, não? Essa foi uma das primeiras grandes perguntas sobre a qual o nosso grupo se debruçou. Como pode mudar a economia, a vida das pessoas na sua rotina e no seu cotidiano, e a política continuar a mesma do século XIX?

Como fazer política nesse novo mundo? Não basta fazer parte das redes sociais.

Muita gente considera que a modernidade resulta em navegar nas redes sociais.

É o líder ou o deputado ter twitter, whatsapp, facebook. Pronto, está moderninho, está tudo ótimo. Mas essa forma nova, muitas



Senadora Lídice da Mata (BA), deputado federal Hugo Leal (RJ); governador de Pernambuco, Paulo Câmara; vice-presidente de Relações Governamentais do PSB, Beto Albuquerque; vice-governador de São Paulo, Márcio França; secretário-geral do PSB, Renato Casagrande

vezes, é preenchida por conteúdos antigos, conteúdos superados.

É necessário trabalhar novos conteúdos e estratégias ousadas, um novo projeto nacional de desenvolvimento social e econômico que assegure ao Brasil uma inserção soberana para a economia globalizada da era do conhecimento.

Também foi consenso no grupo reconhecer que a globalização da economia é um fato irreversível e que exige de nós, brasileiros, a capacidade de compreender e disputar a nossa inserção nesse mercado de uma forma soberana e com os nossos conteúdos nacionais.

Novas ideias, novas formas de fazer política. Precisamos passar de mercado consumidor passivo para mercado produtor ativo.

A proposta do PSB é: economia criativa como estratégia e socialismo criativo como objetivo.

O PSB é o primeiro partido a adotar a economia criativa como estratégia de desenvolvimento. Economia criativa é o setor mais dinâmico, que está crescendo a taxas de 6% ao ano no país.

A economia criativa, de fato, é um conceito bastante amplo. Ela abrange diversas atividades, do artesanato ao software, da gastronomia à moda, do cinema, da música aos games eletrônicos.

Não se trata apenas de mais um ramo da economia que reúne uma série de negócios altamente produtivos, mas de uma estratégia de desenvolvimento.

Tony Blair, primeiro-ministro da Inglaterra, asseverou, em 1997: o rock rende mais divisas para a Inglaterra do que as indústrias siderúrgicas britânicas. Isso já em 1997.

O Porto Digital de Pernambuco é um belo exemplo de convergência entre inovação e economia criativa.

Economia criativa como estratégia.

Defender os valores do trabalho e os trabalhadores dentro das novas tecnologias.

Fortes estímulos à inovação tecnológica para possibilitar uma reindustrialização em moldes modernos e competitivos, com design nacional, novos processos industriais e novos produtos.

No entender do grupo, na discussão da reflexão coletiva que fizemos, será completamente inócua e improdutiva qualquer ação no sentido de buscar a reindustrialização do país nos moldes da siderúrgica nacional da década de 40, do que foi a industrialização na época de Juscelino Kubitschek.

É preciso encontrar novos caminhos, com fortes estímulos à inovação tecnológica, para possibilitar uma reindustrialização em moldes modernos e competitivos.

Fomentar e desonerar tributariamente os empreendimentos criativos ligados ao design, à inovação, ao turismo, à cultura.

Propiciar linhas de créditos especiais para os empreendimentos criativos.

Estimular econômica, financeira e institucionalmente o desenvolvimento do design nacional, baseado na nossa identidade cultural, em software, arquitetura, moda, novos produtos industriais, artesanato, gráfica e audiovisual.

Criação de um fundo nacional e/ou de uma grande empresa de capital misto capaz de competir com as grandes corporações internacionais.

Estabelecer um novo marco legal capaz de amparar e estimular novas formas de produzir.

Nesse momento do debate, lembramos da homenagem feita, ontem, a Noam Chomsky, e dos

alertas que ele manifestou com relação ao predomínio da força e dos interesses das grandes corporações sobre os governos nacionais.

E, portanto, lembramos da necessidade do governo nacional, governado por socialistas, apresentar políticas que façam contraponto a essa hegemonia das grandes corporações.

Socialismo criativo como objetivo – nos últimos cem anos, o capitalismo demonstrou sua criatividade ao inventar produtos de valor universal, oriundos principalmente dos Estados Unidos da América, da Europa e do Japão, montando uma vigorosa cadeia de distribuição.

Já o socialismo criou igualdade em proporções nunca antes vistas pela humanidade. Alfabetizou, alimentou e assegurou saúde a mais de 1 bilhão de seres humanos na China, na União Soviética e até na pequena Cuba.

Pode-se dizer que a grande marca do socialismo é o próprio socialismo com sua promessa de igualdade. Norberto Bobbio dizia que a grande diferença entre a direita e a esquerda era a defesa pelo direito à igualdade entre todos os seres humanos. Enquanto o tema é defendido pela esquerda, os liberais valorizam apenas a liberdade individual de alguns poucos.

Estamos, portanto, diante de um novo paradigma. O capitalismo criativo só será efetivamente superado por um socialismo criativo. Mas estamos, também, diante de um grande desafio: possuir um modelo de socialismo do séc. XXI que mantenha seu DNA igualitário e humanístico, e que se adapte às novas formas de produção.

O socialismo criativo deverá se construir na dimensão humana do desenvolvimento das forças produtivas e da revolução tecnológica.

Os socialistas não consideram a economia criativa como uma panaceia universal, nem têm atitude de temor reverencial em relação à inovação e à revolução tecnológica. A revolução tecnológica não eliminou a contradição entre capital e trabalho, apenas a colocou em outro patamar. Por isso, queremos submeter a economia criativa a uma visão crítica do socialismo criativo democrático.

O partido criou três ferramentas para incentivar essa discussão entre a militância: o Boletim de Conjuntura Brasil nº 6 sobre Economia Criativa, publicado pela Fundação João Mangabeira, e a Cartilha da Economia Criativa, lançada no Congresso, e distribuída a todos os delegados durante o credenciamento.

E, finalmente, o lançamento de um site, cujo endereço é socialismocriativo.com.br, que pretende fomentar e convergir as discussões sobre a matéria no partido para estimular a transparência e democratização do debate.

Essa deve ser a grande temática diferencial do PSB em seu projeto nacional: inovação e economia criativa como estratégia para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

- A convergência do conceito da economia criativa com a economia solidária pode ser uma forma que cria opções de desenvolvimento para as pequenas cidades.
- A criação de uma secretaria de cultura na Executiva Nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB).
- A defesa de um piso mínimo de 1% do orçamento para a cultura em todos os governos do PSB: nos níveis federal, estadual e municipal.

- A realização de debates sobre o tema por parte dos diretórios estaduais.
- A organização de cursos à distância, presenciais e semipresenciais pela Fundação João Mangabeira, através da Escola Miguel Arraes.
- A realização de um seminário nacional sobre o tema pela Fundação João Mangabeira.
- Que o partido estimule suas bancadas a promoverem projetos de lei em nível federal, estadual e municipal, e que reconheçam a importância da economia criativa como estratégia de desenvolvimento.
- A produção de um vídeo didático pela Fundação João Mangabeira sobre a matéria para servir de suporte ao debate aqui proposto.
- Que se proponha e se debata no partido uma nova lei de mídia brasileira, inspirada na lei recentemente aprovada na Argentina, um dos exemplos mais avançados do continente sul-americano.
- E, finalmente, o novo marco legal para a economia criativa, inovação e cultura, que atinja convênios, contratos e fomentos.

Sr. presidente, companheiras e companheiros delegados, esse foi o resumo do nosso grupo. Muito obrigado.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Muito obrigado, companheiro James, pela exposição.

Quando terminar o relatório, vamos dar oportunidade para quem tem anotações e quer fazer algum acréscimo, algum comentário pertinente àquele tema.

Agora, convido o Grupo 2 “Novas tecnologias e mecanismos de democracia participativa”, cujo relator é o companheiro Alexandre Navarro, e o coordenador, o senador Capiberibe.

SR. ALEXANDRE NAVARRO – Eu vou apresentar, presidente Carlos Siqueira. O senador Capiberibe está em outra atividade.

O grupo dois foi coordenado pelo senador Capiberibe e coube a mim a relatoria. Trata-se, fundamentalmente, de novas tecnologias e medidas para a democracia participativa.

Durante a discussão dos subsídios, trouxeram quatro propostas de democracia participativa. Primeiro, o plebiscito que lembro, no art. 14 da Constituição Federal mediante três incisos: iniciativa popular, referendo e plebiscito. Também me lembro, presidente Carlos Siqueira, que esse projeto que trata da regulamentação do art. 14 da Constituição foi relatado na Câmara dos Deputados – e Jorge Gomes estava lá nesse período – pelo então Deputado do PSB, Almino Afonso. Esse projeto referente à regulamentação do art. 14, que trata do plebiscito, da iniciativa popular e do referendo, é um processo que atravança a não regulamentação e atrasa muito os processos de democracia participativa. Esse processo está rolando desde 2002. O deputado Hugo Leal lembrou ter apresentado projeto na Câmara Federal para que as assinaturas de propostas populares possam ser feitas por meio de assinatura digital. Sugeriu que o TSE organize um site seguro, por identificação biométrica, para debates públicos, sendo o órgão um tribunal de cidadania.

A terceira proposta contida no subsídio era sobre o referendo revogatório, o chamado recall. Trata-se

Plenário durante a apresentação dos relatórios dos Grupos de Trabalho do XIV Congresso Nacional do PSB



de um processo utilizado no Brasil em 1822 e 1823, que funcionou por pouco tempo. O referendo revogatório permite que um determinado número de eleitores possa tirar o ocupante do cargo público, caso esteja descumprindo suas atividades. Esse instrumento político vigorou também em 1889, por dois anos, porém sem muita repercussão.

A prática do recall, do voto revogatório, começou nos Estados Unidos em 1903, com Theodore Roosevelt. Em 2003, o governador da Califórnia, estado mais importante do país em arrecadação, foi destituído do poder por voto revogatório. A dívida pública estava em 38 bilhões de dólares e havia um problema energético gravíssimo no estado, governador Paulo Câmara. Então, Gray Davis saiu do governo em 2003 por voto revogatório. E esse instrumento político está na nossa proposta como subsídio.

Por último, temos o veto popular. Qualquer medida legislativa ou administrativa pode ser questionada pela população, desfazendo o ato que foi feito. Isso também foi aprovado no nosso grupo, presidente Carlos Siqueira.

Eu estou com o relatório do grupo, de sete páginas. Vou passar ao secretário, mas quero fazer um relato importante sobre um tema proposto por vários delegados.

O senador Capiberibe começou sua apresentação lembrando o início do processo de democracia nas cidades-estado da Grécia, séculos IV e V antes de Cristo. Falou sobre a independência dos Estados Unidos, em 1776, e do surgimento de vários instrumentos de participação popular, entre eles, o “Sistema de Freios e Contrapesos (Checks and Balances)”, que trata da harmonia e independência entre os Poderes, e foi determinante na transformação

do processo de democracia nos Estados Unidos. O senador ressaltou que o conceito de democracia no séc. IV, mesmo naquele tempo, excluía minorias desprovidas de renda. Mais recentemente, no final do séc. XIX, na época da independência americana, surgiram os instrumentos democráticos.

No Brasil, embora avançada, a Constituição de 1891, proibiu o voto de mulheres e analfabetos. Sem participação política, disse o senador Capiberibe, não há forma de ter direitos sociais garantidos, a exemplo dos escravos libertos em 1888, invisíveis perante a sociedade. Capiberibe, ao lembrar de instrumentos de participação direta, citou o plebiscito previsto no final do séc. XIX, durante a proclamação de República, para decidir a forma de governo republicana ou monarquista no país, o que foi somente votado pelos brasileiros em 1993.

Capiberibe lembrou ainda que há um divórcio entre representantes e representados, e é mais do que emergencial essa reaproximação. As novas tecnologias podem facilitar essa aproximação, a exemplo do WhatsApp, que é um processo de funcionamento de gestão compartilhada das atividades legislativas do país. Esses sistemas permitem o entendimento de todas as organizações sociais no processo de controle do gasto público.

Ao relatar as opções de democracia dos subsídios ofertados pela presidência, recordou o plebiscito, a iniciativa popular, o referendo revogatório (recall), e o veto popular. São esses quatro que mencionei, e que o presidente Carlos Siqueira apresentou como subsídio na presidência do partido.

Capiberibe lembrou da emenda constitucional do senador Valadares sobre recall. A proposta foi aprovada. Mas, infelizmente, acabou sendo desvirtuada, criando inúmeras condições para se apresentar o voto revogatório.

Em 2003, no caso do governador da Califórnia Gray Davis, bastavam 20% dos votos do eleitorado para se elaborar uma petição questionando a presença do governante no poder.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Alexandre, por gentileza, leia um pouco mais devagar porque as pessoas estão tendo dificuldade em entender.

SR. ALEXANDRE NAVARRO – Em 2003, o recall que resultou na saída de Gray Davis do governo da Califórnia exigia tão somente 20% de votos do eleitorado. Proposta semelhante de emenda à Constituição foi apresentada pelo senador Valadares no Brasil. Mas a proposta aprovada foi posterior-

mente deturpada. Exigiu-se que as assinaturas passassem por vários estados, e o processo não avançou.

A sugestão de recall está no documento do nosso grupo. E foi aprovada da forma proposta como subsídio pela presidência.

O coordenador Capiberibe disse que o conceito ampliado de democracia participativa não se restringe à esfera eleitoral.

Lembrou que a Lei de Responsabilidade Fiscal, de maio de 2000, foi o primeiro instrumento legal a permitir transparência, controle e apenamento para gastos públicos exagerados.

Lembrou também da Lei Complementar 131, de 2009, de autoria dele, segundo a qual todos os gastos públicos sejam disponibilizados nos portais de transparência. Nós implantamos essa iniciativa no Ministério da Ciência e Tecnologia. Graças a essa lei, sabemos dos subsídios concedidos à magistratura nacional, como auxílio moradia, além de outras questões e penduricalhos que passamos a ter conhecimento. Reforça que, com a Lei de Acesso a Informações, o processo de transparência e controle público foi ampliado.

Nesse contexto de aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Transparência Pública, Lei Complementar 131, Lei de Acesso a Informações, Capiberibe lembrou da proposta de gestão compartilhada dos gastos públicos, apresentada na forma do PLS 9.617, de 2018, ideia que surgiu a partir do acompanhamento de execução de emendas apresentadas ao Orçamento Geral da União.

Anotou que instrumentos de gestão compartilhada propiciam o acompanhamento e o combate ao mau uso dos recursos públicos, utilizando-se para tanto aplicativos

de uso disseminado junto à população.

Após a apresentação do senador Capiberibe, foram feitos comentários sobre plebiscito, veto popular e voto revogatório. A primeira delegada inscrita, Leonise Pereira, do Rio Grande do Sul, apresentou proposta de ampliação de participação dos segmentos evangélicos do PSB através da criação do Movimento Evangélico Fiscal. A sugestão foi escrita e entregue à relatoria. Depois vou apresentar o resultado dessa proposta.

Antônio Lima registrou a importância do tema e afirmou que as associações de moradores são a base da construção da cidadania. Citou a importância do orçamento participativo e falou do êxito das lutas de bairros, uma prova de que o PSB trabalha efetivamente para a criação dos instrumentos de democracia participativa e ativa.

Juliano Paes, do Rio Grande do Sul, recordou o distanciamento entre governos e cidadãos, o que provoca uma descontinuidade das administrações. Na contramão disso, citou como exemplo o Projeto Gente e Gabinete da Gente, que oferece o livre acesso dos cidadãos à administração local. A iniciativa é do prefeito Miki Breier, no município de Cachoeirinha, Rio Grande do Sul.

Sobre descontinuidade de governo e alterações correspondentes de iniciativas de políticas públicas, de interesse da população, senador Capiberibe recordou a necessidade de uma legislação específica, embora dizendo que o Poder Público não resolve sozinho o problema social.

O ex-prefeito de Manaus e atual deputado estadual pelo partido, Serafim Corrêa, falou da experiência realizada no Amazonas, de uma car-

Presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, participa da apresentação dos relatórios dos Grupos Temáticos



tilha que relata gastos públicos, especialmente na área de educação. A iniciativa é semelhante a do Fundeb, cuja cartilha permite a devassa de todos os gastos desse órgão, bem como dos últimos dez anos de dispêndios em educação.

Segundo Serafim, a não prestação de contas tem causado o aumento considerável do apenamento de prefeitos. Sete estados não prestaram conta.

A prefeita Márcia Lucena, da Paraíba, lembrou que a solução da enorme crise política do país passa pela conectividade, instrumento inclusivo e relevante.

A prefeita de Conde, na Paraíba, relatou que está criando grupos de whatsapp entre secretários e populares.

Lembrou que todas as terças e quintas-feiras vai às comunidades para prestar contas e explicar à população sobre os atos administrativos de sua gestão.

A prefeita afirmou que essa atividade ajuda a população a entender palavras como LOA (Lei Orçamentária Anual), ou PLO (Projeto de Lei Orçamentária Anual). Segundo ela, o PSB precisa instituir mecanismos claros de suporte de gestão.

Capiberibe lembrou que tem cerca de 150 grupos de whatsapp na sua rede, mas há uma dificuldade clara de gerenciamento.

A deputada Janete Capiberibe registrou a presença de inúmeros amapaenses no congresso e recorreu a aprovação da Lei Complementar 131, de 2009, de autoria do senador Capiberibe, que obriga a publicação dos gastos públicos no portal da transparência.

E também, o Projeto 9.617, de gestão compartilhada para acompanhamento do orçamento, que saiu do Senado e está tramitando na Câmara dos Deputados. Lembrou que o senador também foi responsá-

vel, nesse processo de transparência de apresentação dos gastos públicos, pela criação da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle no Senado Federal.

Para Janete, esses instrumentos legais e de tecnologia da informação e comunicação ajudam no acompanhamento correto da execução orçamentária, a exemplo do controle de gastos realizados durante o mandato do prefeito Serafim Corrêa.

Aldenora Portilho, do Amapá, conclamou a defesa da democracia participativa.

Lembrou que, desde 2014, grupos de direita têm limitado o alcance às esferas oficiais e o acesso aos serviços públicos.

Dessa forma, é necessário trazer a sociedade para conhecer fatos, atos administrativos e políticos.

Sugeriu incluir a gestão compartilhada nos subsídios apresentados pela presidência.

France, do Mato Grosso do Sul, sugeriu que o PSB realize seminários estaduais para orientar os militantes e o partido sobre como enfrentar acusações e ataques de adversários, como uma vertente focada em marketing. Segundo France, é importante a população conhecer os atos administrativos. E o PSB está conseguindo lutar com as novas tecnologias da informação e redes sociais, como é o caso do Mato Grosso do Sul.

Gelson Leite, de Minas Gerais, relatou o caso de Belo Horizonte. Nas administrações pessebistas de Célio de Castro e Márcio Lacerda, após a implantação do orçamento participativo, foi feito novo procedimento de gestão.

As pessoas passaram a acompanhar a indicação das obras e interferir na sua execução, utilizando-se da lógica da gestão compartilhada.

Sobre plataformas digitais, Gelson Leite ressaltou a criação do portal de gestão compartilhada com acesso simplificado e a plataforma de combate à corrupção, iniciativas implantadas em Belo Horizonte. Ele lembrou da importância das plataformas no controle social, ampliando a participação digital.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Companheiro Alexandre, uma sugestão. Se há nesse relatório alguma coisa polêmica, acho que você deveria concluir com ela.

Se já foi tudo aprovado, daremos a palavra posteriormente às pessoas que ainda tiverem alguma observação.

Caso contrário, a exposição vai ficar demasiadamente longa e as pessoas não vão conseguir captar o essencial no relatório. Perdão, você está concluindo? ALEXANDRE NAVARRO – Tem outras participações, mas eu posso concluir.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Porque se não há divergência, somente sugestões de consenso, podemos dispensar a leitura para que a gente possa avançar, não é? Faremos o debate em relação aos temas para os quais não houver consenso, ok?

SR. ALEXANDRE NAVARRO – Ok. Vou resumir os subsídios apresentados pela presidência: plebiscito referente ao art. 14 da Constituição, não regulamentado; a iniciativa popular, prevista na Constituição, reduzida para 1%; referendo revogatório, chamado recall, em que a emenda do senador não foi aprovada na integralidade; e veto popular. As propostas da presidência foram acatadas dessa forma.

Foi também apresentada uma proposta, para instituir um segmento no PSB denominado Movimento Evangélico Cristão. Com quatro votos contrários, o grupo recusou a apresentação dessa proposta por dois motivos. A Constituição brasileira diz que o país é laico. Além disso, de acordo com o estatuto do PSB, não há orientação religiosa ou posição filosófica definida. As pessoas têm diversidade naquilo que creem e na religião que praticam.

Essas foram as propostas apresentadas. Foi aprovada previamente uma moção do Fernando Eduardo Mozinho para que o partido questione, fundamentalmente, qualquer medida legislativa que proponha a retirada do educador Paulo Freire como patrono da educação brasileira. Essas foram as decisões.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Muito obrigado, querido companheiro Alexandre Navarro.

Vamos à apresentação do último grupo, que discutiu o tema “A Conjuntura Política e as Eleições

de 2018”. Eu mesmo vou fazer a apresentação.

Boa tarde a todos e a todas. Vamos iniciar a apresentação do tema “Conjuntura Política e as Eleições de 2018”.

Peço muita atenção porque esse grupo teve muitas manifestações. Falou-se muito sobre o texto apresentado. E debateu-se ainda mais sobre a questão essencial desse grupo, referente à política eleitoral, principalmente no âmbito nacional.

Então, é preciso que prestemos bastante atenção. Depois, nesse grupo, teremos que tomar decisões. E é bom que as propostas sejam bem entendidas. Elas não são muitas. Não há tantas propostas quanto poderíamos imaginar.

O que nós fizemos? Fizemos um texto que foi lido, conforme orientado para todos os grupos. E esse texto, sobre a conjuntura política e as eleições, mostra a posição do PSB ao longo dos dois últimos anos, a atuação do partido e as decisões da Executiva Nacional e do Diretório nesse período.

Não houve ninguém que pediu a supressão ou que discordasse do que foi escrito. Portanto, se não foi feito isso, e todo mundo ouviu a leitura, nós consideraríamos aprovado o texto, ressalvadas as sugestões feitas.

Mesmo assim, há uma questão. Na parte programática, existem dez itens que também foram discutidos no grupo do Casagrande, onde se debateu o tema Projeto Nacional de Desenvolvimento. Então, por exemplo, quando o deputado Domingos Paes disse assim: “Está faltando a questão da reforma agrária”. Eu anotei a observação. Mas, ao consultar o Casagrande, vi que o tema da reforma agrária consta no documento do grupo dele, específico sobre projeto de desenvolvi-

mento nacional. Então, nós vamos deixar de lado essa parte programática porque todas as sugestões serão encaminhadas para o grupo responsável especificamente por esse texto.

O que foi a questão essencial desse grupo? Foi debater e decidir nesse Congresso qual é a nossa posição sobre as eleições para 2018. Nesse sentido, há duas sugestões que me pareceram muito pertinentes.

E ambas, me parece, foram feitas pelo deputado Luciano Ducci (PSB-PR). Mas algumas pessoas também assinaram a segunda proposta.

O deputado sugere que haja, em todos os municípios, uma cláusula de desempenho mínimo para as direções partidárias que estão organizadas. Seja em caráter definitivo, seja em caráter provisório, nós vamos ter uma eleição. Nós queremos eleger muita gente. Portanto, as direções partidárias que não cumprirem essa cláusula, com um percentual de 5% ou 2% – vamos decidir se 5% ou 2% –, após as eleições serão dissolvidas e substituídas por uma nova direção. Isso porque ela não se empenhou para que o partido tivesse resultado eleitoral. Portanto, a resolução que o deputado Luciano Ducci propõe – e nós vamos redigi-la em forma de resolução – se for aprovada, vai ser nesse sentido.

Ele propôs também uma segunda resolução com relação às eleições para governadores, e foi feito um adendo a ela. A ideia é que os candidatos a governador tenham liberdade para fazer suas coligações. Mas a proposta deve ser encaminhada previamente à Executiva Nacional para que ela homologue ou não a coligação. Foram essas as propostas do Deputado Ducci.

Creio que vamos ter que decidir na hora do debate. Então, é importante anotar essas duas propostas

porque elas serão transformadas em resoluções. E serão publicadas e levadas a sério, caso sejam aprovadas pela Direção Nacional.

Feitas as considerações sobre a aprovação do texto e as sugestões para o outro grupo, passamos a discutir a possibilidade de coligação para as eleições gerais, inclusive presidenciais. Estamos falando sobre a posição do PSB neste momento. Não se trata da posição do PSB lá na frente.

E houve uma discussão sobre a qual quero falar. Logo no começo, a senadora Lídice da Mata fez uma sugestão: que a gente possa não decidir agora, neste congresso, se vamos ter candidatura própria. A primeira hipótese é ter candidatura própria. A segunda hipótese é fazer coligação com candidato que tenha identidade programática com o PSB. A terceira hipótese é não fazer coligação formal com candidato.

A senadora Lídice da Mata não está propondo que se decida sobre uma dessas hipóteses agora. Ela defende que, entre esse congresso e o próximo, durante a convenção eleitoral, possamos considerar essas três hipóteses. A conjuntura política e eleitoral vai nos permitir escolher uma dessas possibilidades e, em seguida, encaminhá-la.

Repito, primeira hipótese: considerar uma candidatura própria do PSB. Segunda hipótese: coligação com candidato que tenha identidade programática com o partido. Terceira hipótese: não fazer coligação formal com nenhum candidato. Ou seja, há hipótese de não ter coligação para a presidência da República.

Há quem considere também – e muitas pessoas concordaram com essa proposta –, a possibilidade de, nesse congresso, não decidirmos se teremos ou não candidatura pró-

pria. Não é nesse congresso que vamos decidir se vamos fazer coligação com a, com b ou com c. Não é nesse congresso que vamos decidir se faremos ou não coligação formal para presidência da República. Está clara essa proposta.

Há defensores da candidatura própria, mas também ninguém disse que é para decidir agora. Pronunciaram-se favoráveis a essa hipótese, mas não necessariamente para uma decisão nesse momento.

Então, basicamente, são essas as duas hipóteses. Houve muitas manifestações tratando desses mesmos temas. E o Diretório, a ser eleito amanhã, precisa sair com mandato claro a esse respeito, com a legitimidade desse congresso. E o que foi dito, por mais de uma pessoa, é que a nova direção eleita possa encaminhar uma dessas hipóteses num congresso igualzinho a esse, no final de julho, começo de agosto.

Alguns disseram: “Se tiver candidatura própria não poderá ser em agosto”. Claro que não pode. Por isso, a nova direção precisa ter delegação para encaminhar uma dessas hipóteses, conforme análise a ser feita na devida instância partidária.

Se julgarmos não ser possível decidir por uma dessas hipóteses agora, então, deixaríamos essa questão de lado. Pois, se decidirmos por uma delas, vamos ter de cumpri-la, mesmo que possamos voltar atrás diante da realidade, que, muitas vezes, é mais forte do que a nossa vontade. Portanto, discutimos até três e meia da tarde. Mas essa foi, em síntese, a questão colocada do ponto de vista eleitoral.

Do ponto de vista programático, houve uma sugestão do deputado Beбето em relação à dívida pública. Ela foi transferida para as discussões sobre desenvolvimento nacional. E ficamos de decidir sobre isso.

Então, quero fazer um encaminhamento para que seja dada essa delegação à nova direção, pela ausência de condições objetivas e pelo grau de incerteza que está permeando a sucessão presidencial. E que nós possamos – após conversar com as pessoas e as forças políticas em disputa, trocando ideias sobre as diferenças – considerar a opinião dos presidentes estaduais e dos membros do diretório e, enfim, adotarmos o encaminhamento. Não queremos tomar as decisões no final do mandato do Diretório Nacional.

Ao final das conversações, teremos uma outra realidade. Já fomos procurados por todas as forças políticas e ainda não tomamos decisões. Esse encaminhamento, ao final das contas, será posto à deliberação da convenção eleitoral, que se processará entre julho e começo de agosto.

Essa é a proposta que faço ao plenário. E peço que, se alguém tiver uma proposta diferente, por gentileza, apresente aqui e agora. E nós iremos discutir e deliberar sobre ela. Há alguma proposta diferente com relação a esse tema?

Diga companheiro Isaltino.

SR. ISALTINO NASCIMENTO – Na verdade, não é uma discordância. É só um lembrete. Acho importante discuti-lo aqui no grupo.

O posicionamento majoritário no grupo Conjuntura foi de que esse congresso deve apontar um caminho para o PSB seguir com a esquerda. Defendemos que o PSB deve ser alinhar, ou se relacionar, com os partidos que têm identidade ideológica com a esquerda.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Talvez eu não tenha me expressado bem, mas a proposta da companheira Lídice segue exatamente nesse sentido, o de fazer coligação com

identidade programática e política. Foi assim que a senadora falou.

Evidentemente, identidade não significa igualdade, porque não se faz coligação com iguais, mas com diferentes. E nós somos diferentes. E, por isso, estamos em diferentes partidos de esquerda, de centro etc. Então, acho que está contemplado na proposta da senadora Lídice da Mata. Diga, senadora.

SRA. SENADORA LÍDICE DA MATA – Houve uma definição sobre o que é essa identidade programática. Diversos companheiros, e nós também, no documento contra a reforma trabalhista, falamos contra a reforma da Previdência, contra a privatização da Petrobras, da Chesf, da Eletrobras, contra a privatização dos bancos públicos.

Então, nós temos uma posição política no partido que diz respeito a nossa história. E nós não podemos enfrentar uma eleição presidencial nos posicionando diferente do que pensamos e somos.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – A senadora tem razão e isso está nesse documento que foi lido, citando todos esses aspectos, inclusive a Eletrobras, a Chesf, o Rio São Francisco. Está tudo escrito aqui.

Eu estou considerando que esse documento foi aprovado, na medida em que ninguém propôs nenhuma alteração substancial.

O que se propôs foi de natureza programática e já está encaminhado ao grupo que o Casagrande coordenou. Então, aqui está escrita a nossa visão. A nossa visão é essa e está clara. Agora, a coligação é eleitoral e tem exatamente essa questão da identidade dentro da redação da senadora Lídice da Mata.

Pois não, companheiro.

SR. LUIZ MORENO BATISTA BRUNO (PSB-RJ) – Boa tar-

de a todos e a todas. Eu observei atentamente as falas durante sua plenária. E ainda fiquei um pouco em dúvida em relação à questão de candidatura própria e coligação. A dúvida, no entender de quase todos, era se ouviríamos os candidatos aos governos dos estados para decidir, posteriormente, se teríamos candidatura própria ou nenhum candidato.

E ficou uma dúvida com relação à data para o PSB trabalhar sua candidatura – se for o caso de termos candidato. E acho que nós devemos ter sim. Nós temos potência e nome para isso. Nós temos identidade.

Então, defendo termos uma candidatura própria e anteciparmos para maio ou junho a oficialização do candidato, se assim for aprovado. Caso contrário, a gente vai ter menos tempo para trabalhar, inclusive, uma coligação. Se for o caso, se o PSB aceitar e a plenária aprovar. Essa é a sugestão.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – A observação do companheiro faz sentido. Nós encaminhamos a proposta da senadora Lídice. A questão da candidatura própria também está incluída no texto.

Não houve ninguém, pelo menos naquele grupo, que propusesse decidir hoje, aqui no congresso, se vai haver ou não candidatura própria. Porque essa convenção não foi convocada para isso.

Agora, a delegação que se pede é para avaliar o cenário, considerando essas três hipóteses: candidatura própria, coligação com partidos que tenham identidade programática ou não fazer coligação formal.

Evidentemente, se optarmos pela candidatura própria, não vamos decidir por ela no final de julho, nem no começo de agosto.

Então, eu acho que você tem razão, estou esclarecendo isso. Em nenhum momento ficou resolvido que tomaríamos uma decisão sobre isso neste congresso. Companheiro Selistre.

SR. VICENTE SELISTRE – Companheiro Siqueira, companheiros da Mesa. Nessa grande plenária final do debate programático do nosso partido, acho que estamos fazendo pequenas inscrições para o seu encaminhamento.

Então, quero reforçar a questão do prazo. A meu ver, um debate maior deve ser feito logo depois da janela partidária, que vai até 7 de abril.

Penso que é o prazo máximo para que o nosso diretório, acho que está ficando bem claro que não é a direção executiva e sim o Diretório Nacional ampliado, que acompanha sua posição que relata, ora aqui, de ampliar nossas bancadas na Câmara e no Senado, bem como nossos governadores e candidatos efetivos à governança e os presidentes das nossas seções estaduais.

Nós temos um programa e um manifesto de 1947...temos resoluções de congressos...e uma delas garantiu que o nosso partido fosse contra a reforma trabalhista e a terceirização – mas a bancada rachou. E também que o PSB fosse contra a visão dessa PEC dos vinte anos, que congelou investimentos sociais. No nosso programa tem de estar claro que essa aliança programática, no caso de apoio formal a um candidato de outro partido, seja baseada nas resoluções do PSB. Muito obrigado.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Obrigado, Deputado Selistre.

Companheiro Pedro, por favor.

SR. PEDRO LEANDRO MARCELLO – Eu penso que a

gente deva ser pragmático e objetivo na abordagem.

O documento preparatório que a direção apresentou nos deu as bases da nossa identidade. O complemento apresentado pela senadora Lídice nos faz lembrar que só podemos dialogar com alianças se soubermos quem somos. Eu não vejo que tenhamos aqui a necessidade de discutir um prazo. Para mim, como dirigente do PSB em São Paulo – o maior estado da Federação, e que tem contribuído para a construção do partido – acredito que a nossa prioridade deva ser estabelecer as diretrizes para que a nossa Comissão Executiva e os nossos líderes possam fazer os encaminhamentos.

Este congresso foi convocado com um assunto específico. A plenária é soberana para delegar aos nossos líderes porque nós somos um partido que tem identidade, personalidade e lideranças. Então, presidente Siqueira, reafirmamos o documento que o senhor apresentou, com os adendos que a senadora Lídice trouxe, mas penso que, estrategicamente, se nós temos candidaturas sendo construídas nos estados, a Comissão Executiva Nacional deva receber a delegação desse congresso para fazer o encaminhamento no momento devido, com as informações devidas, e com a força que o PSB merece.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Obrigado, Pedro.

Com a palavra a Profa. Margarida Vieira.

SRA. MARGARIDA VIEIRA – Quero propor que, no momento de votação, fique claro o que é delegado ao nosso Diretório Nacional, seja o Diretório Nacional simples ou ampliado. Temos que definir primeiro isso. Depois, a gente define se vai ter prazo. E

eu sou favorável a um prazo para definirmos mais rápido. Mas outros acham que não. Eu gostaria que esse congresso definisse, hoje, o que ele prefere: termos uma candidatura própria, não termos candidato nenhum, ou fazermos uma coligação. Isso é muito importante porque vai ser uma indicação para a decisão do Diretório Nacional, seja o simples ou o ampliado.

Eu quero que vocês tenham atenção porque a gente tem que decidir com muita clareza. Não é deixar as coisas soltas, senão esse Congresso Nacional do PSB não decidirá nada. E nós, que somos mais de 800 pessoas aqui, estaremos apenas chutando a bola para que outras pessoas decidam.

Muito obrigada.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Peço aos delegados que tomem assento porque são eles que tomam as decisões, os que estão com os crachás vermelhos.

SR. EDILSON GOMES – Presidente, lá no debate, hoje, na sala do grupo de conjuntura nacional sobre as eleições, ficou evidente que não havia os elementos necessários para que esse congresso tomasse uma decisão em nível nacional. Essa fala eu respeito, mas a gente não tem que sair daqui com uma decisão. Existem muitas variáveis ainda incertas. A gente tem uma conjuntura externa que não depende da nossa vontade e que pode direcionar o rumo da sucessão. Amanhã vamos eleger o novo diretório e caberá a ele dar os encaminhamentos.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Vamos encaminhar a questão. Aqui as coisas se decidem democraticamente no voto.

SR. RENATO CASAGRANDE (secretário-geral do PSB) –

Presidente, posso encaminhar a votação?

A proposta saiu do debate realizado na parte da manhã, no plenário da comissão que você coordenou, presidente. É essa proposta que está em votação. Então, vamos votar aquilo que saiu da comissão na parte da manhã. É uma proposta que o presidente Siqueira está apresentando como coordenador.

Quem for favorável à proposta que saiu da comissão, de delegar à direção nacional, no momento adequado, específico e próprio, as decisões com relação às alianças levantem o crachá.

Há alguém contra essa decisão?

Então, aprovada, por unanimidade, a decisão tirada do plenário da comissão.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Profa. Margarida Vieira.

SRA. MARGARIDA VIEIRA – Por favor, eu gostaria que se completasse essa votação com o seguinte adendo: vamos indicar – não é decidir – qual é a melhor opção entre as três oferecidas na proposta Lídice. Isso é muito importante.

SR. RENATO CASAGRANDE (secretário-geral do PSB) – Profa. Margarida, a proposta foi esclarecida pela senadora Lídice. É essa proposta votada agora.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Ok. Vamos à próxima, por favor. Temos mais resoluções.

SRA. SENADORA LÍDICE DA MATA – Quero esclarecer, presidente. Na verdade, o PSB da Bahia encaminhou uma moção e o presidente me assegurou que constaria do relatório com uma posição. Durante a minha fala, eu disse que existiam essas três opções únicas no partido. Porém, não disse que o partido não poderia decidir.

Na minha opinião, o congresso está dizendo que não há amadurecimento para isso.

SR. RENATO CASAGRANDE (secretário-geral do PSB) – Vamos dar um passo adiante. Já foi aprovado isso.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Vamos à próxima resolução, também importantíssima para o nosso partido, considerando a necessidade de ampliar a nossa bancada, do ponto de vista quantitativo e qualitativo. O grupo indicou uma resolução – que é mais uma recomendação como uma decisão do plenário do congresso nacional – que, onde tiver candidatura de governador, o partido fica obrigado a eleger pelo menos um deputado federal.

Isso é muito importante. Não é possível um candidato a governador promover uma coligação ampla para se eleger, e não trazer para o partido um membro a ser eleito deputado federal, dada a necessidade de que nós temos.

Em votação.

Quem estiver de acordo levante o crachá.

Há alguém contra?

Então, aprovada, também por unanimidade, essa resolução.

SRA. GERALDA LOPES DE REZENDE – Questão de ordem, presidente.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Vou colocar todas as propostas para apreciação do plenário. A não ser que tenha divergência.

SRA. GERALDA LOPES DE REZENDE – A nossa proposta também.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Eu não terminei, vou chegar lá.

SRA. GERALDA LOPES DE REZENDE – E agora gostaria que

falasse um deputado e uma deputada. Nós temos mulheres também candidatas.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Perfeito. De acordo.

Então, vamos às outras resoluções. Há uma resolução que determina cláusula de desempenho para as direções municipais. Nessa cláusula de desempenho, o deputado Luciano Ducci disse: “Determinar a todas as direções de seções municipais que obriguem, sob pena de dissolução após as eleições, pelo menos 5% em cada município, para deputado federal”. Houve, entretanto, uma ponderação de que sejam apenas 2%.

Em votação.

Quem concorda com 5% levante o crachá.

Quem concorda com 2% levante o crachá.

Aprovada a resolução com cláusula de desempenho de 2% para os municípios.

SR. ALAN KARDEC BARBIERI – Apenas um adendo, presidente, que a cláusula de desempenho nos estados em que temos candidatos ao Senado que seja para o federal, mas para o Senado também. Porque senão a gente tem indicação por fidelidade ao deputado federal e o diretório tem que ser fiel aos candidatos ao Senado do partido. Então, para valorizar o Senado da República também, a cláusula de desempenho, onde tiver candidato ao Senado, deveria valer para deputado federal que é muito importante, mas nós temos que transformar o Senado da República.

O SR. RENATO CASAGRANDE (secretário-geral do PSB) – Companheiro, quem tem governador não pode priorizar o Senado. Quem tem governador precisa fazer composição com ou-

tros partidos para buscar o Senado. Então, a prioridade é deputado federal. Nossa prioridade é que a gente possa eleger. Essa é a nossa estratégia de crescimento partidário.

SR. ALAN KARDEC BARBIERI – Só um adendo. Eu apresentei isso lá na reunião pela manhã.

Eu estou falando assim: não se pode ter candidato ao Senado sem ter candidato a governador. E nós estamos pedindo desempenho para os diretórios municipais. Diretório municipal que tem candidato ao Senado em seu estado não pode apoiar senador de outros partidos, sem ter também um vínculo de apoiar os nossos senadores. Eu acredito que é coerente, senão a gente desvaloriza o Senado Federal. Eu acredito que, tendo candidato ao Senado, o diretório municipal tem que ajudar a eleger senador também.

SR. RENATO CASAGRANDE (secretário-geral do PSB) – Sem dúvida.

SR. ALAN KARDEC BARBIERI – Agora, se tem candidato a governador, tem que trabalhar a aliança toda como um coalizão. Mas, o diretório principal tem que ter fidelidade também aos candidatos ao Senado.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Então, observem o seguinte: nós tratamos de uma eleição proporcional, e agora o professor traz uma questão de eleição majoritária. É mais difícil você verificar esse dado porque na eleição majoritária, um senador que não tenha 2% em algum município, provavelmente não será eleito, independente de ter partido naquele local. Então, acho que na eleição majoritária, Prof. Alan, essa cláusula é complicada. Porque amanhã nós vamos ter exigência, cobrança no

sentido de que se dissolva porque não teve 2%. Mas o candidato majoritário que não tiver 2% em algum município não será eleito, independente da decisão do partido votar ou não nele.

SR. ALAN KARDEC BARBIERI – Eu concordo, presidente, mas é muito mais no sentido de valorizar a questão do Senado Federal, do que simplesmente falar o seguinte: precisa disso para eleger um senador. Porque a gente deixar o caminho entre os estados, candidato ao Senado e aí diretório, com comissões provisórias, não precisam ter nenhum compromisso em defender. Você pensar num candidato a governador e a gente...

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Se for um candidato a governador e um candidato a senador que não tenha 2% do município, provavelmente, nem um, nem outro será eleito. Eu acho que podemos colocar em votação a eleição majoritária.

SR. RENATO CASAGRANDE (secretário-geral do PSB) – Presidente, nosso senador do Tocantins terá muito mais que 50% dos votos em cada município, com certeza. Se você acha importante, não tem problema nenhum garantir um percentual mínimo.

R. ALAN KARDEC BARBIERI – Eu acho importante aceitar isso.

SR. JOILSON CARDOSO – Presidente, eu quero encaminhar contra.

SR. RENATO CASAGRANDE (secretário-geral do PSB) – Não tem nada a favor, nem contra.

SR. JOILSON CARDOSO – Tem sim, presidente. Ele argumentou bastante a favor, uma cláusula de desempenho para que o partido se estabeleça como direção. Isso

é muito grave e importante para o nosso partido. Nós temos que debater o princípio que ele está defendendo. E que eu quero contraditar. Eu quero ter o direito de fazer a minha argumentação e dizer que não concordo em colocarmos como cláusula de barreira e desempenho para que o partido seja um órgão definitivo e deliberativo.

SR. RENATO CASAGRANDE (secretário-geral do PSB) – Vou colocar em votação.

Quem for a favor da proposta do Prof. Alan levante o crachá.

Quem for contra a proposta e a favor do Joilson levante o crachá.

Então, vitoriosa a primeira proposta.

SR. DANIEL CUNHA – Presidente, com relação a essa deliberação, só um esclarecimento. Estatutariamente, existe uma cláusula de barreira. Quero saber, como fica em relação ao Distrito Federal porque a gente não é estado. Vai continuar a valer os 5% do estatuto ou os 2% que estão sendo aprovados agora?

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Tratamos aqui de município, não de estado. Não tem município no Distrito Federal. Aqui, são 5%.

SR. DANIEL CUNHA – Então, mantém os 5% em nível estadual e a mesma aplicação para o Distrito Federal.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Isso mesmo.

A próxima resolução que vamos colocar à apreciação do plenário, diz respeito às coligações estaduais para governador e senador. O que foi proposto, e eu estou de acordo, é que façamos...

SR. PREFEITO PAULO – presidente.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) –

Porque eu estou apresentando a proposta... só um minutinho... depois você fala.

SR. PREFEITO PAULO – Mas diz respeito ainda à cláusula de barreira.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Mas foi votado. A matéria está vencida.

SR. PREFEITO PAULO – É sobre o percentual de cota. Também poderia ser criada uma cláusula de barreira para os movimentos que estiverem dentro dos diretórios municipais.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Esse é outro assunto.

SR. PREFEITO PAULO – Mas é também como cláusula de barreira. Por isso, estou lembrando.

SR. RENATO CASAGRANDE (secretário-geral do PSB) – É outro assunto.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Me desculpe, eu vou chegar aí. Tem que deixar terminar de apresentar. O que estava falando é uma proposta a respeito de coligações para governador e senador para as eleições majoritárias.

Qual é a proposta? Uma resolução que indique que cada estado com candidato a senador, a governador, um ou outro, ou ambos, encaminhe à Direção Nacional uma proposta de coligação, que será homologada pela Executiva Nacional. Foi essa a proposta.

Então, precisamos apreciá-la e transformá-la numa resolução. Isso, na verdade, já vem acontecendo há muitos anos no PSB, tanto nas eleições municipais para capitais e cidades com mais de duzentos mil habitantes, quanto para as eleições majoritárias em todos os estados. Então, vou encaminhar positivamente pela aprovação. Proposta 1

é aprovação. Proposta 2 é rejeição. Quem estiver de acordo com essa resolução levante o crachá.

Há alguém contra essa resolução? Dois votos.

Está aprovada a proposta 1. Muito obrigado.

Prefeito Paulo, você quer esclarecer? Porque não entendi muito bem a proposta naquela hora em que você apresentou.

SR. PREFEITO PAULO – Presidente, me desculpe.

Lá no debate do grupo, alguém apresentou uma proposta em relação à cláusula de barreira que diz o seguinte: um diretório, uma executiva nacional, vai determinar o número mínimo de secretarias de movimento popular para se estabelecer efetivamente a posição contrária ou o diretório municipal. Um exemplo. Temos que ter no mínimo três secretarias do movimento popular, dos segmentos populares. Aquele diretório ou aquela comissão provisória que não tiver um mínimo de segmento popular, também pode ser destituída ou renovada, de acordo com o entendimento da Comissão Executiva Nacional ou do Diretório Nacional.

Ficou entendido?

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Entendi. Vou explicar. Já há uma disciplina sobre isso. As comissões provisórias não são obrigadas a ter secretarias porque não são diretórios. Então, essa é primeira regra.

Segunda regra: se vai se transformar num diretório, deve haver um congresso municipal. E esse congresso tem por obrigação ser uma reprodução do nacional, com as respectivas secretarias compondo o diretório municipal, estadual e nacional. Essa é a regra estabelecida.

Quem controla isso? O congresso municipal registra sua dire-

ção perante as direções estaduais. Os congressos estaduais registram seus órgãos diretivos perante a nacional. Ambas as instâncias partidárias encaminham o registro ao Tribunal Superior Eleitoral ou Tribunal Regional Eleitoral. A Justiça Eleitoral só tem um papel: anotar o que foi a decisão das respectivas instâncias partidárias.

Então, essa matéria está disciplinada na lei interna do partido, o estatuto, o seu regimento. Mas é bom que todos saibam como funciona...e saibam a quem cobrar essa disciplina prevista no nosso estatuto e no nosso regimento.

Diga Pedro. É sobre a matéria?

SR. PEDRO LEANDRO MARCELLO – No grupo Conjuntura, eu apresentei uma proposta de resolução que dizia respeito aos segmentos. Ela tem uma finalidade, presidente. Porque nós, como consultores do partido na base, escolhemos vocês como líderes e confiamos a vocês a direção do nosso partido.

Os parlamentares são eleitos pelo PSB e, muitas vezes, detentores de mandatos. Muitas vezes – a base sabe disso – não há um diálogo entre detentores de mandatos e segmentos do partido. Existem lugares em que os segmentos sequer são estimulados para existirem.

Então, eu apresentei no grupo uma proposta de resolução no sentido de que as direções estaduais e municipais estimulassem a organização dos segmentos em seus estados. Sob qual critério? Porque nós estamos juntos.

Então, a resolução é a seguinte: do conjunto de segmentos existentes na nacional, hoje, a direção estadual e municipal teria que organizar pelo menos a metade deles e, em um desses segmentos, ter candidatura de deputado federal. Essa é a

resolução que apresentei e gostaria de pedir o apoio dos delegados.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Aí estamos tratando de outra resolução, que pode porque isso não está disciplinado. O que não se pode obrigar, se não houver, é ter candidato. Se houver candidato no segmento, o candidato tem que ser registrado como tal.

Agora, o incentivo é perfeitamente louvável porque deve haver esse incentivo para a organização na forma que propõe o companheiro Pedro.

Quem estiver de acordo, por favor, levante o crachá.

Se alguém é contra, por favor, levante o crachá.

Então, aprovada a resolução nos termos propostos pelo companheiro Pedro.

SR. RENATO CASAGRANDE (secretário-geral do PSB) – Muito bem. Vou apresentar, rapidamente, três moções que chegaram à Mesa.

A primeira moção é do Tilden Santiago, que pede que a Direção Nacional procure entendimento com o Movimento Frente Favela Brasil em todo o território nacional, com urgência. Em Minas Gerais, por exemplo, a frente pretende lançar um pré-candidato a deputado federal, oito estaduais e cinco candidatos ao Senado.

Então, é uma moção para que a gente possa fazer uma parceria com a Frente Favela Brasil.

Pergunto se todos estão de acordo com essa moção apresentada pelo Tilden.

Quem for favorável levante o crachá.

Alguém contra? Ninguém contra?

Está aprovada a moção apresentada pelo Tilden José Santiago.

A outra moção é encaminhada pela Dora, do Movimento de Mulheres. Tem diversas considerações com relação à posição política do partido, com resgate e, ao final, solicita ou resolve definir que o Partido Socialista Brasileiro fará alianças apenas e tão somente com partidos do campo democrático e popular, ficando desde já, excluída qualquer possibilidade de composição, em nível nacional ou das seções estaduais com agremiações, salvo se autorizadas pela Comissão Executiva Nacional.

Quem for favorável levante o crachá, por favor.

Aprovada a moção apresentada.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – A homologação vai se dar nos estados, nas capitais. Já é nossa regra normal.

SR. RENATO CASAGRANDE (secretário-geral do PSB) – E a outra moção aqui apresentada, também pelo Movimento de Mulheres, estabelece que a presente tese seja aprovada no sentido de que se tenha 30% de mulheres em todas as instâncias executivas e órgãos colegiados, incluindo os segmentos, em consonância com o art. 19.

Já é uma previsão que está nas normas partidárias. Quem for favorável à moção levante o crachá. Aprovada por unanimidade!

Resolução do Movimento Sindical. O Secretário Joilson Cardoso apresentou a seguinte resolução:

“Diante das questões que envolvem a agenda social trabalhista e previdenciária, que necessitarão da posição dos membros do PSB no Congresso Nacional, dos militantes dos movimentos sindicais socialistas, movimentos sociais e, principalmente, junto à sociedade, a Plenária do XIV Congresso Nacional aprova, por unanimidade, a seguinte resolução:

Por essa resolução, a Comissão Sindical resolve:

“1º – lutar contra a reforma da Previdência, que retira direitos dos trabalhadores;

2º – lutar pela revogação das mudanças trabalhistas realizadas pelo Congresso Nacional e manter a luta do PSB em defesa da classe trabalhadora e do ordenamento jurídico-trabalhista, cujos direitos foram consagrados anteriormente pela CLT;

3º – manter a luta pela redução da jornada de trabalho e melhores condições de trabalho para todos os trabalhadores do campo e da cidade.

4º – contra a terceirização indiscriminada;

5º – apoiar os projetos de lei que visam distribuir renda, contra qualquer tipo de discriminação, valorização da educação pública, da saúde pública em defesa do setor de saúde e pela reparação de direitos;

6º – contra o trabalho escravo e suas formas análogas;

7º – contra o trabalho infantil e juvenil;

8º – contra a diminuição da maioria penal;

9º – defender a aplicação de 10% do PIB na educação pública e valorização de seus funcionários;

10 – pela aplicação imediata da Lei 131, Lei da Transparência, em todas as instâncias públicas.”

Quem for favorável à aprovação dessa resolução do Movimento Sindical levante o crachá, por favor.

Aprovada, por unanimidade, a moção do Sindicalismo Socialista Brasileiro (SSB). Muito obrigado a todos. Carlos Siqueira, com a palavra.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Companheiros, votamos todas as resoluções propostas.

SR. FELIPE MARTINS – Presidente, só um adendo. Fazer um acréscimo nos itens 2 e 3... todos são bem-vindos ao partido, os deputados federais com mandatos são bem-vindos... mas não será permitido no partido o ingresso de deputados federais que, historicamente, votaram contra a minoria, e que estão de olho no fundo eleitoral do nosso partido. Queria que colocasse em votação. Só isso.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Isso é uma decisão política. Se nós botamos deputado para fora como nós vamos buscar deputado que está votando contra a gente?

SRA. GERALDA LOPES DE REZENDE – Questão de ordem. Eu propus no grupo que nós, mulheres, temos direito de 5% a 15% do fundo partidário.

E, agora, também deve ser o mesmo percentual do fundo de campanha.

E eu propus um aumento: em vez de ficar só nos 5%, o partido poderia dar 15% para a campanha das mulheres.

Foi a minha proposta, mas ela não foi lida.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Isso não foi esquecido, Geralda.

Deixe-me esclarecer bem: nós tínhamos uma disciplina legal, que a lei que criou o fundo eleitoral faz, que atribui à Executiva Nacional de cada partido a decisão sobre essa matéria.

Nós estamos formulando e elaborando uma proposta e vamos levar, ou quem for o presidente vai levar à consideração da Executiva Nacional, como manda a lei.

Evidentemente, temos todo interesse em eleger homens e mulheres, mas essa resolução sairá como um indicativo do congresso que eu

posso informar a Executiva na hora em que for disciplinar.

SRA. GERALDA LOPES DE REZENDE – Sim, aí eu vou passar essa incumbência para a nossa secretária Dora Pires, que vai nos representar na Comissão Executiva. Obrigada.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Perfeito.

Casagrande, alguma moção a mais?

SR. RENATO CASAGRANDE (secretário-geral do PSB) – Duas moções a mais.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Por favor, leia.

SR. RENATO CASAGRANDE (secretário-geral do PSB) – A penúltima é da Jesus, do Movimento Popular.

“Primeiro dia de março de 2018, a partir das 8h30min, no Centro de Convenções Internacionais, ocorreu o V Congresso do Movimento Popular, que aprova a seguinte moção:

As delegadas e delegados do Congresso Nacional do MPS aprovam moção de repúdio ao governo golpista e entreguista do Temer, extensivo ao Sr. Ministro da Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, pelas ações criminosas perpetradas contra o patrimônio público, visando a privatização das empresas dos grupos da Eletrobras.

Parte do projeto implica a inibição do desenvolvimento do parque energético nacional e condena as regiões menos desenvolvidas à estagnação.

Além de significar a entrega duvidosa do setor de estratégia de economia e indústria privada.”

Quem for favorável à moção levante o crachá. Alguém contra? Um voto contra.

Muito obrigado. Moção do Movimento Popular aprovada.

A outra moção é apresentada pelo Mozinho, em repúdio e, ao mesmo tempo, solidariedade a Cuba.

“Repúdio ao bloqueio dos Estados Unidos da América contra Cuba, bloqueio que expressa a flagrante violação dos direitos humanos inscritos na Convenção de Genebra para prevenção e repressão ao crime de genocídio de 1948 e ainda em ato de guerra econômica de Londres, em 1909.

O infame bloqueio de mais de meio século de vigência, que já ocasionou prejuízo de mais de cem milhões de dólares à Ilha Caribenha. (Ininteligível.)

Por essas razões, apresenta essa moção.

E pergunto ao Plenário se está de acordo com a moção apresentada em solidariedade a Cuba.

Quem for favorável levante o crachá.

Alguém contra? Dois votos contra.

Está aprovada por ampla maioria a moção.

Era o que tinha, presidente.

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Todas as propostas foram votadas, assim como todas as resoluções.

Tenho um pedido de um companheiro de Minas, do Movimento Negro, para, antes do encerramento da nossa sessão, fazer uma apresentação.

Por favor, companheiro, cinco minutos.

SR. JOSÉ EUSTÁQUIO SILVA (Mandruvã)

(Segue apresentação musical, acompanhada por todos os presentes no recinto em que se realiza o XIV Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro – PSB).

SESSÃO 04: ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

DATA: 03/03/2018, PERÍODO DA MANHÃ

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Bom dia. Pedimos a todos os companheiros e a todas as companheiras que tomem seus lugares, para que possamos dar início à sessão de encerramento do XIV Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Convido a companheira Renata Campos para compor a mesa.

Damos início à última sessão do XIV Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Peço a todos que se ponham de pé, porque o companheiro Arthur Moreira Lima executará o Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional.)

SR. CARLOS SIQUEIRA (Presidente Nacional do PSB) – Muito obrigado.

Esta é a sessão de encerramento do XIV Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Cumprimento a cada um e a cada uma de vocês. Nessa sessão, vamos

fazer a apresentação da chapa única Unidade Socialista.

Mas antes, gostaria de passar a palavra ao vice-presidente nacional do partido, governador Paulo Câmara, e depois ao vice-governador de São Paulo e secretário nacional de Finanças do PSB, companheiro Márcio França.

Em seguida, passarei a palavra ao secretário-geral, Renato Casagrande, que vai apresentar a chapa Unidade Socialista para o Diretório Nacional.

“É Paulo, de novo, Governador do Povo!”

DISCURSO DO GOVERNADOR PAULO CÂMARA

Bom dia, companheiros socialistas. Quero cumprimentar a todos, em nome do nosso presidente, Carlos Siqueira, e da nossa amiga Renata Campos.

Com a proximidade da eleição do novo Diretório Nacional do PSB e da nova Executiva, finalizaremos um dos mais importantes congressos da história recente do partido. Congressos são a base da democracia interna dos partidos políticos.

Aqui, estiveram representados municípios, estados, regiões, segmentos de jovens e mulheres, e de movimentos sociais, como o sindical, o popular, o da diversidade sexual e o de negros.

Durante três dias, tivemos um complexo processo de debates e construção de consensos. Cada um de nós sairá daqui sabendo o que quer e o que não quer. Mas, sobretudo, sabendo que o pensar coletivo e a ação respaldada pela vontade da maioria resultam na evolução da história e nas grandes mudanças da vida do povo.

Nem sempre temos unanimidade sobre pontos mais polêmicos. Mas, quando isso acontece, organizamos o processo de votação para colher o posicionamento da maioria. Quem teve mais votos, implementa a decisão. Quem teve menos, acata o resultado com sereno respeito à democracia. Assim tem que ser. E assim fazemos.

Companheiros, esse congresso foi muito importante porque aconteceu em um momento crucial da vida brasileira. Todas as pessoas compromissadas com o país estão sendo intimadas a tomar uma posição. É hora de afirmar e reafirmar o compromisso com a democracia, de deixar claro que não permitiremos nenhum retrocesso.



Governador Paulo Câmara (PSB-PE)



Na mesa (da esquerda para a direita): membro da Comissão Executiva Nacional do PSB, Cláudio Valverde; deputada federal Creuza Pereira (PE); prefeito de Campinas, Jonas Donizette (SP); Renata Campos; deputados federais Danilo Cabral (PE), Hugo Leal (RJ), Janete Capiberibe (AP); senadores João Capiberibe (AP), Lídice da Mata (BA); ex-prefeito de São José do Rio Preto, Valdomiro Lopes (SP); vice-governador de São Paulo, Márcio França; presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira; governador de Pernambuco, Paulo Câmara; secretário-geral do PSB, Renato Casagrande; vice-presidente de Relações Governamentais do PSB, Beto Albuquerque; líder do PSB na Câmara dos Deputados, Júlio Delgado (MG); prefeito de Palmas, Carlos Amastha (TO); deputado federal Alessandro Molon (RJ); senador Antônio Carlos Valadares (SE); deputados federais Valtenir Pereira (MT); Beбето Galvão (BA); Odorico Monteiro (CE); ex-ministro Aldo Rebelo; deputados federais José Stédile (RS) e Tadeu Alencar (PE).

Mais uma vez, o PSB está preparado para cumprir o papel que vem assumindo com muita altivez desde os anos 40, quando foi criado para enfrentar a ditadura do Estado Novo. Desde cedo, somos uma força política do campo democrático e popular, como defendiam nossos líderes históricos, de João Mangabeira a Eduardo Campos, de Antônio Houaiss a Miguel Arraes e Jamil Haddad. Somos do campo democrático e popular porque essa é uma tendência de expressiva fatia da população, desses brasileiros e brasileiras que, ao longo das últimas décadas, têm honrado o partido com seu voto e sua confiança, atribuindo-nos responsabilidades de administrar, cada vez mais, cidades e estados.

“Confiança a gente retribui com trabalho”, dizia nosso Eduardo Campos, o trabalhador incansável. “E confiança a gente retribui com coerência e firmeza”, afirmava o ex-governador Miguel Arraes de Alencar, que, nas horas mais adversas, demonstrava na prática a validade dessa tese.

Estamos no limiar de um processo eleitoral muito importante, que deve representar o fim do ciclo de instabilidade política, econômica e administrativa vigente, com que tem causado sérios prejuízos ao país e ao nosso povo.

Nós, do PSB, estamos preparados para prestar contas ao povo das nossas ações nesse cenário adverso. Estamos preparados também para pedir apoio, pois temos uma longa

travessia pela frente e o trabalho a ser feito é dos mais pesados.

É nosso dever ajudar o Brasil a recuperar a capacidade de gerar riqueza, emprego e renda, e, desse modo, preservar as políticas sociais conquistadas ao longo de muitos anos de luta e mobilização social.

Devemos reafirmar nosso compromisso com a ética e nossa capacidade de dizer não a um caminho aparentemente fácil, mas que não leva a lugar algum. Nós discordamos da forma como o Brasil vem sendo governado, de costas para o povo, alheio aos reais interesses da maioria da nossa população. Não podemos concordar com o improvisado, com a falta de compromisso em relação àqueles que mais precisam do Poder Público.



O PSB não tem como concordar com o desmonte das conquistas sociais obtidas com muita luta pelo povo brasileiro. É inaceitável, por exemplo, a privatização de empresas públicas como a Chesf, e a entrega da gestão do Rio São Francisco a interesses privados. Desde a década de 90, Miguel Arraes já alertava sobre essa possibilidade. Essas são as bandeiras das quais o PSB não vai abrir mão de forma alguma.

Meus amigos e minhas amigas. Essa não é uma conjuntura para alienados ou conformados. Esse é o momento para homens e mulheres se posicionarem ao lado dos mais pobres, em respeito à história de lutas do nosso povo. Esse é o momento de fechar questão na defesa das conquistas sociais que mudaram

para melhor a vida da grande maioria dos brasileiros.

Nós somos agentes da mudança. Nós, do PSB, temos o desejo e a capacidade de promover mudanças efetivas. Como dizia Eduardo Campos, “mudanças que colocam vida na vida dos que mais precisam”.

É só olhar para a história. Onde havia oportunidade de mudança, lá estava o PSB fazendo a diferença. Por isso, amigos e companheiros, parabéns pelo congresso. Nós representamos a nossa militância. E ela quer nos reconhecer no velho PSB, partido construído com dificuldade nas últimas décadas, mas sempre confiante no futuro.

O PSB sabe ler a conjuntura política do país. E compreende que, muitas vezes, não se pode ca-

minhar sozinho. Por isso, sempre foi capaz de construir alianças e gerar avanços.

Somos o partido do respeito e da solidariedade por seus aliados históricos. Queremos, discutir os programas em conjunto e nos comprometer com os avanços sociais.

Queremos continuar sendo o PSB defensor da educação pública de qualidade, grande legado em todas as administrações comandadas pelo partido. É o que estamos fazendo humildemente em Pernambuco, oferecendo ao país exemplos claros de que o partido assume e cumpre seus compromissos ao receber demandas do povo. O PSB entrega o prometido. Queremos continuar sendo o partido preocupado em cuidar do presente e futuro das pessoas,

com conforto material e segurança para trabalhar e viver.

O PSB é o partido que não teme assumir tarefas pesadas e, nas horas mais desafiadoras, mostra firmeza, consistência, capacidade de juntar os bons para fazer o bem. E sabemos fazer bem-feito, com rigor, método e respeito à vontade do povo.

Vamos sair desse congresso mais fortes, mais livres, mas alinhados com nossa história e cada vez mais comprometidos com o Brasil e com nossa gente.

Vamos, companheiros, à luta! Vamos à vitória em favor do povo brasileiro! Um grande abraço!

Todos: “É Paulo, de novo, Governador do povo!”

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Agradecemos as palavras do governador pernambucano, Paulo Câmara. E agora, com muita alegria, passo a palavra ao nosso vice-governador de São Paulo, querido companheiro e amigo Márcio França.

DISCURSO DO VICE-GOVERNADOR MÁRCIO FRANÇA

Bom dia, meus amigos e amigas. Um bom dia muito especial à Mesa, na pessoa do nosso presidente Carlos Siqueira. Cumprimento também Renata Campos e, em seu nome, todas as mulheres aqui presentes. Cumprimento todos os que vieram a Brasília, e os que enfrentaram uma longa viagem para estar aqui.

Quero inicialmente cumprimentar a organização do evento. Esse foi um dos melhores congressos que presenciei, realizado em um local muito apropriado. Finalmente, encontramos um som adequado ao evento e às apresentações. Parabéns aos organizadores.

Vice-governador Márcio França (PSB-SP)



Quero falar sobre uma reflexão que fiz ontem. Dentro de um mês aproximadamente, teremos a honra de pertencer ao partido que governa o maior número de brasileiros, considerando os estados sob o comando do PSB: São Paulo, Pernambuco, Paraíba, Rondônia e Distrito Federal.

Esse é o sonho de muita gente que lutou conosco e carregou nossas bandeiras. Ao longo de todos esses anos, tivemos inúmeros acertos importantes. Juntos construímos uma identidade ideológica e alcançamos bons resultados eleitorais. Estamos todos aqui porque o partido foi um dos mais votados nas últimas eleições.

Por isso, tenho tanto respeito às pessoas que se candidatam. Não é fácil a pessoa ter a coragem de se candidatar. Mesmo os que foram derrotados nas urnas, colaboraram para que todos nós, eleitos, estivéssemos aqui. Não é simples fazer essa opção. Hoje em dia, optar por uma candidatura é algo de muita força, de muita coragem. Todos resistem a isso. Por isso, tenho certeza que vocês sabem da nossa tarefa daqui para frente. Os partidos no Brasil têm a força que a urna dá. E a urna precisa de candidaturas. Não é uma coisa trivial.

Temos pela frente uma etapa muito importante para o partido. Vocês sabem que existem novas cláusulas de barreira. Certamente, das trinta e poucas siglas partidárias que existem no Brasil, cinco ou seis devem sobreviver após as eleições. Certamente, o PSB é uma delas. Teremos que ter a maturidade dos grandes partidos. E aí está o grande dilema de todos nós: a maturidade dos grandes partidos, a maturidade das pessoas que sabem das suas tarefas.

Neste instante, a nossa tarefa principal é conseguir alcançar um grande resultado eleitoral e, no futuro, voltar a ocupar os principais cargos do Brasil. Foi assim o sonho do meu grande amigo Eduardo Campos.

Eduardo Campos sempre foi a minha grande inspiração de condução, de coragem, de força, de determinação, de arrojo. Ele desempenhou todos os papéis possíveis para um homem público. Disputou uma eleição difícil, com poucas chances de vitória, mas enfrentou todos os desafios e cumpriu a sua jornada.

Nós honraremos o legado dele, o legado de Arraes, e o de tantos que passaram por aqui, para continuarmos nessa caminhada e sermos vitoriosos.

Todos: “Eduardo, guerreiro, do povo brasileiro!”

– Mas, para isso, temos que aprender a arte da convivência, e trabalhar em cima de consensos.

Quando alguém me pergunta se a maioria está certa ou está errada, me lembro dos momentos em que as pessoas cantam as músicas nos estados. Sempre pode haver alguém desafinado. Mas, ao cantar em conjunto, o hino sai afinado porque a maioria sempre acerta, a maioria sempre está certa. E nós temos que acreditar nisso.

Hoje, estamos completando um ciclo importante. Não é fácil perdermos, numa única eleição, o presidente nacional do partido e candidato à presidência da República. Muita gente não acreditava que pudéssemos superar essa perda. E nós estamos aqui.

Quero, de maneira muito especial, dizer a todos os filhos do Eduardo, a Renata Campos, que a presença de vocês aqui nos inspira.

Se para nós a perda foi muito dura, certamente para vocês foi muito maior.

E, ao superar isso, vocês continuaram demonstrando força e nos dando inspiração.

Então, vamos ao trabalho. Essa é a nossa tarefa. Poucos meses vão nos separar. Estão todos convidados para a grande tomada de posição em São Paulo, a partir do dia 6 de março. E quero a todos amigos, parlamentares, dizer o seguinte: “Não existem partidos sem que haja parlamentares.” Vamos fazer com que a Executiva Nacional preste muita atenção para ajudar essas candidaturas, para que elas tenham força, a fim de que possam competir em condições de equilíbrio. O mesmo

equilíbrio que pedimos a todos os brasileiros.

Nosso socialismo defende a igualdade de oportunidades para as pessoas. Vamos estar na luta enquanto tiver uma criança sem a mesma oportunidade dos nossos filhos. Às vezes, vencemos mais depressa, às vezes vencemos mais devagar. Mas o que importa é que sempre vamos continuar lutando, continuarmos a luta.

Muito obrigado e bom dia a todos.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Muito obrigado por suas palavras, companheiro Márcio França, vice-governador de São Paulo, nosso querido dirigente.

Passo a palavra ao governador do Distrito Federal, o companheiro de muitas e memoráveis batalhas, Rodrigo Rollemberg.



Sessão de encerramento do XIV Congresso, detalhe de votação do plenário

Governador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)



DISCURSO DO GOVERNADOR RODRIGO ROLLEMBERG

– Bom dia, companheiras e companheiros do PSB. Cumprimento nosso presidente Carlos Siqueira e, em seu nome, toda a direção do partido pela realização desse congresso. Como disse Márcio França, um congresso de muita qualidade, muito bem organizado, muito bonito, onde tivemos o privilégio de ouvir o pianista Arthur Moreira Lima, o músico Antônio Nóbrega, e cada um dos companheiros aqui presentes.

Cumprimento nossa companheira Renata Campos e toda a família do nosso querido Eduardo Campos.

É uma imensa alegria poder revê-los aqui. Cumprimento minha companheira, Márcia, que nos tem ajudado muito no enfrentamento dos desafios aqui em Brasília.

Cumprimento nossos governadores Paulo Câmara (PE), Ricardo Coutinho (PB), nossos vice-governadores, especialmente nosso companheiro Márcio França, que tem demonstrado o espírito público e um compromisso muito grande com o nosso partido, com os nossos dirigentes.

Cumprimento nossos deputados federais, nossos deputados

estaduais, nossos senadores, nossos vereadores e, de forma muito especial, a todos os militantes do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Eu já tive a oportunidade de dizer, no grupo do qual participei, que me sinto feliz, porque acompanhei esse partido desde sua origem. Estou completando 33 anos de filiação ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), e nunca tive outro partido na minha vida. Tenho muito orgulho e muita honra disso.

Ao longo desses anos, vejo o PSB crescer com coerência, o que levou o partido a tomar os caminhos mais difíceis. Mas estamos aqui convencidos, convictos, confiantes de que tomamos o caminho certo.

Márcio França disse que, a partir de abril, o PSB terá a responsabilidade de governar, pela primeira vez, a maioria dos brasileiros do nosso território.

Tivemos um revés muito grande imposto pelo destino, com a morte do nosso querido e saudoso Eduardo Campos. Mas seu exemplo e seus ensinamentos estão presentes entre nós.

Quero aqui lembrar a trajetória de companheiros como Jamil Haddad, Miguel Arraes e Eduardo Campos, que sempre mantiveram esse partido firme em relação aos

seus propósitos e ao seu compromisso com o povo brasileiro.

Hoje, a posição ocupada pelo partido nos coloca numa responsabilidade maior. Nós estamos diante do momento mais delicado e mais desafiador da vida política nacional. Temos o dever de resgatar a política e os políticos, como instrumento de construção de um país melhor, como instrumento de fazer as pessoas mais felizes. E isso não será fácil, pelo ambiente de divisão que o país está vivendo.

Hoje, o PSB dá um exemplo de unidade. Isso é indispensável para ouvirmos os companheiros, com todas as diferenças existentes nos estados. Isso é indispensável para construirmos um caminho único para o Brasil, que permita ao PSB dar a sua colaboração e se fortalecer como partido. Dessa forma, nos próximos anos, poderemos colaborar ainda mais com o país. É muito importante elegermos governadores, deputados federais, deputados estaduais, que vão levar a voz e as propostas do PSB para todo o Brasil.

Quero fazer um agradecimento especial aos militantes do Partido Socialista Brasileiro do Distrito Federal, essas companheiras e esses companheiros valorosos, que nos tem ajudado a enfrentar os maiores desafios da história da nossa cidade.

Assumimos com um governo quebrado, com a cidade destruída, salários atrasados, dívidas bilionárias, com serviços públicos completamente deteriorados, com os hospitais sem remédios, e tivemos a coragem de tomar as medidas necessárias, enfrentar os desafios necessários, para que pudéssemos fazer uma cidade melhor para todos.

É com muita alegria e até com uma ponta de orgulho que podemos anunciar, três anos e dois meses

depois do início do nosso governo, que conseguimos universalizar a educação infantil no Distrito Federal para crianças de 4 e 5 anos. Enquanto assistimos o Rio de Janeiro necessitar de uma intervenção federal, aqui no Distrito Federal, apesar de ter perdido quase 3.500 policiais militares que foram para a reserva, em função dos debates da reforma da Previdência, fechamos o ano de 2017 com a menor taxa de homicídios dos últimos 29 anos. E nos dois primeiros meses de 2018, já estamos com uma redução de 15% em relação ao ano passado.

Em 2017, também terminamos o ano com o menor número de mortos no trânsito da história do Distrito Federal. A capital foi reconhecida pela paz no trânsito. Na saúde, Brasília tinha 28% de cobertura da atenção primária no Programa Saúde da Família, taxa considerada a menor do país. Hoje, já estamos com 69% de cobertura do Programa Saúde da Família.

Estamos fazendo o maior programa de regularização fundiária da história da cidade e do país. Já entregamos 66.200 escrituras aos moradores das diversas cidades de Brasília.

Enfrentamos uma crise hídrica na capital, não só porque tivemos três anos com volume de chuvas abaixo da média histórica, mas também porque há vinte anos não havia investimentos em abastecimento de água no Distrito Federal. Já inauguramos duas captações de água e estações de tratamento no nosso governo e, até o final do ano, vamos inaugurar a maior obra de captação de tratamento de água em curso no Brasil, em parceria com Goiás. Esse ano teremos condições de acabar com o racionamento de água no Distrito Federal.

Brasília tinha uma ferida aberta há menos de trinta quilômetros do Palácio do Planalto. Tínhamos o segundo maior lixão do mundo, onde os catadores viviam em condições degradantes, disputando o seu sustento com cachorros e urubus. Nós fechamos o lixão da estrutural, incorporando os catadores de material reciclável no processo produtivo, cumprindo a política nacional de resíduos sólidos, permitindo que trabalhassem em galpões, com esteiras, empilhadeiras, prensas, e pagando trezentos reais por tonelada de resíduo separado.

O Lago Paranoá tinha sido privatizado. Somente os mais ricos desfrutavam do Lago Paranoá. Hoje, a orla do lago é dos brasilienses! É dos brasileiros que visitam a nossa cidade. Toda a orla do Lago Paranoá está desobstruída. O lago é a nossa praia, e a praia não pode ser de alguns, a praia tem que ser de todos.

Todos vocês viam constantemente nos jornais, as páginas de política se confundindo com as páginas policiais. Nós estamos há três anos e dois meses no Governo. E não tem um único escândalo de corrupção no nosso Governo e não terá!

Portanto, é com muito orgulho, com muita emoção que falo às companheiras e companheiros do partido nesse momento desafiador da vida nacional.

Tenho certeza de que todos nós estaremos à altura desse momento, saberemos deixar questões menores de lado, questões pessoais e, se for necessário, vamos trilhar os caminhos mais difíceis para cumprir com a nossa responsabilidade e o nosso compromisso com o povo brasileiro.

Tenho certeza de que todos, inspirados no exemplo de Jamil Haddad, de Eduardo Campos, de

Miguel Arraes, vamos fazer o PSB cada vez melhor, para fazer um Brasil cada vez melhor, mais justo, solidário e generoso com o seu povo!

Viva o PSB! Viva o Brasil!

“Rodrigo de novo, governador do povo!”

“De Norte a Sul e no País inteiro! E viva o Partido Socialista Brasileiro!”

“E viva Arraes, Eduardo e Mangabeira! E viva a Juventude Socialista Brasileira!”

SR. CARLOS SIQUEIRA (presidente nacional do PSB) – Obrigado.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, quero parabenizar o nosso amigo Jorge Gomes, que está aniversariando hoje. Por favor, levante-se para receber os aplausos dos nossos amigos. Ele foi vice-governador do nosso querido Miguel Arraes, além de deputado federal, nosso grande companheiro histórico do nosso partido.

Também quero apresentar ao plenário uma grande conquista dos últimos anos, no Senado Federal, a senadora Lúcia Vânia. Faço questão que todos os socialistas do Brasil a conheçam. Ela também é presidente estadual do nosso partido em Goiás. Bem-vinda, senadora!

Passo a palavra ao secretário-geral do partido, nosso companheiro Renato Casagrande, para fazer a leitura dos membros do Diretório Nacional que serão submetidos à deliberação deste Plenário.

SR. RENATO CASAGRANDE (secretário-geral do PSB) – Bom dia companheiras, companheiros, membros da Mesa.

A chapa Unidade Socialista, a única registrada, busca representar o conjunto desse grande congresso, um congresso com muita energia, o congresso da nossa unidade. Essa é a proposta de chapa:

Secretário-geral Renato Casagrande faz a leitura da nominata da única chapa inscrita para a eleição do Diretório Nacional do PSB



Acilino Ribeiro
Adalberto Souza Galvão. (Bebeto)
Adilson Gomes da Silva
Adineide Lima
Alberto Farias Gavini Filho
Alessandro Molon
Alexandre Barbosa
Ariel Machado
Aluizio São José
Ancelmo Piovezan
Ângelo Rafael
Antônio Carlos Valadares
Antônio Carlos Valadares Filho
Arthur Moreira Lima
Dora Pires
Camilo Capiberibe
César Messias
Carlos Amastha
Carlos Roberto Rafael
Presidente Carlos Siqueira.

Todos: “Carlos Siqueira é meu amigo, mexeu com ele mexeu comigo!”

SR. RENATO CASAGRANDE (Secretário-Geral do PSB), dando sequência à leitura:
Cássio Andrade
Claudemir Nonato de Santana
Cláudio Valverde
Cleber Ávila Ferreira
Creusa Pereira
Daniel da Cunha

Daniel Pereira
Danilo Cabral
Dileuza Marins Del Caro
Domingos Leonelli
Ed Wilson
Eduardo Coutinho
Eliane Silva de Oliveira
Eliseu Gabriel
Evilásio Cavalcanti
Fábio Maia
Tadeu Alencar
Gabriel Maia
Gelson Albuquerque
Geraldo Júlio
Gustavo Henric Costa
Gustavo Neiva
Heitor Schuch
Keiko Ota
Iradilson Sampaio de Souza
Isaltino Nascimento
Jacqueline Moraes da Silva Avelina
Janete Capiberibe
Jesualdo Pires
João Alberto Capiberibe
João Azevedo
João Arraes
João Dias Ferreira
João Henrique Campos
JHC
João Marcos
Joilson Cardoso
Jonas Donizette

Jorge Gomes
José Abelardo Camarinha
José Antônio de Almeida
Catarina Paladine
José Augusto Nunes
Edvaldo Rosas
José Stédile
Messias Júnior
Renato Casagrande
Júlio Delgado
Júlio Cesar Ronconi
Kassiano Andrade
Leany Lemos
Lídice da Mata
Lúcia Vânia
Luciano Ducci
Luciano Ferreira
Luiz Carlos Ciciliotti
Luiz Gabriel de Pieri
Gonzaga Patriota
Odorico Monteiro
Beto Albuquerque
Luzia de Paula
Marcelo Augusto da Eira Corrêa
Márcio França
Marco Aurélio Ubiali
Marcos Dantas
Margarida Vieira
Mari Trindade
Cristina Almeida
Maria de Jesus Matos
Maria Luisa Loose
Sandra Marrocos
Valéria Vasconcelos
Mário Assad Júnior
Mário Bruck
Mauro César de Castro Soares
Mauro Lobo
Mauro Nazif
Milton Coelho
Odmar Nascimento
Paulo Bracarense
Paulo César Matheus da Silva
Paulo Câmara
Paulo Bornhausen
Paulo Foletto
Pedro Coelho
Rafael Motta
Raimundo José Mendes
Ricardo Coutinho

Plenária delibera, em sessão de encerramento do XIV Congresso



Roberto Franca Filho
Rodrigo Martins
Rodrigo Rollemberg
Rogério Salazar
Ronaldo Barbosa
Rubens Bomtempo
Serafim Corrêa
Sérgio Cardoso Emiliano
Sérgio Rezende
Severino Nunes de Araújo
Sidney Rosa
Sileno Guedes
Silvana Teixeira
Tathiane Aquino de Araújo
Tilden Santiago
Tony Sechi
Bira do Pindaré
Valdomiro Lopes
Valneide Nascimento
Vicente Selistre
Vinícius Camarinha
Miki Breier
Waldemar Borges
Wander Borges
Wilson Martins
Wilson Pedro da Silva

Suplentes:

Daniel da Cunha
Manoel Alexandre
Francisco Cortez
Laura Gomes
Elizabete Barros de Santana
Fabiola Mansur
Rodrigo Hita
Rosa Amélia
Adenor Simões
Giuseppe Gazinelli
Gelson Antônio
Kátia Gaivotto
Jânio Benith
Luiz Cláudio Romanelli
José Tiago Camargo do Amaral
Márcia Lucena
Gervásio Maia
Estelizabel Bezerra
Marlos Costa
Cleiton Roque
Francileide Passos

Ely Almeida
Maria Niedja Guimarães
Katyene Vieira
Henrique Antão
Valéria Vasconcelos
Leany de Souza Lemos
Luiz Gabriel de Pieri
Luciano Vasques
James Lewis
Essa é a chapa.

Viva o Partido Socialista Brasileiro! Muito obrigado

E ainda Tatiane Araújo, titular do Diretório, nossa Secretária LGBT.

Todos: “As gays, as bi, as trava, as sapatão! Estão todas organizadas pra fazer revolução!”

SR. CARLOS SIQUEIRA
(Presidente Nacional do PSB)

– Crachás vermelhos em mãos.

Vou colocar em votação. Quem estiver de acordo com a proposta de Diretório Nacional, por favor, levante o crachá.

Está eleito o novo Diretório Nacional do Partido Socialista Brasileiro.

Após a sessão, vamos nos reunir com os novos membros para elegermos a nova Comissão Executiva Nacional.

Companheiros e companheiras, delegados do XIV Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro,

meus queridos governadores Paulo Câmara e Rodrigo Rollemberg, líder na Câmara dos Deputados, companheiro Júlio Delgado, nossa querida líder no Senado Federal, a senadora Lídice da Mata, prefeito Amastha, de Palmas, prefeito Geraldo Júlio, de Recife, e companheira Renata Campos, militante de grande valor em nosso partido, e que nos deixa muito alegres com sua presença neste Congresso. Senador Valadares, senadora Lúcia Vânia, senhoras e senhores deputados presentes em nosso Congresso, companheiros presidentes estaduais do partido, companheiros vereadores, deputados estaduais, deputados federais e militantes.

Nesse final de Congresso, que votou a chapa Unidade Socialista, e é o maior já realizado pelo partido em número de delegados, quero agradecer a todos vocês, os grandes responsáveis pelo sucesso do nosso encontro e pela unidade partidária testemunhada nesses três dias de salutar discussão, de salutares divergências. Finalmente aprovamos a nossa Direção. Agradeço também a todos vocês que subsidiaram as decisões a serem adotadas entre esse congresso e o próximo, a ser realizado em julho, o Congresso Eleitoral.



Presidente nacional Carlos Siqueira, em interação com participantes do XIV Congresso Nacional do PSB

Agradeço, a maturidade nas discussões, nos debates, nas posições, e inclusive nas divergências, que revelam o grau de maturidade alcançado, esse ano, no Partido Socialista Brasileiro. Percebi a mudança ao coordenar os trabalhos sobre Conjuntura Política e Eleições de 2018. Tive também o mesmo retorno de outros coordenadores de grupo.

Esse será, sem dúvida, um grande ano para o partido. É o ano eleitoral, em que todos devemos estar voltados, com prioridade máxima, para as eleições de nossos dez governadores ou mais, talvez.

Temos três candidatos fortes. No Sudeste, a maior região do país, disputaremos com Márcio França, esse grande companheiro, para quem peço uma salva de palmas. E o parabenizo porque, a partir de 6 de abril, será o governador de São Paulo, o grande estado da nossa Federação.

Parabéns Márcio, parabéns companheiros que têm a coragem de colocar o seu nome, o seu rosto, os seus programas, numa tela de televisão, nos comícios, nas ruas, para o julgamento popular.

E esse julgamento popular, essa próxima eleição, precisa do PSB e dos homens e mulheres de bem do nosso país. Teremos uma eleição importantíssima, pois ela pode apaziguar o país com a legitimidade de um presidente ou de uma presidente.

Caso contrário, continuaremos nessa dicotomia desnecessária que não faz bem ao Brasil. O PSB, na figura do nosso querido Eduardo Campos, foi o primeiro partido a chamar a atenção para a necessidade e rompermos com a polaridade PT/PSDB, para o bem do Brasil!

Creio em Deus para que o país possa encontrar nas forças políticas uma solução que traga paz, que aca-

be com a divisão, que acabe com a ideia de nós ou eles. Porque não existe nós ou eles.

Todos somos brasileiros, todos amamos esse grande país, com essa potencialidade extraordinária de enriquecer e dar condições de vida a toda a sua população. Precisamos nos juntar a forças políticas que possam dar um basta a essa situação, que unam os homens e mulheres de todo o Brasil para que possamos ter um país desenvolvido, retomar a capacidade de gerar emprego e distribuir renda, diminuindo gradualmente as injustiças sociais seculares existentes no país.

Quero agradecer mais uma vez a todos aqueles que contribuíram com os três anos da gestão encerrada em 1º de março. E acrescentar que, nós, da direção nacional, precisamos mais do que nunca da contribuição de todos os militantes do Partido Socialista Brasileiro (PSB), para enfrentar os próximos três anos do novo mandato, a partir de amanhã.

É importante que a militância se sinta pertencente ao partido. É importante que a militância sinta que deve opinar e participar das decisões estratégicas do PSB. É importante que cada um, em cada lugar, dê a sua contribuição.

E a contribuição pode ser dada de várias formas: opinando, sugerindo, criticando, porque tudo isso faz parte da democracia interna que deve reinar permanentemente em nosso país.

E a democracia interna também não é uma dádiva da direção partidária. A democracia interna acontece tanto mais quanto os militantes se sentem pertencentes à nossa instituição.

Ela é possível quando os militantes se sentem fazendo parte da instituição.

E nós incentivamos isso. Criamos uma plataforma digital para facilitar a participação dos milhares de companheiros espalhados pelo país, mais de setecentos mil filiados ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Queremos intensificar e modernizar essa relação. Criamos uma vice-presidência de Modernização do Partido Socialista Brasileiro (PSB), voltada para novas mídias digitais, para estimular a comunicação com os militantes. Dessa forma, eles poderão, em qualquer parte do país, dar a sua opinião sobre diversos temas.

Designamos para o cargo o senador João Alberto Capiberibe que aqui está presente. Ele tem sido a cabeça pensante desse projeto. É o autor da Lei da Transparência. É o autor do Projeto de Administração Compartilhada e tem se dedicado ao tema da participação através dos novos meios de comunicação.

Quero também dizer aos companheiros candidatos que as eleições não podem ser um fim em si mesmo. Nós somos candidatos porque queremos melhorar a vida da nossa gente. Somos candidatos porque queremos melhorar e desenvolver o nosso país.

Vamos dar conteúdo às eleições. Não deixemos que as eleições sejam ocas de ideias. Expressem, através de todos os meios, de comunicação televisiva, jornalística, radiofônica ou mesmo através dos comícios e das caminhadas, as ideias do Partido Socialista Brasileiro (PSB) para a população.

Quero, finalmente, agradecer aos membros do partido que participaram ativamente e, em nenhum momento, deixaram esse plenário vazio. Em todos os grupos de estudos tivemos companheiros participando das discussões. Em nenhum momento deixamos de dar a

Militantes do partido se confraternizam com a deputada federal Janete Capiberibe (AP); o vice-governador Márcio França (SP) e o governador Rodrigo Rollemberg (DF)



palavra a quem quer que fosse. Em nenhum momento faltou a democracia. Tivemos divergências, e é importante que as tenhamos. Mas tivemos debates. Nós ouvimos todas as vozes concordantes ou dis-

cordantes, porque isso faz parte do nosso congresso.

Mas tivemos, sobretudo, o congresso menos tenso da história do PSB, o congresso mais unitário da história do PSB, em que todos se

sentiram participantes, todos puderam opinar.

E eu não vi uma única pessoa brigando por espaço porque ele foi concedido, democraticamente, a todos os setores do partido.

Quero também fazer uma saudação especial. Talvez seja a primeira vez na história dos partidos brasileiros que nós vamos ter uma mulher trans participando da nossa Executiva Nacional e do nosso Diretório!

Quero dizer que isso não é nada demais. Devia ser o natural, e eu nem deveria estar falando nisso. Mas o fato é que existe o preconceito.

E o preconceito de qualquer natureza, seja de orientação sexual, seja contra as mulheres, contra os negros, contra os pobres, não pode fazer parte do nosso partido.

Então, isso simboliza que a nossa luta pelo fim dos preconceitos de qualquer natureza é permanente e tem que ser combatida na prática,

dando espaço àqueles que sofrem o preconceito e que, por tantos anos e até séculos, foram marginalizados.

Todos aqui representados – mulheres, jovens, velhos, homossexuais terão o seu espaço. E espero que esse espaço se amplie.

Nesse congresso, tivemos uma presença extremamente significativa, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista qualitativo.

São os companheiros que, não sendo congressistas, representaram os segmentos organizados do PSB. A todos vocês os meus parabéns, o meu agradecimento pela contribuição que deram durante a realização deste congresso.

Peço, finalmente, a ajuda de todos. O partido não é a direção. O

partido é o conjunto dos seus filiados. E, para que a direção tenha êxito, contribua nas suas relações com as tantas forças políticas e partidárias que existem no nosso país, é muito importante que vocês, efetivamente, participem.

Vereadores, deputados, bancadas, Senado, Câmara, mas também todos os militantes, todos os segmentos organizados.

Agradecemos a vocês pela participação. Agradecemos pelo debate, pela presença, e desejamos a todos um bom retorno e que Deus acompanhe a todos.

Um grande abraço e um beijo no coração a todos os nossos companheiros e companheiras que fizeram o sucesso do XIV Congresso Nacional do PSB. Muito obrigado!



Militância participou ativamente do XIV Congresso, conduzido pelo presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira



RESOLUÇÃO – Nº 001/2018

XIV Congresso Nacional do PSB

O XIV Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro-PSB, realizado nos dias 1º, 2 e 3 de março de 2018, em Brasília-DF, no uso de suas atribuições políticas, nos termos do Art. 15, alínea “e” e Art. 52 do Estatuto Partidário e,

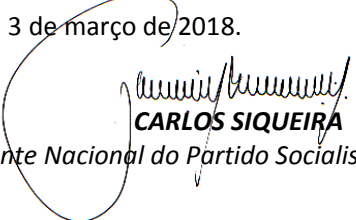
I – Considerando a necessidade de manter íntegra a identidade política do Partido e reforçar a ampliação das forças progressistas que atuam na vida partidária do nosso País;

II – Considerando a importância das eleições gerais deste ano, em particular, a eleição para Presidência da República e para Governadores, determina que:

Art. 1º - Todas as coligações estaduais para Governador, Vice-Governador e também para o Senado Federal terão de ser submetidas à aprovação da Comissão Executiva Nacional, que terá poder para aprovar, de alterar ou anular as coligações em desacordo com as orientações políticas eleitorais da Direção Nacional e fora do arco de alianças com Partidos de esquerda e centro-esquerda, a saber: (PDT – PT – PC DO B – PSOL – REDE – PPS – PV).

Art. 2º - Para ter aprovação de coligações fora do arco de alianças com Partidos previstos no art. anterior, somente com autorização prévia da Comissão Executiva Nacional, sob pena de nulidade.

Brasília – DF, 3 de março de 2018.


CARLOS SIQUEIRA
Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro - PSB

CLN 304 Bloco A - Sobreloja - Brasília - DF - CEP: 70736-510
Telefax: (61) 3327-6405 - 3326-0722 | site: www.psbnational.org.br | e-mail: psb@psbnacional.org.br

CONGRESSOS DOS SEGMENTOS ORGANIZADOS DO PSB

CONGRESSOS NACIONAIS DOS SEGMENTOS ORGANIZADOS

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO



Solenidade de abertura dos Congressos Nacionais dos Segmentos do PSB



Dirigentes nacionais do PSB e secretários nacionais dos segmentos participam de plenária



Presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, discursa para militantes dos segmentos do partido



Secretários nacionais eleitos dos segmentos do PSB. Na foto: Tony Sechi (JSB), Dora Pires (SNM), Valneide Nascimento (NSB), Joilson Cardoso (SSB), Tathiane Araujo (LGBT Socialista), Acilino Ribeiro (MPS).

SINDICALISMO SOCIALISTA BRASILEIRO - SSB

RESOLUÇÃO POLÍTICA DO IX CONSIND - NACIONAL

Aprovada pela plenária do XIV Congresso Nacional do PSB

Brasília, DF, 01/03/2018

Diante das questões que envolvem a agenda social, trabalhista e previdenciária em curso, que necessitarão da posição dos membros do PSB no Congresso Nacional, dos militantes e das militantes sindicais socialistas nos movimentos sociais e, principalmente, junto à sociedade, a plenária do IX CONSIND NACIONAL aprova por unanimidade e encaminha para aprovação no plenário do XIV Congresso Nacional do PSB, a seguinte resolução política:

Por esta resolução SSB – Sindicalismo Socialista Brasileiro e o Partido Socialista Brasileiro resolvem:

1. Lutar contra a reforma da previdência que retira direitos dos trabalhadores;
2. Lutar pela revogação das mudanças trabalhistas realizadas pelo Congresso Nacional e manter a luta do PSB em defesa da classe trabalhadora e do ordenamento jurídico trabalhista e os direitos consagrados anteriormente na CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas.
3. Manter a luta pela redução da jornada de trabalho e melhores condições de trabalho para todos os trabalhadores do campo e da cidade.
4. Contra a terceirização indiscriminada.
5. Apoiar os projetos de Leis que visem distribuir renda, contra qualquer tipo de discriminação, valorização da educação pública, da saúde pública, defesa do SUS e pela reparação de direitos.
6. Contra o trabalho escravo e suas formas análogas.
7. Contra o trabalho infantil e juvenil.
8. Contra a diminuição da maioria penal.
9. Defender a aplicação de 10% do PIB na educação pública e valorização de seus profissionais.
10. Pela aplicação imediata da Lei 131/09, Lei da Transparência, em todas as instâncias públicas.

MOÇÕES E RESOLUÇÕES APROVADAS

V - MOÇÕES E RESOLUÇÕES APROVADAS AO IX CONSIND

5.1 – Manifesto Contra a Corrupção

Como homens e mulheres do nosso tempo, não podemos aceitar passivamente a imoralidade, devemos assumir uma conduta vigilante contra todas as formas de corrupção. Mais do que isso, não devemos aceitar, em nome de nada, ações corruptas, pois que delas resultam injustiças aos esfarrapados do mundo. Também, não devemos nos curvar obedientes aos interesses dos corruptos, pois deles prolongam-se a miséria e o sofrimento.

Ainda, não podemos admitir a malvadeza da corrupção e, muito menos, dar ouvidos ao cinismo dos corruptos, pois deles resultam a exploração dos seres humanos. Sobretudo, não nos rendamos à corrupção, pois que dela iludem-se os incautos, machucam-se os fracos e indefesos e soterram-se os sonhos.

Finalmente, devemos combater os comportamentos grosseiramente imorais e a perversidade dos corruptos, pois que ao admiti-los passivamente nos amesquinhamos como gente. Autora: Rosana dos Santos Medina - SP

5.2 – CONTRA A INTROMISSÃO EUA NOS ASSUNTOS INTERNOS DO BRASIL.

Contra a intromissão Norte-Americana nas questões internas do Brasil. Em defesa da soberania nacional. Autor: Luiz Batista Bruno - RJ

5.3 - De apoio e solidariedade a Cuba e contra o bloqueio dos EUA.

O XIV Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro, vem manifestar ao povo brasileiro e à comunidade internacional, o mais remente repúdio ao bloqueio dos Estados Unidos da América contra a República de Cuba. Um bloqueio que expressa flagrante violação dos direitos humanos inscritos na Convenção de Genebra para a Prevenção e Repressão ao Crime de Genocídio, de 1948, e ainda em ato de guerra econômica, nos termos da Conferência Naval de Londres, de 1909.

Um infame bloqueio de mais de meio século de vigência que já ocasionou prejuízos de mais de U\$ 100 bilhões de dólares à ilha caribenha. Que fere o Direito Internacional e soberania dos povos.

Um deplorável bloqueio que deita raízes na finada Guerra Fria, de triste memória. E ainda mais antiquada Doutrina Monroe, de 1823, cuja versão caricata norteia a atual política truculenta de Donald Trump.

Por essas razões, e considerando que Cuba, comprometida com a paz e a solidariedade entre os povos, não representam qualquer ameaça a integridade do Império do Norte, nós, socialistas, brasileiros nos unimos ao coro das forças democráticas do mundo contra o bloqueio e pela retirada da base militar dos EUA. Autor Mozinho – DF

5.4 - Moção de repúdio

Os militantes do Partido Socialista Brasileiro, integrantes do movimento sindical do PSB, CMS/SSB, presentes no IX CONSIND, enquanto delegados dos estados devidamente credenciados, REPUDIA a forma desrespeitosa e pueril, que os dissidentes, Kátia Gomes Gaivoto e Vilson Luiz da Silva, do PSB-MG, adentraram a plenária deliberativa do IX Congresso Nacional Sindical da CMS- Coordenação do Movimento Sindical, órgão de representação do Partido Socialista Brasileiro – PSB, fórum máximo, para distribuir um “documento” de ataques ao órgão partidário e afrontar as resoluções de seus fóruns deliberativos estatutários.

Outrossim, ressaltamos que temos enraizados, enquanto princípios democráticos, o respeito ao contraditório e os pensamentos antagônicos, desde que, fomentado o bom e honesto debate, inclusive, esse seria o caminho a ser percorrido pela dupla dissidente, e não fazer uso de práticas antidemocráticas, clandestinas, que cumprem apenas interesses pequenos na tentativa frustrada de desmoralizar e tumultuar o fórum partidário. Tal prática deletéria deve ser extirpada da militância do Partido Socialista Brasileiro e providências devem ser tomadas pelas instâncias partidárias para que os autores sejam responsabilizados pelos seus atos.

5.5 - Moção de repúdio e protesto contra a política de privatizações/ PPPs do setor de saneamento patrocinada pelo Governo Temer.

Os trabalhadores e trabalhadoras participantes deste Congresso vêm a público repudiar veementemente a política de privatizações do governo Temer, que, através do financiamento do BNDES, visa entregar o setor de saneamento dos estados brasileiros à iniciativa privada por meio da venda de companhias estaduais, concessões ou parcerias público-privadas (que se configuram em privatizações disfarçadas de PPP).

Experiências nacionais e internacionais comprovam que entregar o serviço de saneamento a iniciativa privada traz enormes prejuízos aos trabalhadores e à sociedade.

Os últimos anos, mais de 260 cidades do mundo, entre elas: Buenos Aires, Berlim e Paris, tomaram de volta o serviço de saneamento após as gestões privadas terem resultado em demissões em massa, aumentos exorbitantes de tarifa e queda na qualidade de serviços prestados.

Os números comprovam que a reestatização é uma tendência mundial e o Brasil não pode ir na contra mão, violando gravemente o direito humano a água e ao saneamento. Assim, reivindicamos a imediata suspensão da política de privatizações, bem como a retirada dos estados brasileiros do programa de financiamento do BNDES e do governo Temer que visam entregar o serviço de saneamento (essencial a garantia da saúde pública) para grupos privados que colocam o lucro acima dos direitos da sociedade.

Deixar a água um bem cada vez mais escasso, nas mãos de empresas privadas e fazer com que a lógica do capital se sobreponha ao interesse coletivo e público. Água é um direito e não mercadoria.

5.6- Moção Repúdio as privatizações do governo Temer.

Os trabalhadores e trabalhadoras participantes deste Congresso, conforme indicado no item anterior, vêm a público repudiar veementemente a política de privatizações do governo Temer, em setores outros que não o de saneamento.

5.7 – Moção pela retomada do Ministério do Desenvolvimento Agrário

A SSB defende a retomada do Ministério do Desenvolvimento Agrário, bem como o aprofundamento da política de reforma agrária, a centralização da agricultura familiar e de políticas públicas insustentáveis.

5.8 – Moção de apoio

Os militantes do Partido Socialista Brasileiro, integrantes da Coordenação do Movimento Sindical do PSB e a SSB, vem, por meio desta, APOIAR, o companheiro Joilson Cardoso, secretário Nacional do Movimento Sindical do PSB, reeleito no IX CONSIND, por seu compromisso com o socialismo e a ética na condução da luta sindical. Liderança inquestionável para nós, sindicalistas e socialistas do PSB e da CMS/SSB.

5.9 – Resolução de Concessões (Rádio e TV)

Encaminhar à direção Nacional do PSB, fundamentado nos artigos 213 e 214 da Constituição Federal, para que oriente nossa bancada na Câmara e do Senado (através dos seus mandatos e participação nas comissões), que fiscalize a renovação das concessões: de rádio e TV, e sob a instalação do Conselho de Comunicação Social no Congresso Nacional.

5.10 – Resolução Eleições de 2018

Que nas eleições de 2018 as alianças políticas e programáticas do Partido Socialista Brasileiro na disputa da Presidência da República, Senado, e Câmara Federal, sejam realizadas apenas com os partidos e candidatos comprometidos com a revogação das mudanças da legislação prejudiciais aos direitos trabalhistas e previdenciários, do congelamento de 20 anos dos investimentos sociais, da entrega do Pré-Sal e da isenção de 1 trilhão de reais para empresas petroleiras estrangeiras, realizadas pelo Congresso Nacional na atual legislatura, e que se comprometam contra a reforma da previdência em prejuízos dos trabalhadores.

5.11 – Resolução Contra a Intervenção - RJ

Contra a Intervenção Nacional da Segurança Pública no estado do Rio de Janeiro, por entendermos que segurança pública se faz com inteligência. A intervenção federal dever ser feita com base em critérios exclusivíssimo principalmente com a garantia dos direitos individuais e coletivos garantidos pela constituição. Nunca é demais lembrar que o estado do Rio de Janeiro chegou ao estado de total falência por incompetência de gestão dos últimos governos. Volume de recursos recebido pelo estado nos últimos 10 anos se bem aplicados poderiam garantir o desenvolvimento para os próximos 20 anos, por fim entendemos que o Rio de Janeiro já está sob intervenção a algum tempo, como exemplo a ocupação da Rocinha e da Maré pelo exército que até não tivemos resultados destas. Concluimos que segurança pública se faz com planejamento, investimento e ação social.

5.12 – Resolução Indicação para Executiva Nacional

A SSB, através do seu Conselho Político, reunido em 2 de março de 2018, Brasília- DF, indica o companheiro VICENTE PAULO DE OLIVEIRA SELISTRE, para ocupar uma vaga na Executiva Nacional do PSB.

Mesa Diretora

Joilson Antônio Cardoso do Nascimento – Presidente

Ed Wilson Lino da Silva – Secretário



A partir da esquerda Foto 1. Secretário nacional do SSB, Joilson Cardoso, discursando na inauguração conjunta dos Congressos Nacionais dos segmentos organizados do PSB. Foto 2. Renato Casagrande, presidente da FJM, na inauguração do IX Congresso da SSB. Foto 3. Fala de Joilson Cardoso, no início dos trabalhos do IX Congresso. Foto 4. Detalhe do plenário, em votação. Foto 5. Mesa diretora dos trabalhos, em detalhe de votação. Foto 6. Militância da SSB reunida. Foto 7. Grito de guerra da militância do SSB, ao final dos trabalhos de seu IX Congresso Nacional.

SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES - SNM

ATA DO VIII CONGRESSO NACIONAL DE MULHERES DO PSB

No 1º dia do mês de março de 2018, às 10h, no Centro Internacional de Convenções do Brasil, em Brasília / DF, reuniram-se todos os Segmentos do Partido Socialista Brasileiro, para a abertura conjunta de seus Congressos, na presença do Presidente Nacional do PSB, Carlos Siqueira, do Presidente da Fundação João Mangabeira, Renato Casagrande, do Vice-Presidente de Relações Governamentais do PSB, Beto Albuquerque e do Deputado Federal Alessandro Molon do Rio de Janeiro. Logo após teve início o VIII Congresso Nacional de Mulheres Socialistas do PSB, com as delegadas dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins. E uma representante do estado de Alagoas. A Secretária Nacional de Mulheres, Dora Pires chamou para compor a mesa de abertura, as companheiras da Executiva Nacional de Mulheres, quando foi lido e aprovado o Regimento, sendo alterado no seu Art. 12, passando este a ter esta nova redação: “Art. 12 – A chapa deverá conter a indicação nominal da Secretária Nacional de Mulheres, bem como as 12 (doze) demais componentes, e seus respectivos cargos e estados, com respectivos comprovantes que estão, devidamente, cadastradas no segmento. Faz-se necessário, ainda, a eleição das 10 (dez) coordenadoras regionais em número de 02 (duas) por região, obedecendo às mesmas exigências acima descritas, para cumprir o mandato de três anos. A eleição deverá ser pela totalidade dos estados que compõem as respectivas regiões”. Em seguida foram homenageadas as companheiras internacionais Shady Ruiz Díaz, Paraguai, Estela Molero, Argentina, Gladyz Fernández, Gaella Contreras e Patricia Romero, Peru, Susana Orellano, Equador, Carmen Anastásia, Uruguai e Benilda Santana, Panamá, que participaram do primeiro painel “Conjuntura Internacional”, que foi presidido pela companheira Prof.^a Yara Gouvea. Na volta do intervalo para o almoço foram apresentados 05 (cinco) EIXOS norteadores que serão trabalhados no novo triênio 2018-2021. São eles: 1- Descriminalização do Aborto; 2- Mulher Trans, seu lugar e sua dignidade; 3- Formação Política continuada; 4- Transversalidade de Gênero entre os Segmentos e 5- Todo tipo de Violência contra as Mulheres. A Deputada Estadual Laura Gomes de Pernambuco e a Vereadora Sandra Marrocos da Paraíba, expuseram no segundo painel, a “Conjuntura Nacional e as Eleições 2018”. Iniciou-se em seguida a apresentação do terceiro painel, com a Deputada Federal Creuza Pereira de Pernambuco falando sobre a “Organização e Formação Política de Gênero” e na oportunidade recebeu a medalha comemorativa aos 18 anos da Secretaria Nacional de Mulheres. Prestigiaram com a importante presença e saudaram o VIII Congresso Nacional de Mulheres, o Senador João Capiberibe do Amapá, o Presidente da Fundação João Mangabeira, Renato Casagrande, a Deputada Federal Janete Capiberibe do Amapá, a Deputada Distrital Luzia de Paula do Distrito Federal, o Deputado Federal Tadeu Alencar de Pernambuco e a Vice-prefeita de Santana do Livramento / RS, Mari Machado. Após o término deste painel deu-se início as moções. A primeira moção apresentada pela companheira Leyde Pedroso, foi a de reconhecimento da Secretaria Estadual de Mulheres do MS, como a primeira a ser criada no Partido Socialista Brasileiro, conforme registro na imprensa local e assentamento no TRE / MS, sendo aprovada pela maioria com 05 (cinco) abstenções. A segunda moção foi feita à Secretaria Nacional de Mulheres, para que oriente as gestões socialistas a implantarem Política Pública contra a Violência a Mulheres, Programa “Maria da Penha vai à escola”. Os estados de Sergipe e do Tocantins, não tiveram suas delegadas reconhecidas ao Congresso, sendo suas participações apenas como observadoras. O estado de Sergipe fez requerimento oral, para que o Congresso Estadual fosse reconhecido e o plenário do Congresso aprovou por maioria, com 03 (três) abstenções. Já o estado do Tocantins, teve sua Secretaria Estadual não reconhecida pela Executiva da Secretaria Nacional de Mulheres. Foram colocadas em votação 02 (duas) teses, a primeira solicita a inserção no estatuto partidário de no mínimo 30% (trinta por cento) de mulheres na composição dos diretórios e executivas em todos os níveis de direção do PSB, e a segunda, resolve definir que o Partido Socialista Brasileiro fará alianças apenas e tão somente com partidos do campo democrático e popular, ficando desde já excluída qualquer possibilidade de composição, a nível nacional ou das seções estaduais, com agremiações não identificadas com a centro-esquerda, salvo se autorizado pela Comissão Executiva Nacional e definir como prioritária a formação de chapas proporcionais

competitivas nos estados visando eleger o maior número possível de deputadas e deputados federais, devendo as candidatas e candidatos a deputadas e deputados estaduais do PSB apoiarem, prioritariamente, as candidatas e candidatos a deputadas e deputados do partido. As 02 (duas) teses foram aprovadas por unanimidade e encaminhadas ao XIV Congresso Nacional do PSB. Por fim foi apresentada a chapa única e o processo de votação teve início, sendo eleita por aclamação a nova Executiva Nacional de Mulheres e as Coordenações Regionais para um mandato de 03 (três) anos. A Executiva Nacional de Mulheres terá a seguinte composição: DORA PIRES (PE), Secretária Nacional de Mulheres, FRANCILEIDE PASSOS (MT), Secretária Geral, ANABEL LORENZI (RS), Primeira Secretária, VALQUÍRIA ALENCAR (PB), Segunda Secretária, SILVANA TEIXEIRA (PI), Secretária de Finanças, ELY ALMEIDA (AP), Coordenadora de Formação Política, MARIA SALETE RAMOS DA SILVA (SP), Coordenadora de Movimentos Sociais, LAURA GOMES (PE), Coordenadora de Relações Institucionais e Parlamentares, GLAUCE JANE CORDEIRO (MA), Coordenadora de Comunicação, CARLA BRITTO (AC), Coordenadora de Direitos Humanos, ADNEIDE LIMA (ES), Coordenadora de Raça e Etnia, MARDELENE DE JESUS (MG), Coordenadora de Articulação e Mobilização e GERALDA RESENDE (DF), Coordenadora de Organização e Eventos. Para as Coordenações Regionais foram devidamente eleitas pela totalidade dos estados que compõem as respectivas regiões: SILVANI RIBAS FERREIRA (MS) e NELMA FÉLIX (GO), Coordenadoras da Região Centro Oeste, TATIANA PIRES (RN) e LUCIANA CRUZ (BA), Coordenadoras da Região Nordeste, ELIZETE LANZONI (SC) e JANAÍNA LOPES GHER (PR), Coordenadoras da Região Sul, MÁRCIA REBECA OLIVEIRA (AM) e INGRIDE GURGEL (RO), Coordenadoras da Região Norte e FÁTIMA SANTOS (RJ), Coordenadora da Região Sudeste. Em seguida, a Secretária Nacional de Mulheres, Dora Pires, deu posse à nova Executiva Nacional de Mulheres e as coordenadoras regionais e agradeceu a presença de todas as delegadas, observadoras, convidadas(os) e apoiadoras(es) do Congresso. Dando por encerrado o VIII Congresso Nacional de Mulheres do PSB. Nada mais havendo a constar, lavro a presente Ata, que vai assinada por mim. Brasília, 01 de março de 2018.

Mulheres do PSB e da Coordenação Socialista Latino-Americana participam do VIII Congresso Nacional de Mulheres do partido. Ao microfone, a Secretária Nacional reeleita, Dora Pires.





Deputada federal Creuza Pereira (PE) durante plenária do VIII Congresso Nacional de Mulheres Socialistas



Votação para a escolha da nova Executiva Nacional de Mulheres e coordenações regionais

NEGRITUDE SOCIALISTA BRASILEIRA - NSB

UNIDOS SEREMOS MAIS FORTE

Somos a NSB e somos o Partido Socialista Brasileiro – PSB. Por isso queremos nesse triênio, dar um novo rumo e vida nova à NSB. Queremos uma gestão propositiva e presente diante das questões da negritude brasileira, atuaremos nos níveis municipal, estadual e nacional.

PROPOSTAS E DESAFIOS – 2018-2021

- Manter e intensificar o Curso de Formação Política com temáticas direcionadas para a prática política e científicas;
- Criação de uma Comissão Parlamentar para atuar junto ao secretário ou secretária executiva;
- Envidar esforços para realizar o Encontro Latino-Americano dos povos afrodescendentes da América Latina;
- Dar apoio aos secretários estaduais para que criem a NSB nos municípios nos respectivos Estados;
- Criar e organizar um calendário de Encontro Nacional da NSB (proposta de 3 encontros anual);
- Criar e organizar uma agenda positiva de visitas in loco às comunidades quilombolas. Acompanhar as políticas públicas para os quilombolas;
- Visitar todos os Estados do país, em específico, onde a NSB não estiver organizada e criar as condições de organizá-la nos demais Estados da União;
- Representar, defender e atuar junto aos secretários e secretárias da NSB nos Estados, de modo especial estar presente nos Estados onde os secretários/secretárias se encontrarem com dificuldades políticas com os respectivos presidentes das executivas estaduais;
- Promoção e prática de formação política dos membros e militantes da NSB, visando reforçar a participação dos negros e negras a candidatos e candidatas a cargos eletivos;
- Envidar esforços, organizar e promover o I ENCONTRO LATINO AMERICANO dos povos afro-latinos para ano 2019/2020. Sendo o local do encontro Brasília/DF;
- Elaborar e difundir o projeto de tradução de obras de filosofia africana, matriz africana junto à Escola Miguel Arraes, FJM e Universidades parceiras e editoras e Instituto Nacional Afro Origem – INAO;
- Envidar esforços apresentar aos deputados federais do PSB, a Lei de participação da NSB no Fundo Partidário, na ordem de R\$ 5% do Fundo Partidário já aprovado no senado e aguardando aprovação dos deputados;
- Envidar esforços para garantir dos 30% do fundo partidários para mulheres, garantir deste percentual 15% para mulheres negras;
- Organizar um seminário para conhecer e debater sobre a Reforma da Previdência e Código Penal brasileiro;
- Atuar politicamente junto À SEPPIR, no sentido de promover debates e atuar no enfrentamento às práticas de racismo, bem como propor ações afirmativas e políticas públicas para a população negra brasileira e solicitar passagens, hospedagem e alimentação para participar da Roda de Dialogo Negritude em Inovações do Fórum Mundial em Salvador nos dias 13, 14, 15, 16 e 17 de março de 2018 em Salvador com o título: Roda de Diálogo: Negritude em Inovações e Tema: Cultura de Resistência no dia 16 de março de 2018 as 16hs, com lema: Construindo soluções de inovações efetivando direitos a partir da transformação social, efetivar a política da juventude negra em situação de vulnerabilidade, a partir do ensino da história e cultura da população afro-brasileira com os termos da Lei.: 10.639/2003 e a Lei 12.288/2010 referente ao Estatuto da Igualdade Racial, combatendo o racismo em vários âmbitos dos setores públicos e privados, capacitando jovens negros(as) de periferias, dos centros urbanos, rural e dos municípios;

- Implementar esforços para que o poder público garanta a efetivação na prática das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, bem como maior divulgação do Estatuto da Igualdade Racial;
- Defender os princípios do Partido Socialista Brasileiro e do Socialismo no sentido de garantir os direitos conquistados pelo povo negro brasileiro, segundo a Constituição Nacional e no Estatuto do PSB;
- Adequar, implantar, efetivar e cobrar na prática o Planejamento Estratégico da NSB nos estados e municípios;
- Garantir 30% da participação de negros e negras nos Diretórios Municipais, Estaduais e Nacional;
- Abrir um canal de comunicação entre a NSB com LGBT, SSB, JSB, SMN, MPS e Pessoas com deficiência, sociedade civil e o poder público, sobretudo, nos Estados onde o índice de criminalidade contra a juventude negra vem aumentando;
- Organizar e criar o Instituto Nacional Afro Origem em todos os estados;
- Garantir a participação dos membros do INAO em todos os conselhos nos órgãos nacional, municipais, estaduais em toda federação do país;
- Realizar e otimizar agendas constantes, quando de datas comemorativas sobre a população negra e afins junto à bancada socialista;
- Indicar e defender 03 (três) membros da NSB no Conselho Curador da FJM (Vereador Silvio Humberto/BA, Deputada Estadual do Amapá - Cristina Almeida e como suplente: Valneide Nascimento dos Santos/ES);
- Indicar e defender a participação de negros e negras no Diretória Nacional do PSB, sendo três titulares e dois suplentes;
- Defender e lutar junto aos gestores eleitos pela legenda do PSB no país e garantir um percentual de Emenda Parlamentar para implementar o Observatório Afrodescendentes e a Biblioteca Afrodescendentes nos seus respectivos estados de origem;
- Principais bandeiras de lutas a serem defendidas pelos nossos candidatos e candidatas do PSB nas eleições de 2018, 2020 e 2022:

- a) Implementação efetiva do Estatuto da Igualdade Racial;
- b) Delegacias especializadas de combate ao racismo e a violência;
- c) Defesa e demarcação das terras das nações indígenas, comunidades e povos tradicionais;
- d) Sistema de Cotas para negros e negras e dos coletivos de jovens rural e urbano;
- e) Saúde e educação de qualidade para a população negra, indígena e cigana;
- f) Ensino da História Afro-brasileira e indígena na formação educacional;
- g) Cultura de paz e pluralidade religiosa;
- h) Criar Observatório Afro-brasileiro;
- i) Criar Biblioteca Afrobrasileiro nas escolas estaduais e municipais.

"A mudança começa aqui com os socialista no poder".

UNIÃO PELA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO PAÍS

- Mudar o mundo contra a desigualdade e em benefício da equidade à saúde da população negra à educação negra, indígena, cigana e quilombola;
- Ampliar o acesso e a permanência da população negra à educação de qualidade e combater a evasão escolar e a defasagem idade-série dos grupos discriminados;
- Reconhecer e valorizar a pluralidade religiosa e de matriz africana;
- Eliminar o tráfico e a exploração sexual, em especial das mulheres negras, jovens negras e quilombolas;
- Preservar o patrimônio cultural e natural dos povos e comunidades tradicionais e de matriz africana;
- Promover e garantir o sistema de cotas para negros, negras e indígenas;
- Combater a violência contra juventude negra e criar delegacias específicas de combate ao racismo;



- Implementar a Lei 10.639/2003 e também o Estatuto da Igualdade Racial de combate ao racismo em toda gestão eleita pelo PSB no país;
- Promoção das lideranças das mulheres negras, jovens negras e de sua formação política nas cotas de 5% do fundo partidário com autonomia do PSB;
- Combater a violência dos negros e negras, em especial de qualificar agentes públicos da segurança pública, saúde da população negra de modo geral no país através da gestão socialista brasileira;



Representantes da Negritude Socialista Brasileira (NSB) se reúnem no V Congresso Nacional Extraordinário do segmento



Secretária Nacional reeleita da NSB, Valneide Nascimento, e a deputada estadual Cristina Almeida (AP) entregam prêmio para a deputada federal Janete Capiberibe (AP)



Representantes da NSB em plenária do V Congresso Nacional do segmento

MOVIMENTO LGBT

O PSB é um partido de esquerda, socialista, que tem na sua bandeira de luta a não discriminação, a não homofobia, a não transfobia. A agenda aprovada na III Plenária Nacional LGBT Socialista, apresentada no XIV Congresso Nacional do PSB, realizado em Brasília, prevê o empoderamento de mais candidaturas LGBT para fazer com que a legislação e o partido operem em favor da não discriminação, e com políticas públicas para a população LGBT.

O segmento, que elegeu a nova secretária nacional, Tathiane Araújo, está planejando um mapeamento dos 10 últimos anos de candidaturas LGBT para promover novos postulantes. Segundo a nova secretária, é preciso, cada vez mais, ter representantes do segmento. “As populações só vieram a ter leis e serem reconhecidas quando tiveram representantes que pleitearam legitimamente esse reconhecimento”, afirma.

Uma das resoluções do encontro nacional do segmento, é um ‘plano de aliados’, com candidaturas LGBT compromissadas com uma pauta específica do movimento. “Se temos um prefeito LGBT, precisamos que ele siga o estatuto partidário e respeite, na sua política, a não homofobia, a não discriminação, a não transfobia, e a inclusão dessa população para que tenha direitos e deveres. Queremos ter quadros comprometidos, de esquerda, e que sabem que o socialismo defende a igualdade independente de raça, cor, religião, e orientação sexual e identidade de gênero”, explica Tathiane.

Segundo as estatísticas, afirma, o Brasil é um dos países que mais mata a população LGBT. O país carece de políticas públicas adequadas a essa população, não possui uma lei que criminaliza a homofobia, e comparado a vizinhos latino-americanos, como Colômbia e Argentina, tem uma legislação atrasada, como por exemplo, em relação ao reconhecimento de nome social para pessoas trans.

“Somos seres políticos, pagamos impostos, temos igualdade e deveres, mas temos, atualmente, menos direitos civis que o heterossexual. É na política que temos de mudar isso. O PSB é um instrumento para essa mudança, que faz a diferença, com voto na Executiva Nacional, e com condições de dialogar e propor para seus executores as demandas da população LGBT”, garante Tathiane.



Tathiane Araújo é eleita secretária nacional do LGBT Socialista.



Votação durante a III Plenária do LGBT Socialista



Presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, e representantes do LGBT Socialista comemoram a realização da III Plenária Nacional do segmento.

MOVIMENTO POPULAR SOCIALISTA - MPS

Uma das medidas aprovadas no V Congresso Nacional do Movimento Popular Socialista (MPS), realizado em Brasília, foi a de fortalecer e implantar os núcleos de base populares dentro do PSB e transformá-los na principal força orgânica do segmento.

Segundo Acilino Ribeiro, eleito secretário nacional do MPS, os vários subsegmentos sociais – base comunitária, esportiva, de defesa do consumidor, sem-terra, sem-teto, cultural, imigrantes e refugiados, além de outros – vão contribuir para o trabalho de transformação do PSB num partido de massa, com suas lideranças e quadros. O MPS congrega mais de 40 setores populares da sociedade brasileira, com a inserção de pessoas em vários desses movimentos.

Para fortalecer o segmento, o MPS vai estabelecer um plano de metas para reestruturar o movimento em estados onde ele ainda é embrionário, apenas com uma comissão provisória. A estratégia é transformá-la em comissão permanente num prazo máximo de quatro meses.

O objetivo, afirma Acilino, é estabelecer diretrizes que vão fortalecer um posicionamento partidário das bases socialistas de resgate histórico do PSB, trabalhando alianças com os partidos de centro esquerda e do campo progressista. Dessa forma, acredita, o PSB pode ser a vanguarda do revigoramento da esquerda brasileira que, durante algum tempo, acabou rejeitada pela falta de autocrítica e de trabalho de base. Nesse sentido, a intenção do MPS é defender a consolidação de luta de massa, e não somente a construção eleitoral partidária.



Acilino Ribeiro é eleito o novo secretário nacional do MPS no V Congresso Nacional do segmento



Detalhe de abertura dos congressos nacionais dos segmentos organizados, com Maria de Jesus (à dir.), ex-secretária nacional do Movimento Popular Socialista (MPS)



Delegados do MPS de vários estados e do DF se reúnem no V Congresso Nacional do segmento

JUVENTUDE SOCIALISTA BRASILEIRA - JSB

No 12º Congresso Nacional da Juventude Socialista Brasileira (JSB), os integrantes do segmento discutiram sobre a necessidade de intensificar a atuação nos estados, consolidando e diversificando as ações locais. Segundo o Secretário Nacional da JSB Tony Sechi, a ideia é dar continuidade ao que já vinha sendo realizado nos últimos três anos de gestão, quando o a JSB ampliou a participação no movimento estudantil e no país, culminando com a presença em todos os estados da Federação e no Distrito Federal.

Um dos debates dos representantes no Congresso foi sobre a importância de trazer novos atores, novas caras para a política. “Vemos com entusiasmo as eleições de 2018 e queremos colocar a cara a tapa da juventude, preparando os militantes para esse desafio, de se colocar no processo eleitoral de forma diferente”, afirmou Tony Sechi.

Segundo ele, a JSB quer colaborar com o PSB na montagem de um projeto nacional de Brasil em 2018, com candidatos jovens concorrendo às eleições como deputados federal, estadual e distrital, no país inteiro. “Vemos a necessidade de nos colocarmos de forma moderna e transparente nas eleições, principalmente diante da situação que o Brasil vive atualmente”, concluiu.



No 12º Congresso Nacional da JSB, militantes definem estratégias de ampliação do movimento



Delegados debatem sobre cenário político eleitoral de 2018 durante o 12º Congresso Nacional da JSB



Representantes da JSB de diversos estados comemoram a reeleição de Tony Sechi como secretário nacional do segmento



Secretário nacional da JSB, Tony Sechi, discursa na abertura do Congresso dos segmentos



Presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, entre militantes dos segmentos

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL • 2018-2021

PRESIDENTE NACIONAL

Carlos Roberto Siqueira de Barros

PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE NACIONAL

Governador Paulo Henrique Saraiva Câmara

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Ex-deputado Luiz Roberto de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE MODERNIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Senador João Alberto Rodrigues Capiberibe

VICE-PRESIDENTE NACIONAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Governador Ricardo Vieira Coutinho

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Governador Rodrigo Sobral Rollemberg

VICE-PRESIDENTE NACIONAL PARA MOVIMENTOS SOCIAIS

Ex-prefeito Rubens José França Bomtempo

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES PARLAMENTARES

Deputado Danilo Jorge de Barros Cabral

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES FEDERATIVAS

João Henrique de Andrade Lima Campos

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE POLÍTICAS DE GÊNERO

Senadora Lídice da Mata e Souza

SECRETÁRIO-GERAL NACIONAL

Ex-governador José Renato Casagrande

PRIMEIRO SECRETÁRIO NACIONAL

Prefeito Geraldo Júlio de Melo Filho

SEGUNDO SECRETÁRIO NACIONAL

Senador Antonio Carlos Valadares

SECRETÁRIO NACIONAL DE FINANÇAS

Governador Márcio Luiz França Gomes

SEGUNDO SECRETÁRIO NACIONAL DE FINANÇAS

Severino Nunes de Araújo

SECRETARIA NACIONAL ESPECIAL

Deputado Alessandro Lucciola Molon

SECRETARIA NACIONAL ESPECIAL

Deputado Julio César Delgado

SECRETARIA NACIONAL ESPECIAL

Prefeito Luciano Ferreira de Souza

SECRETARIA NACIONAL ESPECIAL

Ex-governador Carlos Camilo Góes Capiberibe

SECRETARIA NACIONAL ESPECIAL

Ex-governador Wilson Nunes Martins

SECRETARIA NACIONAL ESPECIAL

Milton Coelho da Silva Neto

SECRETARIA NACIONAL ESPECIAL

Vice-prefeita Mari Elisabeth Trindade Machado

SECRETARIA NACIONAL ESPECIAL

Cláudio Valverde Santos

SECRETARIA NACIONAL ESPECIAL

Deputado Cássio Coelho Andrade

SECRETARIA NACIONAL ESPECIAL

Domingos Leonelli Netto

SECRETARIA NACIONAL ESPECIAL

Prefeito Carlos Enrique Franco Amastha

SECRETARIA NACIONAL ESPECIAL

Prefeito Jonas Donizette Ferreira

SECRETARIA NACIONAL ESPECIAL

Deputado Serafim Fernandes Correa

SECRETARIA NACIONAL ESPECIAL

Ex-prefeito Valdomiro Lopes da Silva Júnior

SECRETARIA NACIONAL ESPECIAL

Mário Sander Bruck

SECRETARIA NACIONAL ESPECIAL

Deputado José Luiz Stédile

SECRETARIA NACIONAL ESPECIAL

Deputado João Henrique Holanda Caldas (JHC)

SECRETARIA NACIONAL ESPECIAL

Senadora **Lúcia Vânia** Abrão

SECRETARIA NACIONAL ESPECIAL

Deputado **Luciano Ducci**

SECRETARIA NACIONAL ESPECIAL

Deputado **Rafael Huete da Motta**

SECRETÁRIO NACIONAL DO MOVIMENTO POPULAR

Acilino José Ribeiro de Almeida

SECRETÁRIO NACIONAL DE JUVENTUDE

Tony de Siqueira Sechi

SECRETÁRIA NACIONAL DE MULHERES

Auxiliadora **Maria Pires Siqueira da Cunha**

SECRETÁRIA NACIONAL DO MOVIMENTO NEGRO

Valneide Nascimento dos Santos

SECRETÁRIO NACIONAL SINDICAL

Joilson Antonio Cardoso do Nascimento

SECRETÁRIO NACIONAL LGBT

Tathiane Araújo

DIRETÓRIO NACIONAL • 2018-2021

1. **Acilino José Ribeiro de Almeida**
2. **Adalberto Souza Galvão (Bebeto)**
3. **Adilson Gomes da Silva**
4. **Adineide Lima de Souza**
5. **Alberto Farias Gavini Filho**
6. **Alessandro Lucciola Molon**
7. **Alexandre Dias Barbosa**
8. **Aliel Machado Bark**
9. **Aluizio Cometki São José**
10. **Ancelmo Piovesan**
11. **Ângelo Rafael Ferreira dos Santos**
12. **Antonio Carlos Valadares**
13. **Antonio Carlos Valadares Filho**
14. **Arthur Moreira Lima Júnior**
15. **Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha**
16. **Carlos Camilo Góes Capiberibe**
17. **Carlos César Correia de Messias**
18. **Carlos Enrique Franco Amastha**
19. **Carlos Roberto Rafael**
20. **Carlos Roberto Siqueira de Barros**
21. **Cássio Coelho Andrade**
22. **Claudemir Nonato de Santana**
23. **Cláudio Valverde Santos**
24. **Cléber Ávila Ferreira**
25. **Cleuza Pereira do Nascimento**
26. **Daniel Pereira**
27. **João Henrique de Andrade Lima Campos**
28. **João Henrique Holanda Caldas JHC**
29. **João Marcos Grossi Lobo Martins**
30. **Danilo Jorge de Barros Cabral**
31. **Dileuza Marins Del Caro**
32. **Domingos Leonelli Netto**
33. **Ed Wilson Lino da Silva**
34. **Eduardo Passos Coutinho Correia de Oliveira**
35. **Eliane Silva de Oliveira**
36. **Eliseu Gabriel de Pieri**
37. **Evilásio Cavalcante Farias**
38. **Fabio Luciano de Araújo Maia**
39. **Francisco Tadeu Barbosa de Alencar**
40. **Gabriel Maia Gelpke**
41. **Gelson Luiz de Albuquerque**
42. **Geraldo Julio de Mello Filho**
43. **Gustavo Henric Costa**
44. **Gustavo Sousa de Neiva**
45. **Heitor José Schuch**
46. **Iolanda Keiko Miashiro Ota**
47. **Iradilson Sampaio de Souza**
48. **Isaltino José do Nascimento Filho**
49. **Jacqueline Moraes da Silva Avelina**
50. **Janete Maria Góes Capiberibe**
51. **Jesualdo Pires Ferreira Júnior**
52. **João Alberto Rodrigues Capiberibe**
53. **João Azevedo Lins Filho**
54. **João de Andrade Arraes**
55. **João Dias Ferreira**
56. **Paulo Afonso Bracarense Costa**
57. **Paulo César Matheus da Silva**
58. **Paulo Henrique Saraiva Câmara**

- | | |
|---|---|
| 59. Joilson Antonio Cardoso do Nascimento | 98. Odmar Péricles Nascimento |
| 60. Jonas Donizette Ferreira | 99. Paulo Roberto Barreto Bornhausen |
| 61. Jorge José Gomes | 100. Paulo Roberto Foletto |
| 62. José Abelardo Guimarães Camarinha | 101. Pedro José Luiz Coelho |
| 63. José Antonio Figueiredo de Almeida da Silva | 102. Rafael Huete da Motta |
| 64. José Antônio Júnior Frozza Paladini | 103. Raimundo José Mendes Silva |
| 65. José Augusto de Carvalho Gonçalves Nunes | 104. Ricardo Vieira Coutinho |
| 66. José Edvaldo Rosas | 105. Roberto Franca Filho |
| 67. José Luis Stédile | 106. Rodrigo Rodrigues de Souza Martins |
| 68. José Messias Andrade Junior | 107. Rodrigo Sobral Rollemberg |
| 69. José Renato Casagrande | 108. Rogério Araújo de Salazar |
| 70. Júlio César Delgado | 109. Ronaldo Barbosa Ferreira |
| 71. Júlio César Ronconi | 110. Rubens José França Bomtempo |
| 72. Kassiano Lucas Lopes de Andrade | 111. Serafim Fernandes Corrêa |
| 73. Lídice da Mata e Souza | 112. Sérgio Machado Resende |
| 74. Lúcia Vânia Abrão | 113. Severino Nunes de Araújo |
| 75. Luciano Ducci | 114. Sidney Jorge Rosa |
| 76. Luciano Ferreira de Souza | 115. Sileno Sousa Guedes |
| 77. Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha | 116. Silvana de Castro Teixeira |
| 78. Luiz Gonzaga Patriota | 117. Tathiane Aquino de Araujo |
| 79. Luiz Odorico Monteiro de Andrade | 118. Tilden José Santiago |
| 80. Luiz Roberto de Albuquerque | 119. Tony de Siqueira Sechi |
| 81. Luzia de Lourdes Moreira de Paula | 120. Ubirajara do Pindaré Almeida Sousa |
| 82. Marcelo Augusto da Eira Correa | 121. Valdomiro Lopes da Silva Júnior |
| 83. Márcio Luiz França Gomes | 122. Valneide do Nascimento dos Santos |
| 84. Marco Aurélio Ubiali | 123. Vicente Paulo de Oliveira Selistre |
| 85. Marcos de Alencar Dantas | 124. Vinicius Almeida Camarinha |
| 86. Margarida Luiza de Matos Vieira | 125. Volmir José Miki Breier |
| 87. Mari Elisabeth Trindade Machado | 126. Waldemar Alberto Borges Rodrigues Neto |
| 88. Maria Cristina do Rosário Almeida | 127. Wander José Goddard Borges |
| 89. Maria de Jesus Matos Natividade | 128. Wilson Nunes Martins |
| 90. Maria Luisa Oliveira Loose | 129. Wilson Pedro da Silva |
| 91. Maria Sandra Pereira de Marrocos | 130. Daniel da Cunha Lima Ribeiro |
| 92. Mário Assad Júnior | 131. Manoel Antônio Vieira Alexandre |
| 93. Mário Sander Bruck | 132. Francisco de Assis Cortêz Gomes |
| 94. Mauro César de Castro Soares | 133. Maria Valeria Lemos Vasconcelos |
| 95. Mauro Lobo Martins Júnior | 134. Leany Barreiro de Sousa Lemos |
| 96. Mauro Nazif Rasul | 135. Luiz Gabriel de Pieri |
| 97. Milton Coelho da Silva Neto | 136. Adenor Luiz Simões Coelho |



Eleição da Comissão Executiva Nacional consolida a unidade partidária, ao final do XIV Congresso Nacional do PSB



DIRETÓRIO NACIONAL - MEMBROS SUPLENTE

- | | |
|--|---|
| 1. Rosa Amélia Silva Costa | 14. José Tiago Camargo do Amaral |
| 2. Nelio Nogueira Lopes do Amaral | 15. Márcia de Figueiredo Lucena de Lira |
| 3. Cleiton Roque | 16. Gervásio Agripino Maia |
| 4. Anabel Lorenzi | 17. Estelizabel Bezerra de Souza |
| 5. Laura Mota Gomes | 18. Marlos Luiz de Araújo Costa |
| 6. Elizabete Barros de Santana | 19. Francileide Fontinelle Passos |
| 7. Fabíola Mansur de Carvalho | 20. Ely da Silva Almeida |
| 8. Rodrigo Mousinho Hita | 21. Maria Niedja Guimarães |
| 9. Giuseppe Gazzinelli Silva de Barros | 22. Katyene Susy Vieira |
| 10. Gelson Antônio Leite | 23. Henrique José Antão de Carvalho |
| 11. Kátia Gomes Gaivoto | 24. Luciano Vasquez Mendez |
| 12. Jânio Francisco Benith | 25. James Lewis Gorman Junior |
| 13. Luiz Cláudio Romanelli | |

CONSELHO DE ÉTICA

TITULARES:

Alexandre Navarro Garcia-DF;
Rafael de Alencar Araripe Carneiro-DF;
Tadeu Sávio Souza de Lira-PE

SUPLENTE:

Ivan Rodrigues da Silva-PE;
Fernando Eduardo Cândido Mousinho-DF

CONSELHO FISCAL

TITULARES:

Álvaro Cabral- DF
Fernando Campanha-ES;
Magda Suely Rosa Oyo Valentim - DF

SUPLENTE:

Mário Luiz Guide-SP;
Alexandre Urquiza de Sá-PB;
Helon Martins de Carvalho-ES;

DELEGADOS JUNTO AO SUPERIOR TRIBUNAL ELEITORAL (TSE)

- 1 - José Antonio Figueiredo de Almeida da Silva-MA;
2 - José Rui Carneiro-DF;
3 - Rafael de Alencar Araripe Carneiro-DF